



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

RICHEMOND DACILIEN

**CONDIÇÕES DE VIDA DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO CENTRO DE
ACOLHIMENTO DA PASTORAL DE MIGRANTE, MANAUS/AM**

**MANAUS
2020**

RICHEMOND DACILIEN

**CONDIÇÕES DE VIDA DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO CENTRO DE
ACOLHIMENTO DA PASTORAL DE MIGRANTE, MANAUS/AM**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Área de concentração em Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

**MANAUS
2020**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

D118i Dacilien, Richemond
Condições de vida dos Imigrantes Haitianos no Centro de
Acolhimento da Pastoral de Migrante, Manaus/Am / Richemond
Dacilien . 2020
122 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Políticas Públicas. 2. Assistência Social. 3. Estado. 4.
Imigração. I. Chaves, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

RICHEMOND DACILIEN

**CONDIÇÕES DE VIDA DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO CENTRO DE
ACOLHIMENTO DA PASTORAL DE MIGRANTE, MANAUS/AM.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Área de concentração em Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional.

Data da Apresentação: ____/____/____.

Prof.^a Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves–Presidente
PPGSS/UFAM

Prof.^a Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira /UFAM -Membro

Prof.^a Dra. Lúcia Marina Puga Ferreira–Membro
PPGICH/UEA

Prof.^a Dra. Carolina Cassia Batista Santos –Suplente
PPGSS/UFAM

Prof.^a Dra. Debora Cristina Bandeira Rodrigues -Suplente
PPGSS/UFAM

Este trabalho é dedicado em memória de Phirgenie Julméus, uma imigrante haitiana, que deixou o Haiti para vir ao Brasil, especialmente a Uberlândia, a fim de encontrar seu marido, o Sr. Metellus, que ainda se encontra lá. Fui instruído pelo marido para ajudá-la fazer a conexão entre Manaus para Uberlândia. Porém, fui pego de surpresa em constatar na sua chegada, no dia 5 de novembro de 2019 às 21h50 na rodoviária de Manaus, que se encontrava grávida com mais de 7 meses. Infelizmente, não teve voo no mesmo dia, em direção a Uberlândia, por isso, tive que mantê-la na minha casa até o dia 7 de novembro. Na noite de dia 6, ela começou se sentir mal, e foi levada às pressas até a Maternidade Ana Braga. Apesar dos esforços dos médicos, ela não sobreviveu. De acordo com o relatório médico, as duas principais causas de sua morte foram eclampsia e parada cardíaca. Então, mais uma vez, eu renovo minhas condolências à família.

AGRADECIMENTOS

À DEUS, a quem as palavras são insuficientes para expressar todo sentimento de amor e gratidão. Ele que esteve/está ao meu lado em todos os momentos da caminhada, dando-me capacidade de prosseguir num caminho tão desafiador.

À minha mãe, Odécia Dorvelus, e meu pai, Arnold Dacilien, pelo amor incondicional, cuidado e proteção. Obrigado, mãe e pai, que mesmo enfrentando uma situação difícil não abriu mão da educação familiar, cristã e escolar de seus filhos, ambos nos ensinaram princípios e valores que nortearam/norteiam toda a nossa vida. Lhes amo parentes, infinitamente!

Aos meus irmãos, irmãs, Frantzo Dacilien, Fradnor Dacilien, Fradeline Dacilien, Saint-Gel Dacilien e Judith Dacilien por toda amizade, apoio e orações. Sei que acreditam, de verdade, em cada passo que eu dou e torcem pelo meu sucesso!

À Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Haiti (FASCH-UEH), qual Universidade que me iniciou em pesquisa científica lá no Haiti.

À Organização dos Estados Americanos (OEA), que me ofereceu esta bolsa para estudar no Brasil, através do Programa de Aliança para Educação e Capacitação (PAEC) e do Grupo de Coimbra da Universidade Brasileiras (GCUB). Especialmente, à Universidade Federal do Amazonas, seu corpo docente, direção e administrativo que me oportunizaram cursar o nível de mestrado.

À minha infatigável orientadora, Professora Dra. Maria. do P. Socorro R. Chaves, pelas valiosas contribuições que tornaram possível a conclusão desta pesquisa e pelas oportunidades de desenvolver atividades ao Grupo Inter-Ação, ambos da UFAM, os quais me agregaram uma gama de conhecimentos. Imensamente, grato!

Agradecimento especial aos professores da Faculdade das Ciências Humanas da Universidade Estadual do Haiti (FASCH-UEH) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM), pelas preciosas aulas ministradas que muito nos fizeram crescer em conhecimento desde minha graduação lá até no mestrado aqui.

À Coordenação, e ao administrativo do PPGSS/UFAM, a este último, um agradecimento carinhoso ao secretário Washington pela paciência, amizade e acima de tudo pela competência que nos recebem na secretaria do programa. Imensamente grato!

Aos prof. Dr. José Fernandes Barros e Prof.^a Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira que aceitaram a fazer parte da banca de qualificação do projeto desta pesquisa. Meus profundos agradecimentos professores!

As Prof.^a Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira e Prof.^a Dra. Lúcia Marina Puga Ferreira que aceitam de fazer parte de minha banca de defesa. Meus profundos agradecimentos às queridas professoras.

Às colegas de turma do mestrado 2018-2020, como foi bom conhecê-los e partilhar conhecimentos: Valéria, Dora, Suzane, Raquel, Elizabeth, Kelly, Silviane, Romulo.

Imensamente grato pela trajetória junto a vocês, turma abençoada e abençoadora, valeu meninas e meninos!

Aos membros do Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia - Grupo Inter-Ação/UFAM, coordenado pela Profa. Dra. Socorro Chaves, o qual, eu fiz parte como pesquisador.

Ao Grupo do Observatório de Cidadania e Relações de Poder do PPGICH da Universidade Estado do Amazonas (UEA), que me acolheu com alegria e me convidou várias vezes para apresentar meus artigos. Obrigado amigos.

A minha querida noiva Fernanda, a minha sogra, Misanira Freira de Arruda, e aos grandes e estimados (as) amiga-o-s, Juliane, Sarah, Carla, Taína, Deidra, Gizelly, Etiane, Tatiana, Kissia, Claudia, Wilgens, Inozile, Jean Phedner, Gery, Jean, Dayana, Marie Renée, palavras também são insuficiente para expressar quão grato sou pela amizade e contribuições em todo percurso do mestrado, desde o início até os momentos da defesa da dissertação. Sou imensamente grato!

Às minhas queridas amigas Maria Celestina, Maria Inah de Almeida, e Georgia Pozzetti Daou, que trabalham sobre a mesma temática de migrantes em Manaus. Agradeço pelas suas contribuições e momento de troca!

Aos meus alunos (as) do curso de Francês Fácil para Estrangeiros: Ana Clara, Janaína, Maria Inah, Maria Celestina, Yuri Roberto, Lucia Helena, etc. Agradeço pelas várias contribuições e momento de troca!

Aos meus amigos lá no Haiti, Jacques, Anide, Rithza, Almida, Djeunie, Chamzuse, Kinsy, Duffort, Almando, Chesnol, Marc Donald, Dominique, Ambroise, Patrick, Atenais, Lafontant, Sassage, Alerte, Rodino, Sophonie, Magalie, Renald, Delerme, Schernide, Schernante, Almida, René, Fritz, que, de uma forma ou de outra, contribui para o meu sucesso.

A todas as pessoas que de perto e/ou de longe contribuíram de alguma forma para que esse trabalho se concretizasse, especialmente, os imigrantes haitianos na cidade de Manaus! A TODOS, OBRIGADO!

RESUMO

A cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, vem nos últimos anos recebendo elevado número de haitianos que são vistos comumente nas ruas, nos estabelecimentos comerciais e “engrossando” as filas do SINE - Sistema Nacional de Emprego; sendo facilmente reconhecidos pelas características físicas diferenciadas e pelo sotaque e língua desconhecida pela população local. Este estudo aborda a migração haitiana e a política pública de Assistência Social brasileira, seguindo a lógica do percurso dos imigrantes haitianos, desde a sua vivência sociocultural e política no Haiti, passando pelas motivações de seu deslocamento para o Brasil até sua permanência na cidade de Manaus. O objetivo geral da pesquisa foi analisar as condições de vida dos imigrantes haitianos mediante a política pública de Assistência Social brasileira, cujos objetivos específicos são: conhecer as Políticas Públicas de Assistência Social sobre migração no Brasil; examinar os elementos históricos e contextuais da migração haitiana para o Brasil; identificar as condições de vida dos imigrantes haitianos no Centro de Acolhimento da Pastoral dos Migrantes em Manaus. Quanto aos procedimentos metodológicos, para maior aproximação da realidade pesquisada, adotou-se a abordagem quali-quantitativa, com prioridade para a análise qualitativa e a quantitativa em menor monta; com a realização de entrevistas semiestruturadas com 10 imigrantes haitianos, na abordagem analítica foi utilizada a técnica de Análise do Conteúdo para interpretação dos relatos. Os resultados obtidos revelaram que as condições de vida dos imigrantes haitianos na cidade de Manaus são extremamente difíceis pela falta de acesso efetivo aos bens e serviços sociais básicos de Assistência Social. A problemática que os imigrantes haitianos enfrentam decorre: das expressões da questão social inerente às contradições do sistema capitalista e da natureza restritiva, seletiva e precária da prestação de serviços das políticas públicas. Estas além do sistema gerar o empobrecimento e a migração forçada do Haiti para o Brasil, no contexto local agravam as necessidades humanas e sociais, são elas: falta ou precariedade de atendimento às necessidades humanas fundamentais (alimentação, vestuário, habitação, lazer, bem estar e qualidade de vida, trabalho digno), exploração do trabalho (baixos salários, desrespeito aos direitos trabalhistas), desemprego ou emprego precário; desrespeito a sua identidade como *ser haitiano* (preconceito, discriminação). Por fim, esta pesquisa tem o propósito de colaborar para o aprofundamento teórico-prático dos estudos sobre migração, trazendo uma ótica relevante e oportuna no atual episódio que se encontra o Estado do Amazonas e dialoga com a necessidade de questionar o papel do Estado Brasileiro frente a trajetória das políticas públicas de Assistência Social, no caso específico da imigração de haitianos.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Assistência Social, Estado, Imigração.

ABSTRACT

The city of Manaus, capital of the State of Amazonas, has been receiving a high number of Haitians who are commonly seen on the streets, in commercial establishments and "thickening" the lines of sine - National Employment System; being easily recognized by the differentiated physical characteristics and by the accent and language unknown by the local population. This study addresses Haitian migration and Brazilian social assistance public policy, following the logic of the path of Haitian immigrants, from their sociocultural and political experience in Haiti, through the motivations of their displacement to the Brazil until its stay in the city of Manaus. The general objective of the research was to analyze the living conditions of Haitian immigrants through the Brazilian public social assistance policy, whose specific objectives are: to know the Public Policies of Social Assistance on migration in Brazil; examine the historical and contextual elements of Haitian migration to Brazil; identify the living conditions of Haitian immigrants at the Reception Center for the Pastoral Care of Migrants in Manaus. As for methodological procedures, for closer approximation of the researched reality, the quali-quantitative approach was adopted, with priority for qualitative and quantitative analysis as a smaller one; with the conduct of semi-structured interviews with 10 Haitian immigrants, in the analytical approach, the content analysis technique was used to interpret the reports. The results obtained revealed that the living conditions of Haitian immigrants in the city of Manaus are extremely difficult due to the lack of effective access. The problem that Haitian immigrants face stem: from the expressions of the social issue inherent to the contradictions of the capitalist system and the restrictive, selective and precarious nature of the provision of public policy services. These in addition to the system generate impoverishment and forced migration from Haiti to Brazil, in the local context aggravate human and social needs, are they: lack or precariousness of meeting fundamental human needs (food, clothing, housing, leisure, well-being and quality of life, decent work), because they experience the exploitation of work (low wages, disrespect for labor rights), unemployment or precarious employment; disrespect their identity as being Haitian (prejudice, discrimination). Finally, this research aims to collaborate for the theoretical-practical deepening of migration studies, bringing a relevant and timely perspective in the current episode that is the State of Amazonas and dialogues with.

Key words: Public Policy. Social Assistance. State. Immigration.

LISTA DE SIGLA

ACNUR: Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados
ATHA: Associação dos Trabalhadores Haitianos no Amazonas
BINUH : Bureaux des Integrés des Nations Unies en Haiti
BM: Banco Mundial
CEAS: Conselho Estadual de Assistência Social
CONAPO: Consejo Nacional de Población
CPF: Cadastro de Pessoas Físicas
FASCH-UEH : Faculté des Sciences Humaines de l'Université d'Etat d'Haiti
GARR-HAITI : Groupe d'Appui aux Rapatriés et Réfugiés en Haiti
GCUB: Grupo de Coimbra da Universidade Brasileira
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA: Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana
INPA: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INSS: Instituto Nacional do Seguro Social
LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social
MDSA: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MINUSTAH : Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti
MINUJUSTH : Mission des Nations Unies pour l'appui à la Justice en Haïti
NOB-SUAS: Norma Operacional Básica do Sistema Única de Assistência Social
OEA: Organização dos Estados Americanos
OIM: Organização Internacional da Migração
ONU: Organização das Nações Unidas
PAEC: Programa de Aliança para Educação e Capacitação
PNAS: Política Nacional de Assistência Social
PNH: Police Nationale d'Haiti
PPGSS: Programa Pós-graduação em Serviço Social
SEMMASDH: Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos.
TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEH: Université d'État d'Haiti
UFAM: Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Instrumentos e técnicas aplicados na pesquisa.	Erro! Indicador não definido.
Quadro 2: Critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos da pesquisa.....	19
Quadro 3: Concepções de Estado na visão dos pensadores modernos.....	24
Quadro 4: Salário médio anual nos Estados Unidos segundo região de nascimento (em US \$, correntes).....	43
Quadro 5: Dados estatísticas do número haitianos no Brasil de 1940 ao 2000	62
Quadro 6: Setores que empregaram imigrantes haitianos em Manaus de 2010-2012	68
Quadro 7: Perfil dos sujeitos entrevistados.....	70
Quadro 8: Do Haiti ao Brasil, o sonho haitiano se transforma em uma utopia	103
Tabela 1: Haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais no Brasil, no período de 2011, 2012 e 2013.....	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica da Republica do Haiti no Caribe e seus departamentos geográficos	54
Figura 2: Haitianos saindo do Haiti do Aeroporto T.L em Porto Príncipe para o Brasil em 2012.	57
Figura 3: Localização geográfica do Bairro Zumbi	71
Figura 4: Aula de português para imigrantes recém-chegados no acolhimento da Pastoral de Migrantes, no bairro Zumbi dos Palmares	74
Figura 5: Atmosfera no Haiti após a vitória da seleção brasileira de (2-0) sobre a seleção mexicana.....	77
Figura 6: Lula com o presidente Haitiano René Préval num avião visitando a capital Porto Príncipe destruída após a passagem do terremoto em 2010.....	77
Figura 7: Haitianos na festa dos imigrantes haitianos organizada pela Associação dos Trabalhadores Haitianos no Amazonas (ATHA), o sábado de na Quadra da paróquia da Igreja de São Geraldo em Manaus.....	94
Figura 8 : Ilustração do presidente da república do Haiti, Jovenel Moises demonstrado essas características de um Estado central cego, surdo, mudo acerca às reivindicações populares....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1- PONTO DE PARTIDA: POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA.....	21
1.1 Políticas Públicas: contexto histórico e conceitual.....	21
1.2 Contextos sócios histórico de Políticas Sociais no cenário do Brasil.....	27
1.3 Políticas Públicas de Assistência Social Brasileira no Contexto Migratório	40
CAPÍTULO 2- DESLOCAMENTO: MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL	53
2.1 Breve História do Estado do Haiti.....	53
2.2 História da Emigração no Haiti.....	57
2.3 Brasil, novo eldorado dos Haitianos: razão e contexto historico	61
2.4 Perfil dos Imigrantes Haitianos que vivem na cidade de Manaus-AM	65
CAPÍTULO 3- PERMANÊNCIA: CONDIÇÕES DE VIDA DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO ACOLHIMENTO DA PASTORAL DOS MIGRANTES.	69
3.1. Bairro Zumbi dos Palmares e do Centro de Acolhimento da Pastoral dos Migrantes, Manaus/AM.....	70
3.2 O Haiti e o Brasil: um casamento do amor e não dá razão	74
3.3. Imigrantes haitianos e acesso a Política Pública de Assistência Social brasileira.....	80
3.4 Ser haitiano é igual a ser discriminado: o olhar preconceituoso sobre imigrantes haitianos em Manaus.	85
3.5. Contrastes no reconhecimento da Assistência Social pelos imigrantes haitianos	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	114
ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	118
ANEXO II - APROVAÇÃO DO CEP.....	122

INTRODUÇÃO

O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção.

Paulo Freire

A cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, vem nos últimos anos recebendo elevado número de imigrantes haitianos que são vistos comumente nas ruas, nos estabelecimentos comerciais e “engrossando” as filas do SINE - Sistema Nacional de Emprego; sendo facilmente reconhecidos pelas características físicas diferenciadas e pelo sotaque e língua desconhecida pela população local¹.

Desde o terremoto que devastou o Haiti em janeiro de 2010, mais de dez mil haitianos chegaram ao Brasil pelas fronteiras da região Norte do País; espalhando-se, posteriormente, para outros estados em busca de trabalho (SILVA, 2016). O Brasil, segundo o Banco Mundial (apud Gotardi, 2015), ocupa o 7º lugar no ranking das maiores economias do mundo; com uma economia aberta e globalizada cujo PIB alcança 2.246 trilhões de dólares. Há duas décadas passadas, o país encontrava-se, num momento de expansão, chamando a atenção no exterior como terra de oportunidades.

De acordo com esse pressuposto, as políticas sociais e de redistribuição de renda por meio de programas como: Bolsa Família, o Programa de Combate à Fome e à Miséria, papel carismático e otimista do então presidente brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), à época transmitida pela mídia internacional, assim como os eventos esportivos de 2014 e 2016, contribuíram para a disseminação da imagem de um país em ascensão econômica e com investimentos na área social.

Desse modo, o Brasil aparecia como o uma rota conveniente para pessoas que se encontravam em dificuldades em seu país natal, especificamente, para parcela do povo haitiano cujo país, além da situação histórica de pobreza, encontrava-se devastado pelo terremoto de 2010.

Dessa forma, vale ressaltar que o desenvolvimento econômico brasileiro, de um modo geral, e particularmente no Estado do Amazonas, na cidade de Manaus; pela existência de Polo Industrial de Manaus-PIM, além das grandes empresas privadas, instituições públicas

¹ Os imigrantes haitianos são facilmente identificados como outros imigrantes na cidade por causa de sua cor, cabelo e idiomas. Deve-se notar que o Haiti é o único país da região Latino-americana que fala francês e crioulo haitiano.

particularmente o estádio Vivaldo Lima - Arena da Amazônia, iniciadas em 2008, tornou-se um grande atrativo para os imigrantes haitianos, pois os mesmos visualizaram oportunidades de emprego com salários mais dignos e acesso a bens e serviços sociais quase inexistentes em seu país (JEAN BAPTISTE, 2018).

Nesse sentido, Patarra (1997), com a teoria da migração internacional na perspectiva neoclássica, destaca a desigualdade na distribuição internacional do capital e da mão de obra como fator principal de movimentos populacionais em nível macroeconômico. Nessa perspectiva, o Brasil, para os haitianos representa área abundante de capital, tornando-se polo de atração migratória.

Por outro lado, aqueles que viam uma oportunidade na migração, entendiam que sua terra natal, em consequência dos fatores políticos e catástrofes naturais das últimas décadas, passou a enfrentar escassez de toda ordem, desde fatores de produção no qual o desemprego vigentes e os baixos salários, insuficientes para garantir uma vida digna (menos de US \$ 5 por 8 horas de trabalho por dia) (ALTER PRESS, 2013).

Mediante o quadro exposto, milhares de haitianos foram coagidos a buscar a alternativa de procurar trabalhar no “Brasil dos sonhos”, pois imaginavam que nele não existiria crise econômica. Mas, entre o sonho e a realidade há uma grande distância, e o país idealizado nem sempre corresponde aos anseios dos imigrantes. Diante desses aspectos surgem as indagações acerca das formas de assegurar o direito legal de estar no Brasil; assim como a existência de empregabilidade e o oferecimento de melhores condições sociais e econômicas em território brasileiro a esses imigrantes, com apoio da política pública de Assistência Social.

Para os haitianos, o cenário de acirramento das questões sociais no Haiti e da ocorrência de propaganda sobre a existência de opulência do Brasil, fez com que a migração da população para o território brasileiro parecesse como uma oportunidade de fugir a situação vigente. Daí emerge também a possibilidade de realizar um “negócio rentável para a figura emblemática do traficante de pessoas, sendo que, tanto no país de origem quanto no país que acolhe, estabelece-se o lucro sobre a desagregação populacional do primeiro.

Assim, de 2010 a 2014, cerca de 70 mil imigrantes haitianos (GARR-HAITI, 2015, apud JEAN BAPTISTE, 2018) entraram no território brasileiro. E, entre eles, quase 10 mil aportaram a região norte do país, particularmente em Manaus (COSTA, 2016). Segundo Silva (2016), cerca de dois (2) mil decidiram ficar em Manaus em busca de oportunidades.

A fim de compreender as condições de vida destes imigrantes na cidade de Manaus mediante o anteparo da política de Assistência Social brasileira, este estudo foi realizado no

Centro Acolhimento da Pastoral de Migrante localizado no bairro Zumbi, zona Leste Manaus-AM.

Faz-se necessário enfatizar que a finalidade de produzir esta pesquisa sobre a imigração haitiana ao Brasil teve início em 2010, após o terrível terremoto de 7,2 na escala Richter que devastou o Haiti, matando 300 mil pessoas, 300 000 feridos entre os quais 5 000 amputados, um (1) milhão sem lar e 1,5 milhões desabrigados (SEGUY, 2014, p.24). O que apenas agravou a situação do povo haitiano, que já era muito difícil.

Naquela época, este pesquisador, estudando na única faculdade de Serviço Social do Haiti (FASCH-UEH), começou a preocupar-se com os jovens dos dois gêneros que estavam fugindo do país em busca de vida melhor no exterior, especialmente no Brasil. Oito (08) anos depois, este pesquisador chegou a Manaus como bolsista da Organização dos Estados Americanos (OEA), através do Programa de Aliança para Educação e Capacitação (PAEC) e do Grupo de Coimbra da Universidade Brasileiras (GCUB), em nível de mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, na UFAM, onde encontrou a chance de participar de diversas discussões nas aulas das disciplinas escolhidas, particularmente, na disciplina da *Questão Social, Estado e Cidadania*, nessa especialmente, se discutiu as noções de Direitos Humanos, Política Social do Brasil, o fenômeno migratório do mundo, dentre outro. Continuando, então, o questionamento sobre as situações de vida dos imigrantes haitianos no território brasileiro. Ademais, a participação em diversas atividades socioculturais organizadas pela ou para comunidade haitiana em Manaus, tais como: missa nas igrejas, festival da bandeira, audiência pública sobre os desafios e oportunidades dos imigrantes haitianos na cidade.

A observação como pesquisador, nessas atividades, permitiu perceber que esses migrantes enfrentam enormes dificuldades. Entretanto, a Constituição Federal de 1988 do Brasil exige que as autoridades do país garantam os direitos de todos os cidadãos em seu território, incluindo os imigrantes. Diante desse contexto, enuncia-se a questão norteadora desta investigação: como são as condições de vida dos imigrantes haitianos no Centro de acolhimento da Pastoral dos Migrantes no bairro Zumbi dos Palmares em Manaus-AM? Buscando refletir sobre este assunto, optou-se por adotar como objetivo principal deste trabalho a análise das condições de vida dos imigrantes haitianos mediante a Políticas Públicas de Assistência Social no Acolhimento da Pastoral de Migrante no bairro Zumbi dos Palmares em Manaus, para tal os seguintes objetivos específicos foram propostos:

1. Conhecer as Políticas Públicas de Assistência Social sobre migração no Brasil;

2. Examinar os elementos históricos e contextuais da migração haitiana para o Brasil;
3. Identificar as condições de vida dos imigrantes haitianos no Centro de Acolhimento da Pastoral de Migrante em Manaus.

- **Procedimentos Metodológicos da Pesquisa**

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa consistiram em 3 (três) etapas articuladas e interdependentes entre si: a etapa preparatória, a qualificação da pesquisa e a construção da dissertação. Procedeu-se a um conjunto de passos, tais como: selecionar e caracterizar o *locus* de abrangência; identificar o tipo de pesquisa, natureza e método de abordagem; realização da pesquisa de campo com aplicação dos instrumentos e técnicas de coleta de dados; seleção dos informantes a partir de critérios técnicos de inclusão e exclusão; delimitação do universo e amostra; seleção do método para análise e interpretação dos dados e, por fim, a elaboração.

A natureza desta pesquisa é quali-quantitativa, na verdade, mais qualitativa do que quantitativa, que segundo Gil (1989), entenda-se como um tipo de abordagem que usa tanto os métodos quantitativos quanto qualitativos, para a realização de uma análise muito mais aprofundada sobre o tema pesquisado. Nesse tipo de pesquisa, os dados qualitativos e quantitativos permitem que o pesquisador participe, compreenda e interprete (KOCHE, 2015). Sob esta perspectiva foi realizada uma investigação mais profunda sobre as oportunidades e os desafios que o imigrante haitiano vivencia na Instituição.

Como se trata de um trabalho que articula várias técnicas e instrumentos, as informações necessárias foram coletadas por meio de pesquisas bibliográficas, documental e de pesquisa do campo. A coleta de dados mediante a realização da pesquisa de campo ocorreu por meio de 10 visitas ao Centro de Acolhimento, para possibilitar uma melhor aproximação junto aos imigrantes, bem como, para obter informações com melhor precisão possível. Esse processo investigativo possibilitou a observação das condições de vida desse grupo de imigrantes, sobretudo, no que tange à sua acessibilidade ao atendimento de suas necessidades básicas viabilizadas pelas políticas públicas de Assistência Social, como bens e serviços sociais: alimentação, habitação, vestimentas, lazer, documentações oficiais do Brasil, emprego, educação, saúde, crédito, entre outros. Nessa fase, foram adotados alguns instrumentos e técnicas que possibilitaram a coleta de dados e informações, que ajudaram

tudo o processo investigativo, sendo esses: Observação Participante e Entrevista Semiestruturada.

Quadro 1: Instrumentos e técnicas aplicados na pesquisa.

INSTRUMENTOS E TÉCNICAS			
INSTRUMENTAIS	TÉCNICAS	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO
ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.	Realização de visitas no Centro; utilização de Caderno de Campo; Registro Fonográfico e Registro Fotográfico.	Coletar dados junto aos imigrantes que serão informantes da pesquisa.	Imigrantes no Centro de Acolhimento da Pastoral de Migrante no bairro Zumbi Palmares. Total de 10 sujeitos
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	Participações ativas nos vários eventos realizados para e/ou por imigrantes haitianos na cidade manauara.	Coletar as informações sobre a vida desses imigrantes.	Imigrantes haitianos na cidade de Manaus.
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – TCLE	Apresentação do TCLE com os pressupostos legais da pesquisa com seres humanos.	Obter a assinatura dos informantes autorizando a realização da entrevista.	Imigrantes Haitianos. Total de 10 sujeitos

Fonte: Autor (2019)

A aplicabilidade das técnicas e dos instrumentos ocorreu mediante visitas institucionais, onde foram utilizadas técnicas complementares para registro de informações como: Caderno de Campo, Registro Fotográfico e Fonográfico, caso fosse consentido pelos entrevistados.

A realização de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, assim como em qualquer área das Ciências, requer um respeito às normas e valores éticos que buscam proteger os direitos dos sujeitos que atuaram como informantes da pesquisa. De acordo com as Resoluções nº 466/12 e nº 510/16, neste estudo o pesquisador elaborou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em português e em crioulo haitiano² que foi apresentado a cada sujeito, após a submissão do projeto ao Comitê de Ética de Pesquisa - CEP da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, o qual emitiu parecer, nº. 3.460.098, favorável para a continuação do estudo.

² Deve-se notar que a população haitiana tem duas línguas oficiais de acordo com a constituição de 1987 do país: o crioulo haitiano falado por toda a população sem distinção e, francês, uma língua de sua antiga metrópole (França) falada apenas por uma parcela da população que tem acesso à educação escolar (HAITI, 1987).

No estudo, o universo foi constituído por um grupo de cem (100) imigrantes haitianos moradores nesse Centro. E como amostra da pesquisa foram selecionados dez (10) imigrantes haitianos que se enquadrarem nos critérios de inclusão (Cf. Tabela 02).

Quadro 2: Critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos da pesquisa

INFORMANTE PESQUISA	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Imigrantes Haitianos no Centro de Acolhimento do Pastoral de Migrante em Manaus-AM (10)	-Ser haitiano -Ter mais de 18 anos -Ser morador no Centro há no mínimo 01 ano -Percurso (deslocamento) entre Haiti e Brasil - Concordar com os critérios de desenvolvimento de pesquisa.	- Ter mais de 70 anos. - Qualquer condição aguda ou crônica que limite a capacidade do para participar do estudo

Fonte: Autor (2019)

Para efetuar a abordagem analítica dos dados coletados na pesquisa foi a Análise de Conteúdo, que Bardin (1977) define como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens. Conforme indicado pela autora, no estudo foram adotadas como estratégia metodológica três etapas: Pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos.

O *locus* da pesquisa foi o Centro de Acolhimento do Pastoral dos Migrantes situado no bairro Zumbi dos Palmares. Este é um bairro do município de Manaus, capital do Amazonas, região Norte do Brasil, que se localiza na zona Leste da cidade. De acordo com as estimativas do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010), o bairro possui uma população de 35.159 habitantes. Neste bairro está situado o Centro da Pastoral dos Migrantes, criado em 2013, o qual há mais de 08 anos oferece Assistência Social aos imigrantes haitianos em situação de vulnerabilidade em Manaus (ver Figura 06 no Capítulo 3).

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo procede-se a abordagem conceitual e histórica sobre as Políticas Públicas de Assistência Social de migração no cenário brasileiro. No segundo capítulo efetiva-se a abordagem dos aspetos históricos e contextuais da migração haitiana para o Brasil, a partir do terremoto de 2010. E, por fim, no terceiro capítulo as condições de vida dos imigrantes haitianos são analisadas mediante a implementação da Política de Assistência Social brasileira no Centro de Acolhimento da Pastoral dos Migrantes no bairro Zumbi dos Palmares Manaus-AM.

Acredita-se que este trabalho expressa relevante contribuição com elementos teórico-práticos consistentes, bem como para melhor entendimento e implementação de políticas de

Assistência Social de migração no Brasil e no Haiti. Além de fornecer elementos que possibilitam e ampliam os debates em diferentes fóruns em âmbito regional, nacional e internacional sobre questões relacionadas a Estado, Políticas Públicas e migração.

CAPÍTULO 1- PONTO DE PARTIDA: POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA

Este capítulo aborda os referenciais teóricos que subsidiarão as reflexões sobre uma das principais categoria analítica da pesquisa, Políticas Públicas. A princípio, serão abordados os conceitos de Estado e as funções que este desempenha junto à sociedade, com ênfase às Políticas Sociais e, em especial, focaliza-se as políticas públicas de Assistência Social de migração no contexto brasileiro.

Nessa perspectiva, entende-se que o desvelamento das políticas públicas é um meio para entender a configuração da política pública de Assistência Social migratória do Brasil, seus objetivos, suas diretrizes e suas ações. Assim, a abordagem das discussões elaboradas por autores clássicos e contemporâneos fornecerão a base para analisar a atuação das instituições brasileiras no atendimento aos imigrantes, que se constitui tema central da pesquisa.

1.1 Políticas Públicas: contexto histórico e conceitual

A noção de Políticas Públicas é objeto de discussões controversas nas Ciências Humanas e Sociais. No entanto, o ponto comum entre todas as abordagens são os conjuntos de projetos, planos, programas e respectivas ações desenvolvidas pelas instituições do Estado, com a participação de um conjunto de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico (HÖFLING, 2001).

Ao efetuar uma reflexão sobre o Estado como instituição sócio-histórica que persiste até a atualidade, depara-se com um debate muito controverso entre os intelectuais nas ciências humanas e sociais. As explicações de sua natureza, sua origem e seu papel na sociedade variam de acordo com a matriz teórico metodológica adotada pelo pesquisador em seu estudo. Deste ponto de vista, é importante tecer algumas ponderações teóricas sobre o Estado, a fim de situar e contextualizar as Políticas Públicas de Assistência Social do Estado brasileiro, especialmente, aquelas que tratam da imigração.

De fato, o Estado como um produto sócio-histórico, nem sempre existiu. As primeiras explicações sobre a origem do Estado estão nas obras de autores clássicos conhecidos como

contratualistas de Estado³. Para esses autores, a organização social de qualquer sociedade é baseada em contrato que traduz a vontade geral do povo (COUTINHO, 1990). As três figuras emblemáticas desta teoria são: Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1532-1704) e Jean Jacques Rousseau (1712-1778).

Para Hobbes (1966), a espécie humana vivia em um estado de natureza considerado como um estado de guerra dos homens entre si. Portanto, a vida em sociedade exige um contrato entre os homens, que seria o trabalho das diferentes partes constituintes, e o respeito deste contrato, requer um soberano (este grande Leviatã), que detém sozinho, o poder de garantir a ordem social.

Para Locke (1994), ao contrário de Hobbes, o estado de natureza da espécie humana é um estado de perfeita liberdade. Um estado em que, sem pedir permissão a ninguém, o homem pode fazer o que bem lhe apraz. No entanto, há a ausência de lei e autoridade desse estado, para preencher este vazio, os homens confiam o poder a alguém com base em um contrato.

Por sua parte, Rousseau (2002), ao contrário dos dois autores acima mencionados, acredita que são as pessoas que devem ter a soberania, não é uma pessoa nem um grupo de pessoas. Seu problema fundamental é determinar a natureza do contrato social em que os teóricos do epílogo do contrato. Então, como pensar um contrato que vincula os cidadãos igualmente livres e livremente iguais, a fim de atravessar uma entidade social soberana? Rousseau defende que, sobre este assunto, "a vontade geral sozinha pode dirigir as forças do Estado, de acordo com o fim de sua instituição: o bem comum" (ROUSSEAU, 2002, p. 20).

Então, o Estado, uma vez criado no plano da história, ocupa um lugar importante na vida em sociedade dos homens. Para Georges Burdeau (1970), a história do Estado resume o passado e sua existência no presente e parece gerar complicações ao futuro dos homens, na contingência imediata o seu futuro, todas as paixões e sentimentos também voltam ao Estado. Para Burdeau (1970), o Estado é uma ideia, uma forma de poder que enobrece a obediência, o jogo da luta política. Para Hobbes (1990), Locke (1994) e Rousseau (2002), o Estado é a expressão da vontade geral. A este respeito, Teixeira (2007) sublinha:

³ O contratualismo é uma corrente de Filosofia Política que afirma que a sociedade deve se basear em um pacto com seus membros. Historicamente, inclui dois lados: por um lado, a vertente democrática com os autores como: Rousseau, Kant, Spinoza, que estão neste nível na medida em que o contrato é passado pelos membros sem delegação do poder. O Estado é o Povo. Por outro lado, há o lado absolutista: Hobbes é o grande representante. Os cidadãos formam a sociedade para entregar seu poder ao Leviatã (o monarca absoluto) em troca de uma garantia de segurança (DORTIER, 2009, p.199).

Independente de pequenas variações na concepção de soberania que os três autores aqui estudados desenvolveram, conclui-se que a necessidade da criação de um Estado soberano, ou seja, com poderes indivisíveis, ilimitados e inalienáveis, é uma constante na história do pensamento político moderno. Atribuir um caráter absoluto para o poder político que governa a sociedade parece ser a principal alternativa que os seus membros, historicamente, têm escolhido tratando aquilo – e aqueles – que não é de seu meio como estranho, ou estrangeiro (TEIXEIRA, 2007, p. 10).

Por outro lado, é extensa a literatura existente sobre a concepção moderna e pós-moderna do Estado. Maquiavel (1553) define o Estado como o nascimento de uma autoridade central e soberana que subtrai a ação política de considerações morais e religiosas. O sociólogo alemão Weber (2004) acredita que o Estado é uma entidade que exerce a autoridade legítima em um território determinado, desempenhando o poder do monopólio da violência por meio de um conjunto de instituições reagrupadas na burocracia como uma forma de organização humana formal e impessoal, baseada na racionalidade. Bourdieu (2014) concebeu o Estado como o resultado de um duplo processo da autonomização e formação, por meio da acumulação de um conjunto de princípios e condições históricas específicas de cada país.

No entanto, o pensamento marxista tomou outro caminho para explicar o Estado através das contradições de classe na sociedade capitalista. Este pensamento foi bem desenvolvido por Engels (2006), no livro intitulado “a Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”. A concepção fundamental no pensamento marxista de Estado se evidencia no seu caráter instrumental para o benefício da classe social dominante.

Assim, o Estado é compreendido como um instrumento de dominação da burguesia sobre o proletariado, sendo uma forma de organização política e econômica favorável aos interesses da burguesia, a fim de continuar explorando a classe trabalhadora. O Estado expressa as contradições inconciliáveis entre as classes sociais, conforme a afirmação de Lenine:

Eis, expressa com toda a clareza, a ideia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (LENINE, 2007, p. 37).

No entanto, desde a antiguidade até nos dias atuais, a ideia de Estado traduzida pela *polis* grega e a república dos romanos, tratou especificamente da representação do vínculo comunitário unindo-se a ordem política e de cidadania. No Império Romano, no auge da expansão, e mais tarde entre os germânicos invasores, as expressões *Imperium e Regnum*, passaram a exprimir a ideia de Estado, especificamente como organização de domínio e

poder. E, na Idade Média, foi empregado o termo *Laender* (Países) que traz a ideia de Estado em referência ao território (BONAVIDES, 2000 apud NASCIMENTO, 2017, p. 21). A partir da referência ao território, Bobbio (2007) destaca que o Estado é um “(...) ordenamento jurídico destinado a exercer o poder soberano sobre um dado território ao qual estão necessariamente subordinados os sujeitos a ele pertencentes”. E, em termos jurídicos há três elementos que caracterizam o Estado: o povo, o território e a soberania (poder).

No Quadro 3 foi elaborado um resumo de diferentes conceituações de alguns autores clássicos sobre o Estado Moderno.

Quadro 3: Concepções de Estado na visão dos pensadores modernos

TEÓRICO	CONCEITO DO ESTADO
N. MAQUIAVEL (1469-1527)	O Estado Moderno se constrói politicamente separado da moral e da religião. Para Maquiavel, o Estado faz política, faz suas próprias leis. Esse autor tem uma concepção de Estado unitário, moderno e absoluto.
T. HOBBS (1588-1679)	A necessidade de se estabelecer um contrato faz emergir a necessidade do Estado como elemento repressor com vistas a impedir que o “homem seja lobo do próprio homem”. Trata-se de uma concepção de Estado com poder absoluto.
J. LOCKE (1632-1704)	O Estado emerge a partir de um contrato estabelecido, com vistas a garantir a defesa da propriedade privada, pois a função do Estado é assegurar o livre exercício da propriedade privada.
J. ROUSSEAU (1712-1778)	Estado como mediador, visto que a noção de sociedade civil vai ter sentido único de sociedade civilizada, que só se torna sociedade política após o contrato social.
K. MARX (1818-1883)	O Estado preserva os interesses gerais da burguesia em nome do interesse público estando, então, este último em segundo plano.
M. WEBER (1864-1920)	O Estado detém o monopólio legítimo da força, pois é uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência legítima. Assim, na conceituação de Weber, o Estado é um aparato administrativo e político que detém o monopólio da violência legítima dentro de um determinado território, a partir da crença dos indivíduos em sua legitimidade.
A. GRAMSCI (1891-1937)	As configurações do Estado enquanto um “[...] referencial forjado para a ação” (SIMIONATTO, 2011, p.255, apud GUEDES, 2016, p.18). O Estado ampliado significa maior convencimento, mas não elimina a coerção. Seu momento predominantemente consensual ocorre por intermédio da sociedade civil - aparelhos privados de hegemonia. O estreito vínculo entre sociedade civil e Estado explica como a dominação permeia todos os espaços sociais, educando o consenso e ocultando o dissenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos e aplicando a coerção aos renitentes.

Fonte: Adaptado de MARTINS, Cinthia e al (1999, apud GUEDES, 2016, p.18).

O Quadro 3 apresenta de forma sucinta diferentes concepções acerca do Estado Moderno que se fundamenta a partir da fragmentação da sociedade feudal e se consolida a partir do momento que a classe burguesa ascende ao poder, o que provoca mudanças substanciais na relação Estado e sociedade civil, visto que esses possuem uma relação de reciprocidade e antagonismo.

De acordo com Souza (2010 apud, GUEDES, 2016, p. 19), o Estado Moderno apresenta as seguintes características: 1. Centralização do poder político; 2. Unidade Territorial, 3. Unidade Nacional; 4. Burocracia; 5. Separação entre o público e o privado, conforme as seguintes definições:

a) Centralização do poder político: a aliança com a burguesia permitiu ao rei a consolidação do seu poder sobre os demais senhores feudais. Isto significou que o poder e a autoridade já não tinham mais fundamentos em sistemas locais de alianças políticas, mas emanava de um ente que paira acima de todos. É o nascimento da soberania do Estado.

b) Unidade Territorial. A centralização política, na medida em que dava contornos nítidos a relações entre senhores feudais ia também definindo a base territorial onde o sistema de alianças políticas tinha validade. A unidade territorial do Estado criou limites precisos para as fronteiras políticas. O território define o espaço onde se aplica a soberania do Estado. Além do território do Estado há outro Estado. Entre os dois, fronteiras, limites bem claros e definidos.

c) Unidade Nacional. Com a centralização do poder e com a implantação de uma estrutura política soberana sobre um território o Estado se lança também o desafio de produzir uma unidade nacional. Esta tarefa é tão importante para o funcionamento do Estado Moderno que ele também é conhecido como Estado Nacional.

d) Burocracia. A execução das tarefas do Estado não poderia, mas ser realizada por administradores autônomos em relação ao centro de legitimação do poder político, ou seja, o Estado. A centralização do poder político e a construção de da unidade territorial e nacional demandavam um aumento dos funcionários do Estado.

e) Separação entre público e privado. Outro aspecto central do Estado Moderno é a separação entre a pessoa do Chefe de Estado, e o Estado, ou seja, entre o poder e a pessoa que o exerce. A contrapartida desta separação está na manutenção de uma área de autonomia da sociedade em relação ao Estado. Ou seja, os indivíduos e as classes sociais possuem direitos que o Estado não pode negar ou ferir (ZOUZA, 2010, apud GUEDES, 2016, p. 19).

As características do Estado Moderno apresentadas, revelam-se em eventos que ocorreram em diferentes contextos históricos e, sem constituírem uma sequência ou ocorrerem num único momento. Em síntese, as características do Estado Moderno foram se cristalizando durante um longo período do tempo sócio-histórico, durante a crise do sistema feudal e a construção do mundo contemporâneo (SOUZA, 2010, apud GUEDES, 2016). Acrescente-se a demarcação histórica do Estado na contemporaneidade está atrelada ao desenvolvimento da sociedade, portanto, ao seu contexto social, econômico e político. Isso significa que a partir das crises cíclicas do Capitalismo, elementos novos foram emergindo e influenciaram nas mudanças ocorridas na relação entre Estado, mercado e sociedade.

Desse lado, Höfling (2001) entende que é impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para sociedade como um todo. Por entender que suas funções são múltiplas, Arendt (1989) identificou três principais: primeiro, o Estado tem uma função de soberano (*regalienne*), como polícia, justiça e defesa nacional. Depois, ele assume várias funções para regular a economia. E, finalmente, ele participa da alocação de recursos.

Após a abordagem teórico conceitual apresentada sobre o Estado, faz-se necessário ancorar a abordagem na cena sócio-histórica do Brasil. Lopes e Amaral (2008) observaram diferentes contextos históricos do Estado brasileiro, mais especificamente, durante os séculos XVII e XIX, e entendem que suas principais funções eram de manter a segurança pública e garantir a defesa nacional contra o inimigo. No entanto, com a instauração do regime democrático no país, as responsabilidades do Estado tornaram-se muito mais diversificadas. Atualmente, dizem eles, sua principal função é garantir e promover o bem-estar da população. E, para isso, o Estado, através das políticas de diferentes governos, desenvolveu um conjunto de ações em diversas áreas da vida nacional, tais como: saúde, educação, moradia, assistência social, lazer, e outras, na forma de Políticas Públicas. Então, como definir o termo de Políticas Públicas, enquanto ação do Estado junto à sociedade?

Sobre Políticas Públicas, uma forma para o seu entendimento é, a princípio, compreender o que vem a ser os termos “política” e “pública” em importantes estudos e debates realizados por diversos estudiosos. De acordo com Miranda (2009, apud Nascimento, 2017, p. 22), a palavra “política” deriva do grego antigo (*politéia*), que indicava que todos os procedimentos relativos a *polis*, isto é, à cidade-estado, poderia significar tanto o Estado, quanto a sociedade, a comunidade ou a coletividade o que indicava toda atividade humana referente à esfera social, pública e cidadã.

Todavia, o termo "política pública" é objeto de um debate contraditório no campo das Ciências Humanas e Sociais. Para os Politólogos⁴, o conceito Políticas Públicas, refere-se a "todas as intervenções de autoridades investidas de autoridade pública e legitimidade governamental em áreas específicas da sociedade ou do território" (JEAN CLAUDE, 2014, p. 21). A Sociologia Política utiliza esse conceito para analisar todas as ações do Estado, nas várias etapas de sua implementação, bem como em sua gênese ou através de suas consequências (idem, p.22). A ciência administrativa tende a analisar e avaliar uma Política Pública de acordo com sua capacidade de atingir os objetivos a ela atribuídos, bem como a eficácia dos recursos empregados (idem, p.22).

Nesse contexto, as Políticas Públicas também podem ser descritas como um conjunto de ações coordenadas realizadas por uma autoridade pública, a fim de obter uma modificação ou um desenvolvimento de determinada situação. Deste lado, Myers (1998, apud, CHAVES,

⁴ Tomado no sentido de especialistas políticos, que analisem a política— dos sistemas políticos, das organizações e dos processos políticos. Envolvem o estudo da estrutura e dos processos de governo — ou qualquer sistema equivalente de organização humana que tente assegurar segurança, justiça e direitos civis. *Político* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionários/lingua-portuguesa/politólogo>.

2016, p.10) concebeu as Políticas Públicas como as diretrizes que servem para conduzir ações desde um setor ou conjunto de setores numa nação. Chaves (idem), analisando as políticas Públicas como um campo de construção e de institucionalização de disputas em termos de controle de recursos, defende que:

Ao analisar as formas de objetivação das Políticas Públicas, desvenda-se o caráter multifacetado do Estado, entendido como um campo de construção e de institucionalização de disputas em termos de controle de recursos e direcionamento de processos e de posições Sociais. De acordo com a premissa apresentada, as Políticas Públicas são entendidas como expressão de disputas em termos de recursos regras definidoras e consolidadoras de interesses específicos que competem na arena do poder. (CHAVES, 2016, p.10).

Para entender melhor o conceito de Políticas Públicas, deve-se evitar entrar no debate sobre o que é público ou privado, mas entendê-lo como todas as ações do Estado que visam ao bem-estar da sociedade. Sobre este assunto, Pereira (2011) enfatiza que apesar das semelhanças conceituais, Política Pública admite muitas definições e algumas controvérsias em seu entendimento.

Entretanto, as definições dos referidos autores apresentam forte relevância, por serem as Políticas Públicas consideradas ações do governo, entende-se que de algum modo, as mesmas, irão produzir efeitos sobre a sociedade. Nesse sentido, a autora supracitada, afirma que a marca definidora da Política Pública é o fato de ela ser pública, isto é, de ter a responsabilidade de atender a todos, o que significa que as ações do Estado devem abranger toda a sociedade, atender as necessidades sociais e promover o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país. Todavia, em face à dinâmica das contradições vigentes na sociedade e intrínsecas às políticas públicas como forma de expressão concreta do Estado junto à sociedade. Nesta perspectiva, cabe à sociedade civil atuar no exercício do controle social, com objetivo de consolidar o processo democrático.

1.2 Contextos sócio histórico de Políticas Sociais no cenário do Brasil

No mundo contemporâneo a política social é resultante da relação contraditória entre o Estado, a sociedade e o Mercado. Nas sociedades capitalistas, o Estado emprega políticas sociais para atenuar as desigualdades sociais e econômicas criadas pelo funcionamento do sistema capitalista. Segundo Pereira (2011, p. 163), “(...) nas sociedades contemporâneas, a

menção a esse tipo de política, associada aos conceitos de políticas públicas, necessidades sociais e direito da cidadania, tornou-se uma recorrente tendência intelectual e política”. Contudo, segundo a mesma autora “(...) conceituar e definir Política Social implica reconhecer que existem paradigmas ou estatutos epistemológicos competitivos e rivais colocados à disposição desse processo” (Idem, 2011, p.163). A colocação da autora indica que a política social é tratada como uma categoria histórica ligada ao desenvolvimento do sistema capitalista nas suas contradições internas, sendo “dialeticamente contraditória”. E é essa contradição que permite a classe trabalhadora e aos pobres em geral, também, lutar por oportunidades para utilizá-las em seu favor (Idem, 2011, p. 166).

Ao final, na perspectiva adotada nesse trabalho, a política pública é identificada “(...) como uma política de ação, que tem perfil, funções e objetivos próprios e produz impactos no contexto em que atua” (Idem, 2011, p. 166) e, também, como uma categoria histórica desenvolvida, nos marcos do modo de produção capitalista nos países europeus e espalhados no mundo de maneira diversificada, sofre suas inflexões e determinações. Nesta perspectiva busca-se: conhecer o momento de emergência sócio-histórica da política social nas sociedades capitalistas; identificar os motivos históricos desse surgimento; quais são mapear as grandes orientações políticas-econômicas que a atravessam, inclusive entender sua expressão no caso específico do Estado brasileiro.

Segundo Behring e Boschetti (2011), todas as políticas sociais não adotam os mesmos motivos de existência. Na perspectiva dessas autoras a explicação do surgimento delas deriva de múltiplas causas inerentes às expressões da questão social, conforme explicitam na seguinte exposição:

O estudo das políticas sociais deve-se considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem os efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Dito de outra forma relaciona as políticas sociais às determinações econômicas que, em cada momento histórico, atribuem um caráter específico ou uma dada configuração ao capitalismo e às políticas sociais, assumindo, assim, um caráter histórico-estrutural. De ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses de classe em que se situam (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 43).

Baseando-se nas reflexões das autoras busca-se neste trabalho analisar as trajetórias estruturais, econômicas e políticas da categoria histórica política social, a partir de quatro grandes períodos: as antecedenças ou as “protoformas das políticas sociais” a partir do século XIV; a predominância do liberalismo nas políticas sociais a partir da última década do século XIX; o surgimento do Estado de Bem-Estar (o *Welfare State*) a partir da década de 1940 e o último período sendo as políticas sociais no neoliberalismo, a crise do Keynesianismo dos anos 1970.

O período na história das políticas sociais é o que Behring e Boschetti (2011) identificaram como um período dominado por legislações pré-capitalistas punitivas e restritivas, que se cruzaram na interseção entre assistencial social e trabalho forçado. Também no dizer de Pereira (2011), essas legislações são consideradas como leis dos pobres pré-industriais, estabelecidas para lutar contra a presença ameaçadora da *vagabundagem*.

Pereira (2011, p. 61-62) indica que:

Elas constituíam um conjunto de regulações sociais assumidas pelo Estado, a partir da constatação de que a caridade cristã não dava conta de conter possíveis desordens que poderiam advir da lenta substituição da ordem feudal pela capitalista, seguida de generalizada miséria, desabrigos e epidemias.

Behring e Boschetti (2011) fizeram um levantamento a partir da produção teórica de Castel e Polanyi (1998) para apresentar essas diferentes legislações que antecederam a política social, são elas:

Ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas, algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais. As mais exaltadas e frequentemente citadas como legislações seminais são a leis inglesas que se desenvolveram no período que antecedeu a revolução industrial (Polanyi, 2000; Castel 1998): Estatuto dos trabalhadores, de 1349; Estatuto dos artesãos (Artífices), de 1563; Leis dos pobres elisabetanas, que se sucederam entre 1531 e 1601; Lei de domicílio (Settlement Act), de 1662; Speenhamland Act, de 1795; Lei Revisora das leis dos pobres, ou nova lei dos pobres (Poor Law Amendment Act), de 1834. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 48).

Segundo as análises de Behring e Boschetti (2011) e Pereira (2011), essas ações não respondem aos critérios para apresentá-las como políticas sociais modernas. Elas apenas se reúnem em um dinâmico de “código coercitivo do trabalho” com caráter repressivo e não protetor. Eles relevam alguns fundamentos comuns dessas leis que foram resumidos assim:

Estabelecer o imperativo do trabalho a todos que dependiam de sua força de trabalho para sobreviver; obrigar o pobre a aceitar qualquer trabalho que lhe fosse oferecido;

regular a remuneração do trabalho, de modo que o trabalhador pobre não poderia negociar formas de remuneração; proibir a mendicância dos pobres válidos, obrigando-os a se submeter aos trabalhos “oferecidos” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 48).

Nesse período essas ações não foram consideradas como o dever do Estado e direitos dos cidadãos, Pereira (2011, p. 176) indica que:

Pelo contrário, a história registra que as leis dos Pobres, nascidas e desenvolvidas na Grã-Bretanha sob o patrocínio de diferentes governos monárquicos, tiveram como motivação básica o medo da desordem social – em decorrência do aumento da pobreza – e como objetivo principal a repressão à “vagabundagem”. Mais tarde, mesmo reconhecendo a existência de pobres incapazes de trabalhar ao lado de desempregados e dos classificados como preguiçosos, as leis dos pobres não conceberam a política social como um dever do Estado.

De acordo com a argumentação apresentada pelas autoras durante o período pré-capitalista é importante destacar uma dessas leis, que é a de 1834, que identificou já como um anúncio da dominação do pensamento liberal nas políticas sociais (PEREIRA, 2011, p. 176). Essa lei, denominada nova lei dos pobres (*Poor Law Amendment Act*), foi estabelecida no contexto pós-Revolução Industrial e é o ponto de partida da política social liberal segundo a autora:

Pressionada pelo liberalismo econômico, a reforma de 1834 foi a manifestação mais evidente de um processo que tinha determinação estrutural e convincentes postulações doutrinárias. Sua ascensão histórica deveu-se a mudanças radicais no âmbito da produção, mas também a ideologias, cujo defensores, como os reverendos Thomas Malthus e Joseph Townsend, possuíam notável prestígio intelectual e penetração fácil na opinião pública. Além destes, nomes como economista clássico David Ricardo e dos líderes do *laissez-faire* econômico, como Nassau Senior e Edwin Chadwick, construíram importantes argumentos e teses utilitaristas, que se tornaram peças-chaves do pensamento liberal, com vigorosas implicações até hoje (PEREIRA, 2011, p. 176).

De maneira geral, as respostas trazidas por essas legislações aos acontecimentos na história da sociedade capitalista durante o século XIX, e particularmente, a emergência da questão social foi revelada insuficientemente. Esses limites não permitem nomear essas ações sociais como políticas sociais, pois elas são apenas identificadas como ato caritativo para combater a pobreza. E, no processo iniciado pelo capital de dar outra resposta apropriada e sistematizada, surgiu à predominância das políticas sociais liberais como produto das contradições históricas do sistema para garantir sua reprodução.

A sociedade capitalista, no seu desenvolvimento, exigiu novas regulações na relação de trabalho para resolver suas próprias crises históricas e cíclicas. As políticas sociais tornam-se

respostas escolhidas pelo capital para responder aos impactos da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no último quarto do século XVIII, que apareceu sobre uma forma dramática de pobreza (o pauperismo da classe trabalhadora) associada ao aumento de riquezas sem precedentes do modo de produção capitalista. Os trabalhadores organizaram-se e fortaleceram os movimentos proletários para reivindicar a proteção trabalhista. Desta forma, a sistematização das políticas sociais como “remédio social” para aliviar as precárias condições materiais enfrentadas pelos trabalhadores foram assim resumidas por Pereira (2011, p. 59) que indica que:

(...) tal fato foi impulsionado por dois principais conjuntos de forças em expansão, desde a segunda metade do século XVIII, a saber: A revolução industrial, com a sua capacidade sem precedentes de produzir bens materiais e de poder livrar as classes laborais da pobreza herdada do processo de construção dos Estados nacionais, na Europa ocidental, desde o fim da Idade Média; e As mobilizações sociais pela conquista de direitos individuais – civis e políticos – sob o efeito das revoluções burguesas (em particular da francesa, de 1789) que transformaram a antiga ordem feudal na ordem capitalista dominada pela produção mercantil e pela ideologia liberal.

Para Pereira (2011), de maneira pontual, o surgimento das políticas sociais liberais representou uma alternativa encontrada para a construção de um novo tipo de resposta às manifestações da questão social. Esse debate sobre esse novo tipo de política social de inspiração liberal foi iniciado desde 1834 e é considerado por Pereira (2011, p. 70) como o ponto culminante ao reafirmar que:

A *Poor Law Amendment Act* representou um verdadeiro ato abolicionista para a emergente economia de mercado, pois a libertava das rédeas do protecionismo estatal. Nesse processo, a tradição paternalista de controle da pobreza, herdada da época medieval, foi execrada, não apenas pelas suas limitações, mas, principalmente, pela necessidade imperiosa do credo liberal se implementar sem restrições.

Esse modo de pensamento liberal para orientar as políticas sociais no período tinha seus próprios defensores. Os autores liberais lutaram para impor uma economia de mercado caracterizada pela presença de um Estado mínimo não interventivo. Segundo Pereira (2011), os chefes de filas dessas postulações doutrinárias foram Thomas Malthus (1793-1834), Joseph Townsend (1739- 1816), David Ricardo (1772-1823), Nassau Senior (1790-1864) e Edwin Chadwick (1800-1890). Eles são considerados como precursores do liberalismo econômico

(*laissez-faire*) que predominou entre os meados do século XIX até a terceira década do século XX. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 56).

O liberalismo, alimentando pelas teses de David Ricardo e sobretudo de Adam Smith (2003), que formula a justificativa econômica para a necessária e incessante busca do interesse individual, introduz a tese que vai se cristalizar como um fio condutor da ação do Estado liberal: cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo. É o funcionamento livre e ilimitado do mercado que asseguraria o bem-estar. É a “mão invisível” do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum.

Essa reforma liberal é uma interpretação acerca do Estado que rompeu com o debate político iluminista moderno, de Maquiavel a Rousseau segundo Behring e Boschetti (2011) e um golpe dos tímidos avanços das últimas legislações sobre a pobreza, segundo Pereira (2011). Por exemplo, as principais recomendações dentro da reforma no *Poor Law Amendment Act* (1834), que é considerado a ponta do *iceberg* liberal, derrubaram a ideia do Estado planificador. A nova lei dos pobres recomendou: a abolição do abono salarial previsto pelo sistema *Speenhamland*⁵; uma prestação de assistência externa apenas aos incapacitados para o trabalho: enfermos, idosos, inválidos e viúvas com filhos pequenos; a aplicação do princípio da menor elegibilidade, dentre outros.

Esses princípios, à época, orientaram o pensamento liberal. Numa síntese das ideias explanadas por Behring e Boschetti, (2011), ao confirmar essa influência elas apontam alguns elementos essenciais do liberalismo, que são: o liberalismo é regulado pelo predomínio de individualismo; o bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo; o predomínio da liberdade e da competitividade; a naturalização da miséria; o predomínio da lei da necessidade; a manutenção de um Estado mínimo; as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício; a política social como um paliativo. Sobre essa situação da política social executada como paliativo, Behring e Boschetti (2011, p. 51) apontaram que:

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento _ em geral setorializadas e fragmentadas _ às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações da exploração do capital sobre o trabalho.

⁵ O sistema de *Speenhamland* (ou *Speenhamland acordos*) foi um sistema de saúde criado em 1795 pelos Berkshire distrito juízes e lei de execução oficiais, que se reuniram em *Speenhamland* para discutir como lidar com a fome da população do território estava sofrendo como consequência da inflação. Os magistrados descartaram a opção de estabelecer um salário mínimo para os trabalhadores e decidiram criar um subsídio para os pobres (Behring e Boschetti, 2011).

O que significa que essas reformas não acabam com a situação de pobreza resultando na questão social e as condições da classe trabalhadora continuam a piorar. Ao final, sobre as expressões da classe trabalhadora nos vários países na Europa, o capitalismo europeu, na sua dinâmica de gerir a sua própria crise cíclica adotou uma nova configuração no campo das políticas sociais. Uma redefinição que basicamente propôs um novo papel do Estado no mercado, conforme dialogam Behring e Boschetti (2011) com o pensamento de Baebale (1989 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64):

A mobilização e a organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do século XX. Pautada na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, com o direito de voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação. Tais conquistas, contudo, não conseguiram impor a ruptura com o capitalismo.

Sob a dominação liberal, além da mobilização da classe trabalhadora para alterar a orientação das políticas sociais dirigidas pelo Estado de Bem-Estar Social; pode-se destacar também a crise da depressão de 1929-1932. Isso apareceu como uma necessidade pelo capital de garantir respostas à crise econômica e também às reivindicações da classe trabalhadora, conformemente ao pensamento de Behring e Boschetti (2011):

A primeira grande crise do capital, com a depressão de 1929-1932, seguida dos efeitos da Segunda Guerra Mundial, consolidou a convicção sobre a necessidade de regulação estatal para seu enfrentamento. Esta só foi possível pela conjugação de alguns fatores como a) estabelecimento de políticas keynesianas com vistas a gerar pleno emprego e crescimento econômico num mercado capitalista liberal; b) instituição de serviços e políticas sociais com vista a criar demanda e ampliar o mercado de consumo; e c) um amplo acordo entre esquerda e direita, entre capital e trabalho (PIERSON, 1991; MISHRA, 1995), nas condições já tratadas anteriormente. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.92).

Em resumo, são os fatos históricos citados, amarrados ao desejo do capital de garantir sua própria reprodução, que fundamentaram essa virada na economia capitalista liberal, marcada pelo surgimento do Estado de Providência (tradição francesa) ou do *Welfare State* (tradição anglo-saxão) ou de *Sozialstaat* (tradição Alemanha). Um conjunto de denominações que traduzem a mesma concepção do Estado social intervencionista nascido sob o signo da força do sistema capitalista que emergiu nos vários países da Europa.

Behring e Boschetti (2011) chamam atenção para o surgimento desse novo paradigma de Estado intervencionista, regulador da economia, marcado pela dominação do *Welfare State*, que garantiu o fortalecimento do sistema capitalista. Para elas, essa virada entrou numa

continuidade do Estado de base capitalista e é uma estratégia desenvolvida pelo próprio capital com o objetivo de garantir sua reprodução/continuidade. As autoras consideram o keynesianismo _ paradigma dominante do *Welfare State* _ como uma forma de liberalismo heterodoxo, ao contrário do liberalismo ortodoxo do período anterior (liberal), afirmando que:

Na verdade, o liberalismo heterodoxo de Keynes e seus seguidores é a expressão intelectual sistemática das propostas de saída da profunda crise cujo ápice foram os anos de 1929-1932, o que se combinou às mudanças intensas no mundo da produção, por meio do fordismo que também se generaliza no pós-guerra, com novos produtos e processos de produção, e também por meio da indústria bélica, no contexto da guerra fria. Essa é a base material que vai propiciar a expansão dos direitos sociais. A base subjetiva para os anos de crescimento foi a força dos trabalhadores e o novo paradigma socialista que se expendia a leste da Europa, o que forjou um grande pacto social entre os segmentos do capital e do trabalho do setor monopolista, coordenado e sustentado pelo Estado, com governos sociais-democratas na Europa ocidental. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 83).

Gough (1982 apud PEREIRA, 2011, p. 87) reconhece que: (...) o *Welfare State* como um fenômeno também contraditório, porque, ao mesmo tempo em que tem de atender necessidades sociais, impondo limites às livres forças do mercado, o faz preservando a integridade do modo de produção capitalista”.

Desta forma é importante deixar claro que o *Welfare State* de que se fala neste trabalho faz referência a um momento preciso na história do desenvolvimento das políticas sociais nas sociedades capitalistas e, que também não existe um modelo único de *Welfare State*, conforme expõe Pereira (2011):

Viu-se que uma das características dos Estados de Bem-Estar e de suas políticas sociais é que eles são uniformes e homogêneos. Viu-se também que, devido a esta característica, eles variam de um país para outro e são mais e menos generosos, embora tenham um denominador comum: o pressuposto de que o homem não é só uma unidade de produção e, portanto, não é totalmente responsável pelos seus problemas sócios- econômicos, cabendo ao Estado esquecê-lo. (PEREIRA, 2011, p. 185).

Apesar dessa discussão sobre o caráter heterogêneo do *Welfare State* no desenvolvimento do capitalismo europeu, vários autores concordam sobre as referências do seu surgimento no capitalismo. Cita-se Draibe (1993), que cogita que o surgimento do *Welfare State* foi uma abertura da tendência da democracia de massas, e a institucionalização dos direitos sociais, seguido aos direitos civis e políticos. Nesse sinto, (BRIGGS, 1961 apud DRAIBE, 1993, p. 5-6), explicou:

[...] o Welfare State é... um estado no qual se usa deliberadamente o poder organizado (através da política e da administração) num esforço para modificar o jogo das forças do mercado em pelo menos três condições: primeiro, garantindo aos indivíduos e às famílias uma renda mínima independente do valor de mercado do seu trabalho ou de sua propriedade; segundo, restringindo o arco de insegurança, colocando os indivíduos e famílias em condições de fazer frente a certas “contingências sociais” (por exemplo: a doença, a velhice e a desocupação) que, de outra maneira, conduziriam a crises individuais ou familiares; e terceiro, assegurando que a todos os cidadãos, sem distinção de status ou de classe, sejam oferecidos os padrões mais altos de uma gama reconhecida de serviços sociais.

As reflexões expostas (PEREIRA, 2011; BEHRING & BOSCHETTI, 2011) concorda sobre os avanços sociais do *Welfare State* em benefício da classe trabalhadora na Europa, conforme indicam Behring & Boschetti (2011, p. 92) que:

Ao analisar as “origens e desenvolvimento do Welfare State”, esse autor (Pierson, 1991) aponta três elementos que marcam esse período como a “idade de ouro” das políticas sociais. O primeiro desses elementos é o crescimento do orçamento social em todos os países da Europa que integravam a OCDE, cuja média de gasto, em relação ao produto interior bruto, passou de 3%, em 1914, para 5%, em 1940, em 10% e 20% em 1950 e 25% em 1970. Outro deles é o crescimento incremental de mudança demográfica, expresso pelo aumento da população idosa nos países capitalistas centrais, que ampliou os gastos com aposentadorias e saúde, e pelo aumento da taxa da população economicamente inativa que mudou a relação contribuinte (ativo) e usuário das pensões (inativo). O terceiro é o crescimento sequencial de programas sociais no período.

Assim como os defensores do liberalismo no período anterior, esse modelo de pensamento de Estado regulador, reconhecido como o keynesianismo, foi influenciado por alguns pensadores importantes como: John M. Keynes (apud JEAN BAPTISTE, 2018) que defendeu o pleno emprego e que questionou, ao mesmo tempo, a efetividade das teorias clássicas da economia, particularmente a lei de Say (1767-1832) (lei dos mercados), segundo a qual a oferta cria sua própria demanda; de William H. Beveridge (apud JEANBAPTISTE, 2018) que propôs a construção da seguridade social extensiva; e de Thomas H. Marshall (1967) que teorizou sobre a sistematização da cidadania.

Segundo Pereira (2011, p. 89- 90):

Para dar racionalidade as suas ações, o *Welfare State* guiou-se (apesar de não ser idêntico ou unívoco nos vários contextos nacionais em que se realizou e se processou) por três marcos orientadores que, combinados, formam o que venho chamando, inspirada em Roche (1992), de Paradigma dominante de Estado de Bem Estar, a saber: o receituário keynesiano de regulação econômica e social, inaugurado nos anos 1930; as postulações do relatório Beveridge sobre a Seguridade Social, publicadas em 1942; e a formulação da teoria trifacetada da cidadania, de T. H. Marshall, nos fins dos anos 1940. Cada um desses marcos gira em torno de um eixo

particular que, conjuntamente, formam as colunas mestras (teóricas, políticas e ideológicas) modernas do *Welfare State* e de suas políticas.

Além desses fatos relatados anteriormente, Behring e Boschetti agregaram a influência do fordismo como nova forma de regulação da relação de trabalho baseada na produção em massa para o consumo em massa:

O que havia de novo em Ford era sua perspectiva de combinar produção em massa com consumo de massa, o que pressupunha um novo sistema de reprodução da força de trabalho, bem como “uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (Havey, 1993:121). Gramsci, em seu importante ensaio “Americano e fordismo” (2001) também percebe o fordismo, para além da dimensão econômica, com seu impulso ao processo de extração da mais valia relativa. Ele identifica sensivelmente a relação social fordista como um esforço de produção de um novo homem inserido em uma “nova” sociedade capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 87).

Behring e Boschetti (2011), sem tratar sobre as manifestações particulares do Estado social regulador, indicam que o termo *Welfare State* é o mais apropriado para caracterizar os conjuntos de intervenções do Estado para corrigir as expressões da questão social durante o século XX. Nesta abordagem, as autoras (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 99) relatam apenas dois modelos clássicos de *Welfare State*, entre os modelos adotados nos países capitalistas, para orientar a caracterização de todos os outros, são eles: o modelo Beveridgiano da tradição anglo-saxônica e o modelo Bismarckiano da tradição alemã, como:

(...) parâmetro para a caracterização do Estado Social dos sistemas de seguridade social predominantes nos países capitalistas da Europa ocidental. Embora não existam sistemas e “modelos puros”, quando ocorre predomínio da lógica do seguro, os autores tendem a identificar o sistema como sendo de seguros ou bismarckiano; quando predominam amplos serviços não contributivos, tendem a identificá-lo como sistema beveridgiano ou de seguridade social, com base no plano Beveridge (DUMONT, 1995; DUFOURCQ, 1994).

Essa reflexão contribui para evidenciar uma tentativa de classificação feita por Pereira (2011) de Estado de Bem-Estar que tinha existido. Em primeiro lugar, segundo a autora, tinham os Estados de Bem-Estar intervencionistas encontrados nos países como Suécia, Noruega, Áustria e Finlândia, que combinam política social extensiva e comprometida institucionalmente com o pleno emprego; em segundo lugar, os Estados de Bem-Estar compensatórios brandos, encontrados nos países como a Bélgica, Dinamarca, Holanda,

França, Itália, Alemanha e Irlanda, nos quais foram dominados pelas provisões sociais destinadas a compensar as necessidades advindas do desemprego; em terceiro lugar, os Estados de Bem-Estar orientados para o pleno emprego, com escassa política de bem-estar, encontrados nos países como Japão e Suíça, dominados pela redução das prestações sociais públicas; e, enfim, os Estados orientados para o mercado com escassa política de bem-estar, encontrados nos países como a Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia que são considerados como países que abraçaram a ideologia liberal-conservadora com a garantia limitada de emprego pelo Estado.

Segundo as reflexões de Behring e Boschetti (2011), a ideologia neoliberal, assim como foi a ideologia do Estado regulador (keynesianismo), surgiram a partir das crises cíclicas do próprio modo de produção capitalista, sendo um jogo de anticrise. Desta forma, a predominância do pensamento neoliberal na história das políticas sociais no sistema capitalista surgiu a partir dos anos 1970, considerado como o período da crise do keynesianismo, que implicitamente marcou o retrocesso em algumas conquistas da classe trabalhadora. É o que Pereira (2011) identificou como uma transformação do *Welfare State* (bem-estar incondicional) em *Workfare* (bem-estar em troca de trabalho). Mas, vale ressaltar que essa ideia foi elaborada no Pós-Segunda Guerra Mundial, mas foi limitada pela potência dos movimentos da classe trabalhadora à época.

Contudo, de maneira pontual, o neoliberalismo que re-promoveu as ideias liberais do Estado do século XVIII tornando-se hegemônico (ANDERSON, 1995; NAVARRO, 1998, apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 126), “(...) quando seus princípios foram assumidos nos programas governamentais em diversos países da Europa e dos Estados Unidos. Os primeiros expoentes foram os governos Thatcher (Inglaterra, 1979), Reagan (EUA, 1980), Kohl (Alemanha, 1982), e Schluter (Dinamarca, 1983)”. Esse processo de implementação do neoliberalismo teve continuidade com os governos eleitos na Europa Ocidental na década 1980.

A ideologia neoliberal foi adaptada basicamente para resolver as crises do sistema imperialista e combater o Estado intervencionista do keynesianismo para colocar as bases de uma nova forma de capitalismo. Na década 1980, a hegemonia neoliberal nos países capitalistas centrais não teve força suficiente para combater a crise enfrentada pelo sistema capitalista, e nem de alterar os enormes índices de recessão e o baixo crescimento econômico (BEHRING & BOSCHETTI, 2011). Tendo em vista que as medidas para solução da crise que foram implementadas, afetaram sobremaneira as condições de reprodução a classe

trabalhadora, com aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários e redução de gastos com as políticas sociais (idem, 2011, p. 127).

As políticas sociais, em seu conjunto, desde a origem até a atualidade, continuam a ser um dos meios que o capital utiliza para manter sobre controle as reivindicações e lutas das classes trabalhadoras, para atenuar as consequências advindas das desigualdades socioeconômicas criadas pelas contradições inerentes ao sistema e garantir sua própria continuidade.

Assim, embora o modelo internacional que marca as políticas tenha força e gere determinações, as políticas sociais em cada país encontram seu modo próprio de desenvolvimento, que depende da correlação estabelecida pela mobilização dos grupos sociais que formam as forças produtivas. Como apontou Behring e Boschetti (2011, p. 64):

[...] o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado.

Em outras palavras, isso significa que nem todos os países vivenciaram a mesma trajetória ou experimentaram o mesmo modelo de política social, todavia, pode-se afirmar que este caminho predominou nos países capitalistas ocidentais. As políticas sociais desenvolvidas nos Estados Unidos são diferentes do que são desenvolvidas no Brasil do ponto de vista histórico, institucional e político, sendo semelhante para as desenvolvidas no Haiti. Todavia, todas elas têm em comum o fato de serem produtos contraditórios do sistema capitalista, dos resultados das conquistas das classes trabalhadores e recuperadas pelo capital, para tornarem-se um conjunto de ações sociais desenvolvidas pelo capital para atenuar as condições subalternas e de exploração da classe trabalhadora e garantir a reprodução do sistema.

A referência de Yazbek (2008, apud JEAN BAPTISTE, 2018), que concebeu a política social como conjunto de ações do Estado nas áreas sociais, conjugada com a da Pereira (2011) nos servirá para esclarecer a política social.

Esse conjunto de ações sociais de caráter reformista evidencia-se nos vários setores de atividade como a educação, a saúde, o emprego, a moradia, a assistência social, dentre outros. Nessa dinâmica, o papel do Estado na gestão e administração dessas políticas sociais é incontornável porque, teoricamente, é o primeiro responsável nas orientações das políticas

públicas de cada país, mesmo que seja identificado como um Estado forte ou fraco ou qualquer outro qualificativo alocado.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), o surgimento das políticas sociais foi sucessivo e distinto entre os países, ocorrendo com base nos movimentos e organizações reivindicatórios da classe trabalhadora e na correlação de forças no âmbito do Estado. No *Welfare State*, o Estado é o principal agente de proteção social de garantia de direitos e, no Brasil o estado de bem-estar-social, não aconteceu (conforme atestam diversos estudos). Todavia, ocorreram reflexos do sistema internacional no país. As políticas sociais tiveram sua trajetória inspirada nas políticas sociais e econômicas internacionais, e o seu surgimento foi diferenciado do que aconteceu nos países capitalistas avançados, pois, os países centrais nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista, e o sistema de bem-estar brasileiro sempre expressou limitações decorrentes dessas obrigações (PEREIRA, 2011).

Segundo Behring e Boschetti (2011), no século XIX, período em que no Brasil ainda prevalecia o sistema escravista, já existiam movimentos dos trabalhadores operários, no entanto, não havia radicalização nas lutas, faltavam-lhes forças. Enquanto isso, as elites políticas impediam com repressão que a população trabalhadora reivindicasse com mais rigor respostas imediatas às suas necessidades por parte do Estado. Nesse período, a questão social, já existente no Brasil, só foi reconhecida como questão de política a partir da primeira década do século XX, isto é, a partir da década de 1930, através das primeiras lutas dos trabalhadores e primeiras iniciativas de legislação voltada ao trabalho.

Entretanto, as discussões sobre as políticas públicas no Brasil passaram a ganhar centralidade a partir da década de 1980, pois, anterior a esta década eram tratadas de maneira tangencial, principalmente quando se referia às políticas sociais. Com a Constituição Federal de 1988, através de lutas e reivindicações dos movimentos populares estabeleceu-se na Carta Magna expressivas alterações concernentes aos direitos sociais e na área de proteção social com a intervenção do Estado.

Dessa forma, subentende-se que não há política social desligada de confrontos sociais. De modo geral, o Estado, ao longo de sua existência histórica, é o formulador e executor das políticas, principalmente no Estado Moderno, o qual atende algumas reivindicações populares. Constata-se, conforme Vieira (1992), que as Políticas Públicas e Sociais têm sido ligadas à lógica do mercado, à capacidade de compensar as falhas deste à ação e aos projetos dos governos, aos problemas sociais, à transformação dos trabalhadores não assalariados em trabalhadores assalariados, à redução dos conflitos entre classes, e entre outros.

Face ao exposto, a partir dos conceitos na sua construção histórica e significados em torno da realidade contemporânea sobre as Políticas Públicas é relevante abordar como as Políticas Sociais expressam-se no campo das *Políticas Públicas de Assistência Social Brasileira*, mais especificamente em face à imigração no território nacional.

1.3 Políticas Públicas de Assistência Social Brasileira no Contexto Migratório

Para entender melhor as Políticas Públicas de Assistência Social no trato das questões de imigração para o Brasil, é importante vislumbrar o fenômeno migratório no mundo. Segundo as Nações Unidas, a humanidade sempre esteve em movimento. Algumas pessoas deslocam-se para encontrar novas oportunidades de trabalho, juntar-se à família ou estudar. Outras se movem para fugir de conflitos, perseguições, terrorismo ou violações de direitos humanos. Outras ainda se movem por causa dos efeitos das mudanças climáticas, desastres naturais ou outros fatores ambientais (ONU, 2017).

Para adentrar na discussão sobre o processo de migração dos haitianos será importante debater as bases teóricas do conceito de migração para entender esse fenômeno no contexto da lógica da sociedade capitalista. Isso levar-se a fazer a pergunta de maneira global. Por que migrar efetivamente?

Os pesquisadores em Ciências Humanas e Sociais empreendem extensos esforços tentando há mais de um século esclarecer esta questão, que diz respeito tanto a Geografia como Psicologia, Economia, Sociologia, Antropologia, Serviço Social ou Demografia. De acordo com os pontos de vista dos autores positivistas clássicos, a migração é um fenômeno natural e inevitável resultante da escolha pessoal do indivíduo migrante (RICHMOND, 1988).

Nesta linhagem, Thomas Robert Malthus (apud RICHMOND, 1988) declarou que a migração é uma consequência inevitável da superpopulação. Esse pensamento decorre da visão de que a população cresce em ordem geométrica, mas a capacidade da terra de reprodução dos recursos naturais para atender as necessidades com alimentos e outros bens para população cresce em ordem aritmética. Portanto, há uma inadequação entre o crescimento populacional e o número de riqueza disponível, que é a base do fenômeno migratório acelera no mundo (RICHMOND, 1988). De acordo com Piche (2013), que emite uma das primeiras abordagens explicativas, tanto a migração interna quanto a migração internacional centram-se na tomada de decisões individuais. Antes de tomar a decisão de deixar o local de residência, o indivíduo examina os custos, bem como as oportunidades da

possível migração. Lee (1996, apud PICHE, 2013) compartilha uma abordagem individualista da migração, expondo que as pessoas migram em busca de melhores oportunidades e bem-estar que elas não encontram em seus países, cuja decisão é tomada em razão das informações que possuem sobre o país de destino. Portanto, não são tanto as características objetivas, mas as percepções individuais dos locais de origem e destino que causam a migração. Entre os fatores que intervêm no processo de migração, Lee (1996, apud PICHE, 2013) menciona contatos pessoais e fontes de informações existentes no local de destino.

Segundo Sassen (1988, PICHE, 2013), a imigração é um fenômeno essencialmente urbano e diz respeito, em particular, aos centros urbanos do mundo desenvolvido, respondendo em primeiro lugar à demanda de trabalho. Nessa concepção de migração, já não se fala de ruptura permissiva, mas de manutenção de vínculos entre o ambiente de origem do indivíduo e o lugar de residência, já que a vida dos migrantes atravessa fronteiras nacionais, unindo duas sociedades em um só apenas campo social.

De fato, a abordagem *clássica positivista* é baseada na hipótese central de racionalidade e *homoeconomicus*, à qual a complexificação é progressivamente introduzida. A unidade de referência continua sendo o indivíduo, possivelmente a família. No entanto, não leva em conta o contexto sócio histórico e político que dá origem para este fenômeno, o que, de acordo com as abordagens marxistas, é indispensável para compreender melhor os fatores explicativos da migração tanto nacional ou internacional.

Apesar de Marx (apud RICHMOND, 1988) não estar diretamente preocupado com o fenômeno migratório em suas muitas investigações, mas indiretamente, ele o abordou. Ao contrário da concepção malthusiana, que faz crer que a migração é um fenômeno natural e inevitável, para ele, a migração é uma consequência das relações contraditórias entre capital-trabalho. Ao examinar os efeitos das mudanças de política, econômica e social na França, Irlanda e Escócia, Marx (apud RICHMOND, 1988; p. 5) enfatizou que são os governos e os militares que forçaram os camponeses e pequenos proprietários a migrarem, através de políticas de atração de força de trabalho. Ao escrever seu famoso texto intitulado “Imperialismo, o Estágio Supremo do capitalismo”, Lenine (1966) observou que o expansionismo do sistema capitalista no mundo ocorria a partir da migração era planejada por e para grandes empresas capitalistas monopolistas, exigindo a disponibilidade de força de trabalho e de baixo custo. Assim, ele declarou que: o propósito da imigração é justamente fazer vir a força de trabalho para explorar.

No momento de escrever este livro, em 1917, o mundo estava em meio a I Guerra Mundial (1914-1918), com uma oligarquia ocidental mais delirante do que nunca, neste livro expôs que a I Guerra era de um lado uma peleja imperialista, isto é, uma guerra de conquista, pilhagem, roubo e, por outro lado, uma disputa pela divisão do mundo, pela distribuição e redistribuição dos assentamentos, influência do capital financeiro (LENINE, 1966). Ele observou, entre outras questões, que nos países imperialistas a emigração diminuiu consideravelmente, mas a imigração aumentou, pela afluência de trabalhadores de países mais empobrecidos, onde os salários são mais baixos.

Para além da discussão apresentada pelo autor, a partir da ótica dos imigrantes os países ricos possuem mercado de trabalho que retribui com salários maiores e direitos sociais os trabalhadores; todavia, há muitos indicativos de que os migrantes conseguem alocações em postos de trabalho rejeitados pelos cidadãos dos países ricos. Como exemplo, o autor citado apontou o colapso da emigração alemã ou inglesa “enquanto o número de trabalhadores da Áustria, Itália, Rússia, etc, estava aumentando”. Segundo o censo de 1907, havia 1.342.294 estrangeiros na Alemanha, incluindo 440.800 trabalhadores industriais e 257.329 trabalhadores agrícolas. Na França, os trabalhadores da indústria de mineração são “em grande parte” estrangeira: poloneses, italianos e espanhóis. Nos Estados Unidos, os imigrantes do Leste e do Sul da Europa ocupam os empregos mais mal remunerados “(LENINE, 1966, ps.12-15)”. Assim, ao contrário de Malthus, Lenine (1966) pensou que a migração é um projeto desenvolvido pelo Imperialismo Capitalista para aumentar seus lucros.

Gaudemar (1977) compartilhou da mesma ideia que Lenine (1966), que, segundo ele, as grandes ondas de migração internacional são planejadas pelas grandes empresas capitalistas, que precisam de forças de trabalho superexploráveis. Porque, geralmente, esta categoria está exposta a condições difíceis de trabalho, devido à inexistência ou não das aplicações de leis que regularizem sua situação. Assim, tal estratégia (re)presenta uma combinação vantajosa para a dinâmica de expansão das empresas capitalistas, que aproveitam todas as vantagens disponíveis ao disporem de força de trabalho abundante e barata (GAUDEMAR, 1977, p. 27).

Nessa mesma linha, um grupo dos sociólogos francês ponderaram sobre a aristocracia que se forma no interior do proletariado para explicar bem a lógica do capital, que, para explorar os trabalhadores, desenvolvem das políticas discriminatórias, favorecendo certo privilégio para uma minoria de trabalhadores com base na origem, experiência, sexo, raça ou nível de qualificação, etc. (L'ARISTOCRATIE OUVRIÈRE, 2005, pgs.1-2). Essa afirmação

pode ser observada em relação a situação média salarial anual dos trabalhadores nas grandes empresas americanas, de acordo com a região de nascimento (ver Quadro 4).

Quadro 4: Salário médio anual nos Estados Unidos segundo região de nascimento (em US \$, correntes)

NATIVOS	MEXICANOS	CENTROAMERICANOS	CARIBENHOS	SUL-AMERICANOS
39575	24270	25750	32515	34400

Fonte: Consejo Nacional de Población - CONAPO, 2008.

O último relatório da ONU (2017) estima que o número de pessoas migradas, ou seja, pessoas que vivem fora de seu país de origem, é de 258 milhões, ou 4,3% da população global do planeta. Este mesmo relatório indica também que uma parcela expressiva desses imigrantes vive em situações sub-humanas, expostas a atos de racismo e explorações excessivas em seu país de acolhimento.

Chaves (2018), em seu artigo intitulado “Pobreza X Inclusão Social: dilemas e desafios Político, social e Ambiental”, discutiu sobre as condições vulnerabilidade social para descrever a situação da vida de certas categorias especiais no mundo, notadamente os imigrantes internacionais, os refugiados e os deslocados internos:

A terminologia vulnerabilidade social exprime uma condição de indivíduos ou coletivo de sujeitos que estão com dificuldades, comuns, especiais e/ou peculiares, de exercer com plenitude sua condição de cidadania, ou seja, de usufruir os direitos que possuem e que são reconhecidos pelo ordenamento constitucional e jurídico do País. Poderão constituir causas de vulnerabilidade social, entre outras, as seguintes: idade, gênero, incapacidade em função de estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, ambientais, étnicas e/ou culturais como a pertença a comunidades indígenas ou a minorias, a vitimização, a migração e o deslocamento interno, perante o sistema de justiça, e também pela pobreza como resultado do empobrecimento material e/ou imaterial. (CHAVES, 2018, p.109).

No entanto, Chaves (idem) enumerou um conjunto de direitos inalienáveis à pessoa humana, imigrantes, refugiados e pessoas deslocadas internas que são inerentes a todos os homens/mulheres e, portanto, devem estar ativos para beneficiar toda e qualquer pessoa em qualquer quadrante do planeta:

Os direitos humanos são classificados em: 1. Liberdades individuais – direitos civis (liberdades de locomoção, propriedade, segurança, acesso à justiça, associação, opinião e expressão, crença religiosa, integridade física); 2. Dos direitos sociais – direitos ligados ao mundo do trabalho (salário, jornada, seguridade social, férias, previdência), caráter social geral (educação, saúde, habitação, lazer, segurança),

marcados pelas lutas dos trabalhadores – direitos de cidadania; 3. dos direitos coletivos da humanidade – meio ambiente, paz, desenvolvimento, autodeterminação dos povos, patrimônio científico, cultural e tecnológico, direitos sem fronteiras e transfronteiriços, *solidariedade planetária* (testes nucleares, devastação florestal, poluição industrial e contaminação das águas, controle de patentes de remédios), ameaças entre as nações, fluxos migratórios, direitos atuais e das gerações futuras; a igualdade democrática preconiza: igualdade diante da lei, ou seja, sob o pressuposto da aplicação efetiva da lei, para proteção ou punição (*isonomia*); a igualdade na participação política (*isegoria*); a igualdade de condições socioeconômicas básicas que compreende as garantias da dignidade humana. (CHAVES, 2018, p. 107).

Todos esses direitos foram referendados pelas Nações Unidas desde 1951, da qual o Brasil é signatário, criando órgãos específicos relacionados às pessoas deslocadas em todo o mundo, como, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Organização Internacional para Migração e outros. Sobre esse assunto, Figueiredo (2019) assinalou que:

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa” e ainda “em caso de perseguição toda pessoa tem direito a buscar asilo e a desfrutar dele, em qualquer país”. Com vista em criar uma política eficaz capaz de tutelar o direito dos refugiados e os migrantes, em 1951, a ONU criou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), órgão subsidiário responsável em promover, com os Estados e as ONGs, a proteção assistencial internacional aos refugiados e os migrantes. A criação da ACNUR concorreu para, no mesmo ano, a comunidade internacional elaborar uma Convenção em Genebra determinando os direitos e obrigações dos refugiados por meio de um estatuto migratório próprio conhecido como Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados ou apenas Carta dos Direitos dos Refugiados (FIGUEIREDO, 2019, ps.3-4)

Mediante o cenário predominante na contemporaneidade, o Brasil não é à exceção a este fenômeno. Em 2019, o número de imigrantes atingiu 1.1 milhão, enquanto em 2000 alcançou 143.644 (RIBEIRO, 2019). A fim de regular a situação dos imigrantes e garantir seus direitos, as autoridades públicas do país adotaram um conjunto de medidas, sob a forma de políticas públicas. O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (2016) reconhece os imigrantes como sujeitos de direitos, ao definir a preocupação do Estado brasileiro pela afirmação de que:

Nos últimos anos, o Brasil vem passando por um aumento do fluxo migratório de estrangeiros para o território nacional, trazendo um grande desafio para a oferta de políticas públicas adequadas às especificidades dos diversos grupos, e que sejam capazes de atender ao repentino aumento da demanda. Ciente da situação de vulnerabilidade em que se encontram muitos dos estrangeiros que migram para o Brasil, os operadores do Sistema Único de Assistência Social vêm ocupando os mais diversos campos de sua atuação para garantir os direitos dos migrantes.

O fenômeno da migração se manifesta de muitas formas no território nacional, apresentando especificidades. O primeiro passo para se definir o direito socioassistencial de pessoas em situação migratória é reconhecer que migrantes são sujeitos de direitos, com direitos e proteções asseguradas tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto no plano internacional (MDSA, 2016, p.4).

Historicamente, a primeira legislação que tratou da imigração para o Brasil a Lei nº 601, data 1850, que garantia os fundamentos dos direitos dos migrantes no território do Brasil. Para Figueiredo (2019) esta foi uma constituição muito avançada em matéria de direitos humanos e cidadania, garantindo os direitos sociais dos imigrantes em todo o território brasileiro.

No entanto, com o golpe de 1964 que derrubou o presidente eleito João Goulart e resultou na instalação de um regime ditatorial no país, liderado por Marechal Castelo Branco, a política de migração do país mudou consideravelmente. Em 1967, uma nova constituição foi elaborada e promulgada, na qual os direitos dos imigrantes foram restringidos. Nesse sentido, Pacheco e Patarra (1997, p, 21) analisaram os vários fluxos migratórios no Brasil, de 1964 a 1980, e indicam que para atender aos interesses econômicos e políticos do Estado autoritário, o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980) impôs uma “orientação sociopolítica restritiva” aos imigrantes.

No mesmo sentido, Assis (2011, apud SILVA, 2016, p. 213) indica que durante o regime militar (1964-1980), as políticas migratórias de Estado não mais se direcionavam a atrair ou aceitar imigrantes de outros países como estratégia de desenvolvimento, conforme havia acontecido desde o período da colonização do país. Todavia, neste ponto do debate faz-se necessário efetuar uma breve digressão, para esclarecer que no caso da região Norte do país, no Bioma Amazônico especificamente, a política de atração de migrantes prevaleceu até meados do século XX, patrocinada pelos governos militares, sob o lema da integração da região. Todavia, a política de atração de mão de obra foi adotada para o território brasileiro patrocinando o deslocamento de pessoas das regiões com maior conflito fundiário, no Nordeste, por exemplo, visando esvaziar a luta pela Reforma Agrária no país. Enquanto a presença do indivíduo estrangeiro passou a ser observada sob a ótica da segurança nacional, assim a política migratória desse período não apenas deixou de acolher migrantes impulsionados pelos fatores econômicos como também exilados e solicitantes de asilo que fugiam de regime autoritários.

Entretanto, foi no bojo da redemocratização que importantes alterações foram incorporadas no cenário brasileiro, alterações que trouxeram impactos para a questão da

imigração. Uma delas foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consagrou alguns direitos à semelhança daqueles que possuem os cidadãos brasileiros para os imigrantes documentados que vivem no país. Então, lê-se “(...) todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)” (BRASIL, 1988, art.05).

Além de medidas encontradas na Constituição Federal do Brasil (CFB), outras leis foram criadas e, atualmente tem-se um arcabouço que caracteriza a Política de Assistência Social no país. Entre estas legislações destacam-se: a Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); a Resolução nº 145/04, que trata da Política Nacional de Assistência Social (PNAS); a Resolução nº 130/05, referente à Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) e a Resolução nº 109/09, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais⁶; e leis, resoluções e portarias do estado Amazonas e do município de Manaus, as quais dizem respeito à população migrante.

Cumprir destacar que a PNAS, encontra-se organizada a partir da diferenciação entre dois níveis de proteção, a básica e a especial; níveis estes que representam o reconhecimento de que os beneficiários dessa política não são constituintes de um grupo homogêneo; ao contrário, os diferentes grupos são marcados por distintas vulnerabilidades, ou ainda, submetidos a diferentes riscos sociais. Lê-se na seção 03 do relatório do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrária (2016, p.11), sobre o atendimento aos migrantes no SUAS:

A Proteção Social Básica (PSB) age nas vulnerabilidades associadas aos ciclos de vida (infância, adolescência e terceira idade), ou às deficiências e às fragilidades de convivência ou socialização; sendo que a Proteção Social Especial (PSE) atua no atendimento aos direitos violados e encontra-se organizada em média e alta complexidade. A Política Nacional de Assistência Social prevê o ordenamento dos serviços em rede e de acordo com os seguintes tipos de proteção social: básica e especial (de média e alta complexidade).

O atendimento aos migrantes deve estar garantido em todos os níveis de proteção, de acordo com as demandas apresentadas.

A Proteção Social Básica reúne um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade social e risco pessoal e social.

Destina-se à população que tem acesso precário ou nulo aos serviços públicos, fragilização de vínculos afetivos e comunitários ou discriminações (etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências), entre outras, independente da nacionalidade. A

⁶ A Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) tipifica os Serviços Socioassistenciais disponíveis no Brasil organizando-os por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. É conjunto de serviços destinados à superação de situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza ou da falta de acesso a serviços públicos e a direitos (MDSA, 2016).

unidade de referência nos territórios para oferta de atenção no âmbito da proteção básica é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) (MDSA, 2016, p.11).

A Resolução nº 109 de 11/11/2009, refere-se à Tipificação Nacional dos Serviços Sócio-Assistenciais, que prevê o Serviço de Acolhimento Institucional, que constitui o acolhimento provisório, com estrutura para abrigar pessoas do mesmo sexo, ou grupo familiar. Este serviço é previsto para situações de rua, de desabrigo por abandono, migração e ausência de residência, além das pessoas em trânsito, indivíduos sem condições de auto sustento, prevendo duas modalidades de atendimento em unidades institucionais: “(...) semelhante a uma residência [...]; acolhimento emergencial, realizado por profissionais preparados, em qualquer horário; enquanto se realiza o diagnóstico de cada situação e os devidos encaminhamentos”.

A regulação dos Serviços de PSE de Média e Alta Complexidade, destinados à população migrante, no âmbito do Estado e do Sistema Único de Assistência Social, encontra-se normatizada pela Portaria nº 001, de 10/12/2008, a qual traz: a previsão de que os serviços socioassistenciais ao migrante poderão ser executados pelo município, especificando que: Art. 4º § 2º - “Os serviços socioassistenciais devem possuir estrutura física adequada, incluindo acessibilidade para os deficientes”; Art. 4º § 3º - “devem favorecer a reinserção social e familiar ao migrante [...]”; Art. 5º - “o acolhimento, a concessão de passe nos transportes rodoviário e ferroviário, a oferta de albergues, alimentação, higienização e vestuário”.

A Resolução da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDESE) nº 16 de 04/03/2009 uniformiza os critérios de repasse dos recursos financeiros concedidos pelo Estado, destinados ao cofinanciamento das ações socioassistenciais continuadas, em conformidade com os Planos Municipais aprovados pela Secretaria e Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS).

Além dos serviços socioassistenciais destaca-se na Proteção Social Básica os Benefícios Assistenciais e os Programas de Transferência de Renda, entre os quais o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família para os imigrantes no território brasileiro. Conforme o MDSA (2016, p. 12):

Em relação aos serviços, o Programa Bolsa Família prevê garantia de renda a famílias migrantes em condições de equiparação aos nacionais. Para garantir a efetivação do programa para o público migrante, o MDS publicou o ofício circular conjunto nº 2/2014.

SENARC/MDS e SNAS/MDS, de 11 de fevereiro de 2014, com esclarecimentos em relação ao cadastramento de estrangeiros no Cadastro Único para Políticas Sociais e acesso ao Programa Bolsa Família.

No referido documento, o MDSA ressalta que não existe óbice ao cadastramento e concessão de benefícios para estrangeiros, que são públicos das políticas sociais da mesma forma que os nacionais, desde que atendidos os aspectos de vulnerabilidade social. A única exceção à regra é o Benefício de Prestação Continuada, exclusivo para brasileiros, segundo disposição do Decreto nº 6.214/2007, que não é extensível aos estrangeiros.

Na seção 04 do mesmo relator do MDSA (2016, ps. 18-23), explicita-se que os princípios, diretrizes e competências federativas no atendimento aos migrantes sem exceção nenhuma no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Portanto, esses princípios podem ser resumidos da seguinte forma, de acordo com o relatório do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (2016):

- a) Universalidade: todos os migrantes têm direito à proteção socioassistencial prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;
- b) gratuidade: a assistência social aos migrantes deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida;
- c) integralidade da proteção social: o migrante tem direito a oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais (com ressalvas para o Benefício de Prestação Continuada que é previsto apenas para brasileiros natos ou naturalizados, conforme estabelece o Decreto nº 6.214/2007);
- d) intersetorialidade: a oferta de serviços socioassistenciais aos migrantes deve se pautar pela integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais. (MDSA, 2016, p. 18).

O mesmo relatório fornece também as Diretrizes do Sistema Único de Assistência Social do país, em relação aos imigrantes em todo o território brasileiro:

- a) Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;
- b) Descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;
- c) Financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- d) Matricialidade sociofamiliar;
- f) Territorialização;
- g) Fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil
- h) Controle social e participação popular. (MDSA, 2016, p.19)

Então, no mesmo relatório, as Competências dos Entes são definidas em termos de atendimento a esses imigrantes. Todas as entidades têm suas próprias responsabilidades para

garantir que os direitos dos imigrantes sejam respeitados de acordo com os padrões estabelecidos pelas Nações Unidas desde 1948, da maneira seguinte:

1. Constituem responsabilidades comuns à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme suas competências previstas na Constituição Federal, na LOAS e na NOB/SUAS 2012, no que se refere aos migrantes:
 - a) A gestão e organização do SUAS, assegurada a prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais com metodologias específicas para o atendimento ao migrante e suas famílias, ofertados por meio da rede socioassistencial;
 - b) A definição de fluxos de referência e contrarreferência do atendimento aos migrantes nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas, de modo a garantir a atenção igualitária;
 - c) A integração de serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência, conforme critérios de acesso;
 - d) A promoção da articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e o sistema de defesa e garantia de direitos; e,
 - e) A capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, em conjunto com outras políticas públicas. (Idem, p.20).

Na página 21 do referido relatório, as responsabilidades da União são claras e precisas em relação ao atendimento aos imigrantes no solo do país, devendo:

- (i) definir e disponibilizar orientações metodológicas para a oferta de serviços de proteção social básica e especial voltadas a adultos e famílias em situação de migração, de forma a prevenir ou reverter situações de vulnerabilidade e riscos sociais;
- (ii) realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social no atendimento a migrantes e assessorar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para seu desenvolvimento;
- (iii) regular o acesso às seguranças de proteção social, conforme estabelecem a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e NOB SUAS;
- (iv) cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, os serviços voltados a adultos e famílias em situação de migração, em âmbito regional e local (Idem, p.21).

No entanto, cabe aos Estados:

- a) cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo os serviços voltados a adultos e famílias em situação de migração, em âmbito regional e local;
- b) estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social voltados a adultos e famílias em situação de migração;
- c) organizar, coordenar e prestar serviços regionalizados de proteção social especial de média e alta complexidade voltados ao atendimento a adultos e famílias em situação

de migração, de acordo com o diagnóstico socioterritorial e os critérios pactuados na CIB e deliberados pelo CEAS;

d) realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social no atendimento a migrantes em sua esfera de abrangência e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento;

e) apoiar técnica e financeiramente os Municípios na implantação e na organização dos serviços voltados a adultos e famílias em situação de migração;

f) coordenar o processo de definição dos fluxos de referência e contrarreferência dos serviços regionalizados voltados a adultos e famílias, acordado com os Municípios e pactuado na CIB; e,

g) organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede socioassistencial nos âmbitos estadual e regional (Idem p.23).

Para os Municípios, as responsabilidades não são menores, eles são responsáveis por organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar uma rede de serviços de proteção básica. Assim como:

a) prestar os serviços socioassistenciais, desenvolvendo metodologias específicas para o atendimento de adultos e famílias em situação de migração nos serviços socioassistenciais já existentes, preferencialmente em unidades específicas, sendo-lhes facultado o atendimento em unidades conjuntas com outros públicos quando a demanda for muito pequena;

b) realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social no atendimento de adultos e famílias em situação de migração, em seu âmbito;

c) organizar a oferta de serviços voltados a adultos e famílias em situação de migração de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial; e,

d) organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, definindo referência e contrarreferência no atendimento a adultos e famílias em situação de migração. (MDSA, 2016, 23).

No caso específico dos imigrantes haitianos, o poder público, numa Resolução Normativa, nº 92 de 12/01/2012, adotou uma medida especial, concedendo o visto humanitário aos nacionais haitianos que estão em território brasileiro ou que desejam vir morar no Brasil. Alguns pontos principais da Resolução são:

Art. 1º – Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único: Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º – O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único: Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º – Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o imigrante nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º – Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogada.

Art. 5º – Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação (Resolução Normativa 97 de 10 de janeiro de 2012). (BRASIL, p.22-27).

A Embaixada do Brasil no Haiti fazia frente a uma solicitação excedente de vistos dos haitianos que queriam deixar o país para chegar ao Brasil. No primeiro momento, foram previstos 100 vistos de trabalho por mês para um período de 05 anos. Essa Resolução foi excedida em um curto espaço de tempo, sendo que, em abril de 2013, o Conselho Nacional de Imigração Brasileiro rapidamente publicou a Resolução n. 102 para substituir o regulamento original que elimina as cotas estabelecidas.

O CNIg edita a Resolução Normativa nº 102/2013, que altera a RN nº 97/2012, eliminando o limite do número de vistos (100 por mês e 1.200 por ano) que podem ser concedidos pela Embaixada do Brasil no Haiti, bem como elimina a restrição de que o visto só pode ser concedido em Porto Príncipe. Neste sentido, a Resolução 102 abre a possibilidade de os cidadãos haitianos solicitarem o visto brasileiro em outros países (HANDERSON, 2015, p. 193).

A migração haitiana passou a ser fundamentada pela Resolução Normativa Nº102 do CNIg, que substitui a anterior,

Altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. O Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º. O caput do art. 2º da Resolução Normativa nº. 97, de 12 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores." Art. 2º. Fica revogado o parágrafo único do art. 2º da Resolução Normativa nº. 97, de 2012.

Art. 3º. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2013).

Constata-se ainda que, além disso, existia uma forte emigração ilegal paralela a que será debatida na sequência.

No estado do Amazonas, especialmente, na cidade de Manaus, a questão dos imigrantes tornou-se uma grande preocupação para as autoridades estaduais e municipais, com a

presença massiva dos haitianos. Além das medidas legais da união, as autoridades do município de Manaus tomaram medidas especiais, declarando a situação de emergência social na cidade, através do decreto nº 3819 de 22/09/2017, declarando a todos os órgãos e entidades do município deverão igualmente manter-se em alerta, priorizando as ações e atividades requeridas ou solicitadas pela Secretaria Municipal, visando à proteção de direitos dos estrangeiros na cidade:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência social no município Manaus, ante ao agravamento do influxo de indígenas estrangeiros desprovidos de meios de manutenção, que estão ingressando no país pela fronteira Brasil-Venezuela no Estado vizinho de Roraima.

Art. 2º Fica em alerta máximo a Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMMASDH, que deverá priorizar ações emergenciais humanitárias no município de Manaus, com apoio irrestrito das demais secretarias municipais (...).

Art. 5º A Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA adotará todas as medidas cabíveis e necessárias para minimizar os riscos decorrentes da situação de anormalidade, com objetivo de proteção da saúde da população, priorizando a utilização do "Consultório de Rua" para fazer o acompanhamento dos imigrantes indígenas no transcurso de suas passagens pelo município de Manaus, bem como as que foram solicitadas pela SEMMASDH.

Art. 6º Fica sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação - SEMED a inclusão da criança e do adolescente indígena na rede municipal de ensino, combatendo as situações de exclusão escolar e trabalho infantil (MANAUS, 2017).

Então, não apenas a Constituição Federal de 1988, mas também um conjunto de leis e resoluções normativas, garantem efetivamente os direitos dos imigrantes no território do Brasil, incluindo a cidade de Manaus, a capital do Amazonas. Entretanto, entre o enunciado nas deliberações (CFB, resoluções, decretos) e as reais condições de viabilização da assistência aos imigrantes pode haver grandes disparidades. A pesquisa realizada *in loco* foi muito importante para analisar e desvendar as reais condições de vida, a partir do estudo da vivência dos imigrantes no território brasileiro, mais especificamente no Centro de Acolhimento em Manaus. Daí a relevância de conhecer, conforme foi exposto neste capítulo, o ponto de partida abordando a conjuntura sociopolítica ocorrida no Haiti e a atração gerada pela prosperidade do Brasil e da política do governo de construir alianças com os países do eixo Sul, então partir para revelar as condições do deslocamento, a trajetória de emigração dos haitianos e o processo de imigração no território brasileiro.

CAPÍTULO 2- DESLOCAMENTO: MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL

O segundo capítulo trata sobre o processo de deslocamento, a emigração haitiana para o Brasil e está sequenciado em duas partes fundamentais, na primeira parte será analisado o contexto sócio-histórico do fenômeno migratório haitiano, apresentando os fatores explicativos da saída massiva dos haitianos para os países estrangeiros, seja por questões econômicas, políticas, sociais, ambientais, simbólicas e culturais. Na segunda, será abordada, a imigração haitiana no território do Brasil, particularmente, em Manaus a partir do terremoto de 2010, apresentando os perfis desses imigrantes, suas trajetórias, zonas de localização e setores de atividades, a fim de analisar as condições de vida dos imigrantes haitianos no Acolhimento da Pastoral de Migrante no bairro Zumbi.

2.1 Breve História do Estado do Haiti

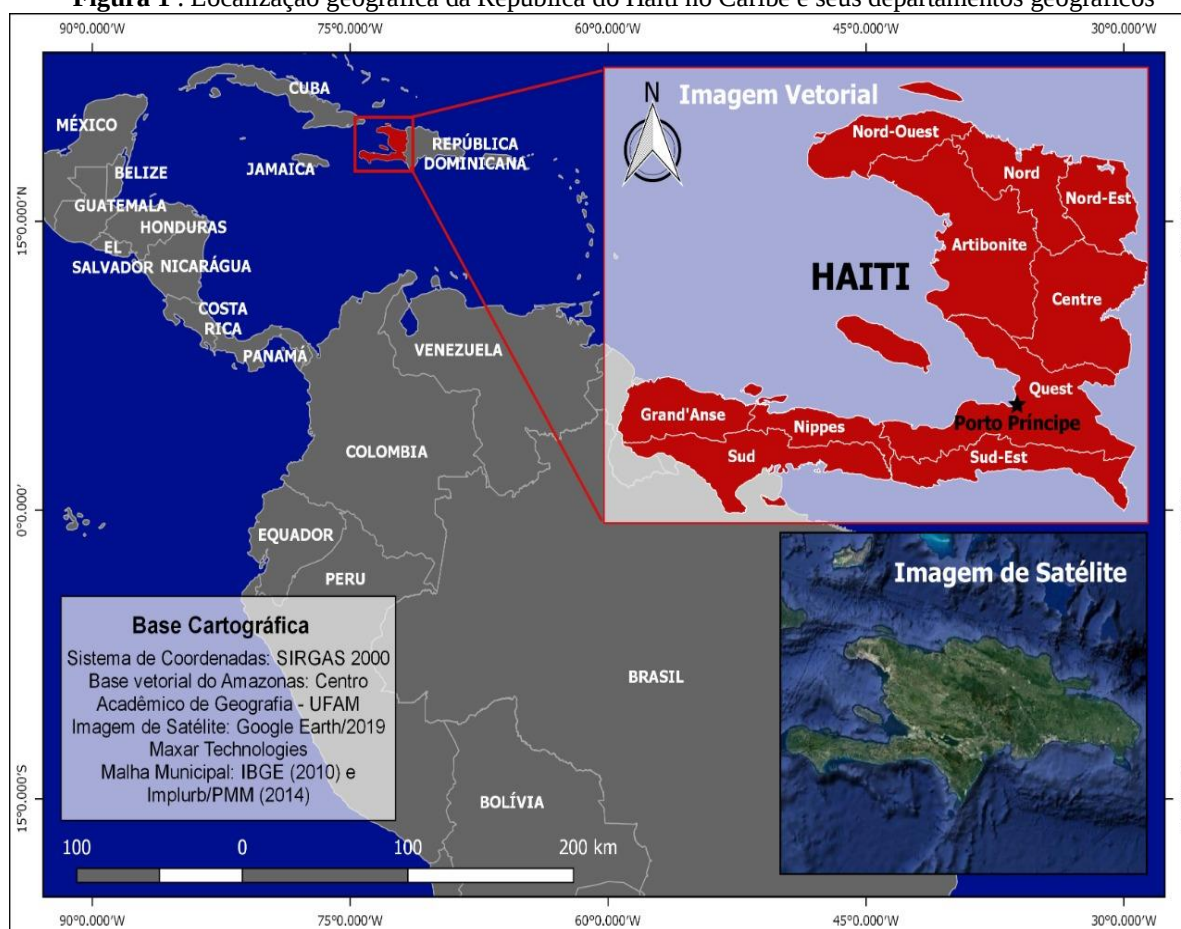
O Haiti é um país das Grandes Antilhas, que ocupa o terço da ilha ocidental do Haiti⁷. É limitado a norte pelo Oceano Atlântico, a leste pela República Dominicana, ao sul pelo mar do Caribe e a oeste pelo Canal de Ventilação, que separa a ilha de Cuba (ver Figura 1). O país estende-se por 27.750 km². Ele é subdividido em 570 Seções Comunais, 145 Municípios e 10 Departamentos são: *Departament de Artibonnites, Departament du Centre, Departament de la Grand'Anse, Departament des Nippes, Departament du Nord, Departament du Nordeste, Departament du Nort-Est, Departament de l'Ouest, Departament du Sul e Departament Sud-Est* (DESHOMMES, 2004).

Este país tem um terreno muito acidentado. É na maior parte montanhoso, com maciços orientados Leste-Oeste, separados por vales estreitos. O pico mais alto do Haiti é de *Massif la Selle*, com altura de 2.640 m. As cadeias de montanhas fazem fronteira com quase todas as costas. Os rios são difíceis de navegar, mas o principal, é o *Artibonites*⁸. O país tem dois grandes lagos perto da fronteira dominicana. O clima é tropical, a estação chuvosa vai de abril a junho e de outubro a novembro (HAITI, 2019).

⁷ Deve-se enfatizar que a ilha do Haiti é dividida em duas republicas (países): no Leste, fica a República Dominicana e no Oeste, fica a República do Haiti. Este estudo trata apenas sobre a República do Haiti. Mas, para facilitar o entendimento, usar-se o termo Haiti. Mas de fato, a Republica do Haiti leva o nome da ilha.

⁸ Artibonnites não é apenas o maior rio do país. Mas também o nome de um de seus 10 departamentos. Em termos de área geográfica, o departamento de Artibonnites é o maior.

Figura 1 : Localização geográfica da Republica do Haiti no Caribe e seus departamentos geográficos



Fonte: Google Mapa (2019)

Oficialmente, o Estado Haitiano foi criado em 01 de janeiro de 1804 como resultado de uma longa luta de mais de três séculos (1492-1804) de escravidão pelos colonos espanhóis e franceses (MANIGAT, 2007). Para entender melhor o Estado haitiano, é importante lembrar seu passado colonial.

Na história do Haiti, três marcos históricos merecem destaque: o primeiro aconteceu na noite de 5 a 6 de dezembro de 1492, quando colonos espanhóis invadiram o território haitiano e o transformaram em colônia. Foi um momento terrível para os nativos haitianos que foram posteriormente exterminados. Poucos anos depois desse ato genocida espanhol, em 1697, foi assinado o Tratado de Ryswick em que a Espanha cedeu à França parte do território haitiano. E, para fazer funcionar sua nova colônia (Haiti), a França importou negros e negras da África através do comércio triangular ou transatlântico⁹.

De 1697 a 1803, a França estabeleceu no Haiti uma colônia para exploração, estabelecendo uma divisão social em três categorias distintas: os Brancos, formados pelos indivíduos oriundos da metrópole francesa e que possuíam 2/3 da riqueza colonial; os

⁹ Um comércio que foi feito entre os três continentes: Europa, África e América.

Afranchis-Mulatos, possuíam um terço da riqueza colonial sendo a segunda categoria mais privilegiada do Haiti durante o período colonial francês, formado pelas pessoas nascidas de um pai europeu e uma mãe africana; e a última categoria atribuída ao escravo é composta de negros da África ou aquela nascida de um pai negro e uma mãe negra da colônia. As duas primeiras categorias (*Branco e Afranchis*) eram privilegiadas pelo sistema colonialista, escravagista e racista estabelecido pela França, possuíam terras e escravos. E, a última categoria é considerada, segundo o artigo 44 do Código Negro de 1685¹⁰ como animais anexados ao serviço de seu mestre (JAMES, 2010).

Os *Afranchis*, embora fossem privilegiados no sistema colonial francês no Haiti (Saint-Domingue na época colonial da França), não eram exceções dos atos racistas dos colonos brancos. De acordo com o artigo 58 do Código Negro, os *Afranchis* sendo mulatos também, eram tratados como inferiores pelos brancos. No artigo 58 do Código Negro lê-se:

Ordenamos aos *Afranchis* que prestem um respeito especial a seus antigos senhores, viúvas e filhos, para que o dano que lhes causaram seja punido com mais severidade do que se tivesse sido causado à outra pessoa. E livre deles todos os outros escritórios e serviços úteis que seus antigos senhores gostariam de reivindicar sobre suas pessoas, bem como suas propriedades e propriedades como chefes (CODE NOIR, art.58).

Indignados com a condição imposta, eles conspiraram com os escravos para combater o sistema imposto. Assim, a partir de 1791, esses *Afranchis* e os escravos iniciaram movimentos pacíficos e violentos na colônia, e em 18 de novembro de 1803, depois de uma esmagadora vitória contra o Exército Metropolitano Francês conquistaram a independência do Haiti (JAMES, 2010, p.55).

Os líderes do movimento de escravos e os de *Afranchis Mulatos*, Dessalines, Pétion, Christophe, Capois, e outros, reuniram-se em Gonaives no Departamento de Artibonnites em 01 de janeiro de 1804 para celebrar a independência e dar uma nova orientação à Primeira República Negra independente do mundo após a partida forçada do exército francês no Haiti, em 18 de novembro de 1803 (MANGIGAT, 2007).

Dois anos após a independência do país, os *Afranchis Mulatos* tramaram um golpe de Estado, seguidos pelo assassinato do primeiro presidente haitiano, considerado como o pai fundador da pátria, Jean Jacques Dessalines, que tinha responsabilidade de implantar um sistema de inclusão no Haiti que responderia às demandas do povo (MANIGAT, 2007).

¹⁰ O código negro é um conjunto das coleções das leis que governam as relações de dominação entre as colônias francesas e a metrópole e foi escrito em 1687 por Jean Baptiste Corlbert.

Após o assassinato de Dessalines, em 17/10/1806, as elites econômicas e políticas haitianas estabeleceram no país um sistema contra a população de baixa renda. Desde então existe uma guerra entre o povo haitiano e às autoridades do país, é isso que Casimir (2009) chamou de um Estado contestado por seus próprios cidadãos desde o seu início.

Mediante, o quadro sócio-histórico do Haiti, é relevante refletir se é possível afirmar que existe realmente um Estado haitiano hoje, levando em conta o modelo de relacionamento estabelecido entre o Estado haitiano e seus cidadãos. Neste debate, os intelectuais haitianos estão divididos. Para alguns, como Paret (2014), baseado no espaço territorial haitiano, politicamente liderado por haitianos, a existência de uma constituição haitiana, sua bandeira, entre outras, defende que sim, há um Estado haitiano. Em seu texto intitulado: “O Estado Haitiano existe, eu até o encontrei”, Paret (2014; p. 56-57) declarou:

Se o Estado haitiano não existe, como nomear essa “coisa”, que no Haiti há mais de duzentos anos, reunia-se no mesmo território, um povo codificado por um curso idêntico, pelo que se chama “História”? Qual é o nome dessa "coisa", que no Haiti domina há mais de duzentos anos a vida e os impulsos dos haitianos, que ocupa um território definido, que bate a moeda, que tem uma política externa, que é reconhecida pelos outros Estados, que é um "membro fundador da ONU (...)

Para outros autores, incluindo Casimir (2009), baseado nas relações sociohistóricas desse Estado com seus cidadãos, contraria Paret (2014), afirmando que não existe um Estado do Haiti, o que existe, diz ele, é um Estado no Haiti, servindo a uma minoria da população e aos organismos multinacionais, à custa do povo de baixa renda.

A este respeito, Trouillot (1987) entende que o Estado haitiano nasceu sem um contrato entre os vários grupos sociais. A força oligárquica se recusou a construir um Estado em benefício do povo, eles preferiram construir um Estado contra a nação. Já Iberus (2014) chega a afirmar que é uma tragédia, depois de 1804, como as elites haitianas estabelecem uma sociedade de desrespeito e exclusão de seus cidadãos. De 1804 até a atualidade, a relação entre o Estado haitiano e seus cidadãos não é harmoniosa. Eles (Estado e Cidadãos) se lançaram em uma guerra em que estão se matando. Sobre este assunto. Landahl (1979, apud IBERUS, 2014) qualificou este Estado como predatório que se contenta em taxar seus cidadãos sem dar os serviços em troca. E, Bartelemy (1989), por seu lado, qualificou como um Estado contra os camponeses. E, finalmente, Corten (1989) falou de um Estado fraco.

Assim, diante de um Estado que se recusou ou se mostrou incapaz de satisfazer as necessidades mínimas de seu povo, o deslocamento massivo revelou-se como o caminho real para esse povo. No caso do Haiti, mesmo que haja várias causas de deslocamento acelerado

da população, mas a natureza (contestada, fraca, predadora, contra da nação) do Estado haitiano é a causa fundamental.

2.2 História da Emigração no Haiti

Os haitianos nascem no processo de resistência ao genocídio e ao etnocídio. São inventados no seio do Ocidente e jamais existem por si só. Seu vínculo com a metrópole francesa é constitutivo e as minorias significativas não conseguem se imaginar sem este *alter ego*. A identidade que os haitianos constroem diariamente se afasta do Ocidente sem jamais completar o corte do cordão umbilical, mas, no cruzamento de caminhos, tudo indica que se fabrica uma identidade e uma solidão em uma estrada sem saída.

Jean Casimir (2009)

Haiti, Cuba, Jamaica e Porto Rico são os quatro países do Caribe que formam as Grandes Antilhas. Nesta região, a dinâmica migratória (intra ou extra) do Caribe é muito avançada. Segundo Manigat (2007) existem duas categorias de países do Caribe: de um lado, países com tradições migratórias como: Haiti, Jamaica, República Dominicana, Barbados, Suriname, Santa Lúcia, Porto Rico, Trinidad e Tobago; e, por outro lado, os países receptores de imigrantes que são as possessões francesas (Guadalupe, Guayana Francesa, Martinica), Bahamas e as Ilhas Virgens Britânicas.

Figura 2: Haitianos saindo do Haiti do Aeroporto T.L em Porto Príncipe para o Brasil em 2012



Fonte: Le Nouvelliste (2017).

A dinâmica migratória (intra ou extra) do Caribe faz parte da história do Haiti (Figura 2). Os nativos que desapareceram no período genocida colonial espanhol, são substituídos por homens e mulheres africanos, que são exportados por migração forçada para trabalhar nos

campos como escravos através do comércio triangular. No sentido, Audebert (2012) declarou que o Haiti nasceu de uma migração forçada.

Após a independência do país em 1804, o fenômeno migratório continua existindo de diferentes formas e por outras causas. O Estado haitiano estabeleceu um sistema semifeudal, após o assassinato de Dessalines (1806), que exigia que os camponeses haitianos recém-libertados da escravidão continuassem trabalhando na terra em benefício das forças oligárquicas. Esses camponeses, para fugirem desse sistema, praticavam o *marronage* (migração forçada) (AUDEBERT, 2012). E, de acordo com o autor, esta primeira forma de migração, serve para testemunhar o forte desejo dos haitianos de serem livres, porque de acordo com eles (os camponeses haitianos), continuavam a trabalhar na terra para as oligarquias, ou seja, mantinha-se a condição de escravidão.

Assim, para enfrentar as condições adversas impostas pelas forças oligárquicas, os haitianos foram desenvolvendo uma identidade política e formas de resistência contra o padrão de organização social, econômica e política estabelecida pelo Estado haitiano desde a independência de 1804. Dentre as formas de enfrentamento encontradas, a migração tornou-se uma estratégia importante, o ir e vir, as mudanças de um ponto para o outro ganhou significado de resistência. E, segundo Hurbon (1987), essa mobilidade interna e externa tornou-se uma prática sociocultural no imaginário haitiano.

Segundo Audebert (2012), Hurbon (1988) e Etienne (1997), a migração dos haitianos para outros contextos externos foi impulsionada por determinantes econômicos gerados pela ocupação norte-americana no início do século XX, sob uma dupla perspectiva, seja no cenário interno do país, no contexto da evolução política e econômica do Haiti, seja no contexto da divisão internacional do trabalho instituído pelos Norte-Americanos. Este fenômeno foi marcado pela intenção dos EUA de controlar toda a América Latina e o Caribe em perfeita acomodação e aceitação sem resistência aos ditames a Doutrina Monroe (1823), que segundo Castor (1988), era expressa numa curta frase "América para os americanos".

No referido período histórico, os Estados Unidos materializaram sua dominação por meio de uma política de expansão em todo o Caribe. E esta ocupação voltada para a expansão do sistema capitalista de produção, via política industrial, causou a expropriação de camponeses das suas terras, ampliando o empobrecimento e a degradação das condições de vida dos camponeses haitianos, que foram sendo cada vez mais despojadas de seus recursos (HURBON, 1987). De fato, esse período foi marcado pelo aprofundamento da desigualdade social. E o sistema estabelecido falhou muito em não atender às necessidades urgentes do

povo do país. Consequentemente, foram criadas políticas de migração oficiais (planos e programas) para trabalhadores haitianos pelo Estado haitiano, em parceria com as elites imperialistas norte-americanas e as autoridades de outros países do Caribe, particularmente Cuba e República Dominicana (DUBOUT, 1973: apud JEAN BAPTISTE, 2018).

Após a ocupação americana (1915-1934), o país experimentou uma severa ditadura militar com a dinastia de Duvalier (pai e filho), que durou três décadas (1957 a 1986). Este regime estabeleceu no país um controle estrito sobre todas as estruturas do país. Os opositores políticos foram perseguidos, mortos, violados e exilados. Neste clima triste, o Haiti experimentou uma nova onda de migração, mas desta vez, esses migrantes rumaram em direção da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e para alguns países europeus, especialmente para França. Audebert (2011) relata que durante essa ditadura, 50.000 haitianos de todos os extratos sociais emigraram para os Estados Unidos da América e 3.600 para o Quebec, no Canadá. A respeito disso, Audebert (2011) explica que:

No final dos anos 1950, a ditadura do Duvalier foi caracterizada por um controle total da vida social, econômica e cultural da população com um sistema de paramilitarização e personalização do poder político. Os oponentes do poder foram perseguidos pelo poder central. Como resultado dessa situação de terror, o país registrou suas primeiras ondas de migração da classe média e burguesa vistas como obstáculos ao exercício do poder pessoal de Duvalier. Durante essa ditadura, 50.000 haitianos de todas as camadas sociais migraram oficialmente para o nordeste dos Estados Unidos, e 3.600 para a Quebec (AUDEBERT, 2011, p. 4-5).

Após a dinastia dos Duvalier, o país experimentou em sua história novas ondas de migração. Além das causas tradicionais que explicam o deslocamento massivo de haitianos, este último também foi implicado por atos da insegurança pública, ambiental e social (HURBON, 1987).

No plano político, os anos 1990, simbolizaram o início da era democrática no Haiti. A população começa a experimentar a prática democrática com a organização das primeiras eleições democráticas, que elegeram Jean Bertrand Aristide à presidência do país. Um ano depois de assumir o cargo, ele foi derrubado do poder por um golpe militar. Os Estados Unidos se opuseram a esse Estado golpista e exigiram um retorno à ordem democrática e, pressionaram o país com um embargo econômico de três anos. Assim, em 1994, com apoio dos Estados Unidos, o Presidente Aristide retornou ao país para completar seu mandato constitucional de cinco anos. Após seu retorno à chefia do país, Aristide procedeu à destruição do exército haitiano, para substituí-lo por uma força policial chamada Polícia Nacional do Haiti (PNH). No entanto, segundo Audebert (2012) o presidente Aristide instituiu

grupos de bandidos armados no país, na forma de uma organização popular para defender seu poder. Isso criou um clima de terror no país durante este período, causando uma nova onda de migração de muitos milhares de cidadãos haitianos. Nesse sentido, Audebert (2012) relatou que:

Frente aos excessos criminosos das organizações populares de apoio que giram ao redor do poder de Aristide, a impotência da nova polícia nacional e a impunidade que caracterizou o sistema judiciário. Assim, os haitianos das camadas de baixa renda continuam a viver com o sentimento de injustiça do Estado contra eles. Os sequestros e os assassinatos aumentaram sem precedentes na década de 2000. Então, a tentação de fazer-se justiça continua a ser permanente no seio da população, porque a força da polícia nacional e as forças das missões de segurança das Nações Unidas tiveram muita dificuldade de controlar os grupos armados que aterrorizavam a população. Assim, o sentimento de insegurança pública é hoje um dos principais fatores da migração haitiana. Se a migração antiga foi feita numa perspectiva de resposta temporária à violência institucional do Estado, a partir de 1986 ela é registada num contexto de perda de esperança pelo cidadão haitiano em um futuro melhor para seu país (AUDEBERT, 2012, p. 35).

Vale relatar a posição de Cotinguiba (2013) que entende que pelo fato do Haiti sempre estar posicionado como o país mais pobre das Américas, os cidadãos haitianos vêm suas chances reais de ascensão social localizada fora do país.

Durante o período pós-ditatorial, um outro fator complicador que atua na dinâmica do país são as condições ambientais que atingem a região na qual o território do Haiti está situado, pois o país, ao longo de sua história experimentou uma série de desastres naturais (ciclones, furacões, terremotos). Isso torna a população muito mais vulnerável do que antes, e o Estado é incapaz de responder efetivamente à sua intervenção.

Segundo dados do Banco Mundial (2016) mostraram que o Haiti recebeu o maior número de desastres naturais em comparação com todos os outros países da região do Caribe. Assim, em 2008, as tempestades e os furacões chegando a destruir em torno de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, e o terremoto de 12/01/2010 causou uma perda de 120% do Produto Interno Bruto (PIB). O pior, no mesmo ano de 2010, uma pandemia de Cólera atingiu o país inteiro, matando quase 10 mil pessoas, mais de 800 mil infectados (HENDERSON, 2015). E, de maneira geral, as categorias mais pobres do país (agricultores) são as mais afetadas (BANCO MUNDIAL, 2016).

Mediante o quadro devastador enfrentado pelos haitianos, um grupo de países, particularmente, Brasil, demonstrou apoio se dispondo a receber os migrantes haitianos sem grandes exigências, concedendo Visto Humanitário ao povo haitiano.

É importante notar que o Estado haitiano começou a intervir na gestão da migração no final da década de 1990, com a criação de um conjunto de instituições como: o Escritório da Diáspora, em 1988, Ministério dos Haitianos que Vivem no Exterior (MHVE), em 1994, o Escritório Nacional de Migração (*Bureau National de la Migration*) (BNM), em 1995. Essas instituições são responsáveis por gerir políticas que apoiem os haitianos que vivem nos EUA, Canadá, França e as Comunidades Caribenhas (JEAN BAPTISTE, 2018).

Segundo os dados oficiais, datados em 2010, estima-se que a diáspora haitiana alcançou em torno de um milhão de pessoas, incluindo 450.000 nos Estados Unidos, 280.000 na República Dominicana, 74.000 no Canadá e 42.000 na França (BANCO MUNDIAL, 2016). No entanto, entre 2010 a 2017, é difícil mensurar o quantitativo de emigrantes, tendo em conta a situação irregular da saída, para relatar os números exatos. Mas, de acordo a estimativa de uma organização internacional chamada *Cruze Group* (apud JEAN BAPTISTE, 2018, p.108), há aproximadamente 2,5 milhões de emigrantes haitianos e seus descendentes, que somados podem chegar a 3,5 milhões.

No entanto, se os migrantes haitianos se deslocaram para os países ocidentais, especialmente EUA, Canadá e França nos últimos séculos, eles parecem ter mudado de direção. Eles são visivelmente identificados na América Latina, especialmente no Brasil, durante este início do século XXI. Então, quais são os fatores explicativos para essa mudança de direção? Em outra palavra, por que Brasil se tornou o novo destino dos imigrantes haitianos?

2. 3 Brasil, novo eldorado dos Haitianos: razão e contexto historico

É um fato incontestável que o Haiti se configurou historicamente um país de emigração. Crises sócio-políticas e desastres naturais são os principais fatores que explicam o deslocamento massivo do povo haitiano para países estrangeiros (HURBON, 1987). Este movimento é geralmente feito para os Estados Unidos da América, Canadá, França, República Dominicana e Caribe (HURBOM, 1987). No entanto, no caso do Brasil, a presença massiva de imigrantes haitianos faz parte de uma história muito recente. Ver o (Cf. Quadro 5).

Quadro 1: Dados estatísticos do número haitianos no Brasil de 1940 ao 2000

ANOS DA CHEGADA	NUMERO DOS IMIGRANTES
1940	16
1950	21
1960	150
1970	90
1980	127
1991	140
2000	15

Fonte: IBGE (2000)

Entretanto, de 2010 a 2014, há uma presença espetacular de imigrantes haitianos nesse país. Os dados do Grupo de Apoio a Refregados e Repatriados (GARR-Haiti, 2015 apud, JEAN BAPTISTE 2018) informaram a cifra de 70 mil imigrantes haitianos no território do Brasil.

Então, faz-se necessário neste estudo discutir as razões que tornaram o Brasil o novo eldorado para os imigrantes haitianos. Não há uma resposta direta e irrefutável para debater esta questão, assim inicia-se este tópico abordando duas hipóteses explicativas: a primeira, explica a presença crescente dos imigrantes haitianos no Brasil influenciada pela presença do contingente militar brasileiro à frente da força da ONU no Haiti desde abril de 2004. E a segunda, o Brasil, na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), firmou-se como uma superpotência da região, com abertura ao mercado internacional.

Após a segunda partida forçada do presidente Jean-Bertrand Aristide, em 29/02/2004, o Haiti viveu uma situação que pode ser classificada como de terror, pela oposição aos grupos de bandidos armados. O presidente Boniface Alexandre (2004-2006), que estava na presidência do país, apelou para o Conselho de Segurança da ONU para enviar uma força de paz para o país. Assim, em abril de 2004, a ONU criou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTATH), liderada pelo Brasil, que contava com o maior número de soldados nessa força (SILVA, 2016). Os contingentes militares brasileiros desenvolveram uma política de proximidade com a população haitiana. Eles tiveram presença constante em todos os bairros populares haitianos, jogando futebol com os jovens haitianos, organizando jogos de futebol entre as seleções haitiana e brasileira, em 2006, levaram ao Haiti as grandes estrelas do futebol brasileiro. Assim, para os haitianos o Brasil começou a aparecer como uma terra de oportunidades em caso de necessidade. (FERNANDES, 2014).

Entretanto, 2004 a 2010, o Haiti experimentou uma onda de desastres naturais que agravou a situação socioeconômica do país, mas até janeiro de 2010, o Brasil ainda não estava

configurado como um destino potencial para os migrantes haitianos. A esse respeito, Silva (2016) relatou:

Entre 2004 e 2010, o Haiti fora assolado por graves catástrofes naturais, principalmente devido a seu posicionamento geológico, onde sismos e furacões são cotidianos, outros países, vizinhos ao Haiti, devido à seguridade política. Econômica, e social, minimizam seus estragos ou contam com planos emergenciais. Em 2004, por exemplo, chuvas e furacões causaram quase cinco mil mortes. Ainda que sejam números elevados, ainda são “inexpressíveis” para a comunidade internacional comparado com o que ocorreria em 2010. Até então, o Brasil não se configurava como potencial destino para os imigrantes haitianos (SILVA, 2016, p. 168).

Era necessário esperar por este terrível terremoto no dia 12/01/ 2010, de magnitude 7,3 na escala Richter, devastando o país, causando perdas consideráveis, na vida humana que em bens: 222,5 mil de mortos, 310,900 mil e 1,5 milhões de desabrigados (SEGUY, 2014). Essa tragédia, desencadeou os primeiros deslocamentos dos imigrantes haitianos para o território brasileiro.

Segundo a análise de Jean Baptiste (2018), a presença de soldados brasileiros no Haiti e o terremoto de 2010 são apenas pretextos, explicando a presença de imigrantes haitianos em solo brasileiro. Segundo ele, essa mudança é explicada pela abertura do Brasil ao mercado internacional com uma imagem de superpotência na região sob a presidência de Lula. O que Magalhães e Baeninger (2014) identificam como uma posição de “subimperialismo” para dominar a zona americana do ponto de vista econômico, político e mesmo militar:

Nos últimos anos, a economia brasileira experimentou uma expansão e o Brasil redimensionou-se no rol dos principais países da geopolítica mundial. Como suporte da expansão econômica, necessita cada vez mais ocupar os postos da gerência capitalista internacional, como o Conselho de Segurança da ONU, por exemplo. A participação nas missões militares de estabilização (MINUSTAH) promovidas pela ONU, e particularmente a participação como coordenador no caso do Haiti (MAGALHÃES; BAENINGER, 2014, p.14).

Deste modo, embora a representação do Brasil e dos brasileiros no imaginário popular do povo haitiano tenha ganhado uma forte conotação e significado, este fenômeno tomado de forma isolada não pode ser visto como único fator acelerador ou desencadeador da emigração haitiana. O fator preponderante nesta equação são as consequências nefastas das relações econômicas desiguais internas ao Haiti e externas na relação com outros países.

Para o Brasil, apresentou-se como uma forma de satisfazer as necessidades de mão de obra, particularmente para atender às necessidades do subimperialismo brasileiro, no momento histórico onde o sistema econômico enfrentou um conjunto de contradições.

O subimperialismo se traduz no impulso da economia brasileira em direção ao exterior, no afã de compensar sua incapacidade de ampliar o mercado interno através da conquista de mercados já formados, principalmente na América Latina. Esta forma de imperialismo conduz, no entanto, a um subimperialismo. Efetivamente, não é possível para a burguesia brasileira competir em mercados já repartidos pelos monopólios estadunidenses (MARINI, 2012, ps. 156-157 apud JEAN BAPTISTE, 2018, ps. 114-115).

Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2015), realizaram um estudo para a revista *Migrações Internacional* sobre a integração dos imigrantes estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro, demonstram que, entre 2011 a 2013, os grupos ocupacionais de trabalho pelos haitianos estão na indústria capitalista brasileira, ver o (Cf. Tabela 1).

Tabela 1: Haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais no Brasil, no período de 2011, 2012 e 2013

GRUPOS OCUPACIONAIS	2011	2012	2013
TOTAL	814	4.117	14.579
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	475	2.970	10.911
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	182	643	2.534
Trabalhadores de serviços administrativos	42	234	630
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	33	55	197
Técnicos de nível médio	68	136	166
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	2	48	105
Diretores e Gerentes	4	25	29
Profissionais das Ciências e das Artes	6	6	6
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares.	2	0	1

Fonte: RAIS/TEM (2015, p. 110).

Este quadro indica que 73,59% dos haitianos trabalham no setor de indústria na base da pirâmide da produção industrial. O que evidencia a ampliação da classe proletária do Brasil e a reprodução do capital. É a partir desse contexto que o governo de Dilma (2011-2016) formaliza a política migratória favorável aos haitianos, através de da Resolução Normativa, nº 92 de 12/01/2012.

Art. 1º – Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único: Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º – O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único: Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º – Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o imigrante nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º – Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada.

Art. 5º – Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação (Resolução Normativa 97 de 10 de janeiro de 2012). (BRASIL, p.22-27).

Então, essas duas hipóteses são complementares. A presença de soldados brasileiros no Haiti, as políticas de proximidade desenvolvida com a população haitiana nos bairros de 2004 a 2010, ajudou a criar no imaginário haitiano uma imagem idealizada do Brasil, que passou a ser visto como uma terra de oportunidades para suprir as necessidades não atendidas pela nação haitiana. Somando, ao fato de neste período o crescimento econômico vivido no Brasil que requisitava força de trabalho para executar seus grandes projetos iniciados em 2008, obras com baixos custos para realizar o prelúdio dos grandes eventos esportivos de 2014, a Copa do Mundo de Futebol, e em 2016, os Jogos Olímpico.

2.4 Perfil dos Imigrantes Haitianos que vivem na cidade de Manaus-AM

Embora o Haiti sempre tenha sido uma terra de emigração, antes de 2010, o Brasil nunca foi um destino para seus emigrantes. Como já foi apontado, de 1940 a 2000, o número de haitianos encontrados em território brasileiro não ultrapassou a cifra de 200 segundo dados do IBGE (2000). No entanto, de 2010 a 2014, dados do (GARR-HAITI, 2015) mencionam 70 mil de haitianos no território brasileiro.

Destes 70 mil haitianos que vivem no território do Brasil, mais de 10 mil entram apenas pela capital do Amazonas (Manaus), dentre os quais, quase dois (2) mil fazem residência em Manaus (COSTA, 2016). No entanto, os dados do Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros/DPF (SINCARE) referem-se a 1.495 imigrantes haitianos em Manaus durante esse mesmo intervalo (SILVA, 2014).

Portanto, apresenta-se a necessidade de analisar e elencar os perfis desses imigrantes haitianos que vivem na cidade de Manaus, Esses perfis serão caracterizados por critérios: idade, escolaridade, sexo e atividade econômica.

As pesquisas sobre os perfis dos imigrantes haitianos em Manaus não são numerosos, no decorrer da pesquisa bibliográfica e documental foram identificados apenas dois textos: o texto de Silva (2014), intitulado "Haitiano em Manaus: mercado de trabalho e exercício da cidadania" e do Pe. Costa (2016) intitulado "Memória da chegada de imigrantes haitianos em Manaus, 2010-2014: presença da Pastoral do Migrante", de acordo essas duas pesquisas, esses imigrantes são geralmente jovens entre as idades de 20 a 45 anos, em grande maioria do sexo masculino. Conforme, Silva (2014):

Eles são, em geral, jovens, dentro de uma faixa etária que vai dos 20 aos 45 anos de idade, na sua maioria do sexo masculino, solteiros e com uma escolaridade média. Parte deles apresenta uma formação de nível técnico e uma minoria tem curso universitário completo. Como qualquer outro fluxo de migração laboral, num primeiro momento, temos a presença quase exclusiva de homens, fato que começa a mudar na medida em que a rede social se consolida. Temos, num segundo momento, a presença de algumas mulheres que se denominam solteiras, outras com crianças ou grávidas. A presença de grupos familiares completos também já pode ser encontrada entre eles. Contudo, um fato que tem chamado à atenção é a presença de pessoas com mais de cinquenta anos, o que pode estar indicando um processo de reunificação familiar (SILVA, 2016, p. 185).

Quando se trata do ponto de origem desses imigrantes, a maioria vem de Porto Príncipe a capital do Haiti, Gonaives no Departamento de *Artibonnites* e Jacmel no Sudeste, das grandes cidades haitianas atingidas pelo terremoto de 2010, mas, algum tempo depois, identificou-se haitianos saindo da República Dominicana, Cuba, Venezuela e outros países da região. Nesse sentido, Silva (2014, p. 186) apontou:

Do ponto de vista da origem, inicialmente, eles advinham da capital Porto Príncipe, cidade duramente afetada pelo terremoto de 2010, e outras que não sofreram danos, como Gonaives e Jacmel. Hoje é possível constatar localidades de diferentes partes do Haiti. Importa lembrar, contudo, que para a maioria o lugar de nascimento não coincide com o de partida para o Brasil, isso porque a migração interna e a internacional, para países vizinhos, como é o caso da República Dominicana, de Cuba e de outros países caribenhos, é um fenômeno histórico que faz parte das estratégias de reprodução socioeconômica dos haitianos. Nesse sentido, a República Dominicana tem sido um dos principais pontos de partida dos haitianos, já que muitos deles viviam nesse país há vários anos. Vale notar que tal fato tem ensejado também a vinda de imigrantes daquele país, que se utilizam da mesma rede e rota percorrida pelos haitianos.

De Porto Príncipe a Manaus, as viagens foram longas, dolorosas e muito caras, custando mais de 4.500 dólares americanos. Após a saída Porto Príncipe os migrantes passam pela República Dominicana, pelo Equador e antes de chegar à fronteira do Brasil, por Tabatinga. Alguns deles são obrigados a permanecer por mais de um mês no território equatoriano ou permanente antes de encontrar os meios necessários para entrar em Manaus. A respeito, o Pe. Costa (2016) explicou:

Os haitianos que chegam à Amazonas saíram do Haiti, alguns de Porto Príncipe, outros passaram antes pela República Dominicana, seguiram para o Panamá, depois para Lima, de lá para Quito (Peru), donde de barco alcançaram a fronteira do Brasil em Tabatinga. Muitos pararam algum tempo (dias ou meses) no Equador. Esta viagem custa em torno de U\$ 4.500,00. Este dinheiro muitas vezes é tomado emprestado.

Uma vez em Manaus, são recebidos pela Pastoral do Migrante, por algumas Organizações Internacionais e/ou organizações religiosas, que garantem sua integração na cidade.

Atualmente, eles estão em diferentes bairros em Manaus, entre eles da Zona Centro-Sul, como Chapada, São Geraldo, São Jorge, São Raimundo e outros da Zona Norte, como Manoa, Zumbi, Mutirão, Cidade Nova e na Zona Leste bairro Nova República. Segundo Silva (2014), em geral são casas ou quartos alugados, pequenos e pouco arejados, onde vivem várias pessoas, como uma forma de dividir os custos do aluguel. Outros continuam em abrigos, mantidos pela Pastoral do Migrante e ONGs, é o caso de um grupo de 100 haitianos moradores no Centro de Acolhimento da Pastoral de Migrante no bairro Zumbi dos Palmares (SILVA, 2014).

Eles trabalham geralmente nos setores da indústria, construção civil, frigoríficos de frango, mineração, serviços/transporte, comércio e restaurantes. Este Quadro 6 fornece uma ideia sobre os setores de atividade dos imigrantes haitianos na cidade de Manaus de 2010 a 2014.

Quadro 6: Setores que empregaram imigrantes haitianos em Manaus de 2010-2012

SETORES ATIVIDADES	QUANTIDADE
Indústria (metalurgia, móveis, vidro e fogões)	314
Construção civil e artefatos para a construção	194
Frigoríficos de Frangos	186
Mineração	107
Serviço-Transporte	124
Panificadoras	33
Comércio em geral	28
Supermercados	17
Restaurantes	13
Caseiros	05
TOTAL	1.021

Fonte: Arquivo da Paróquia São Geraldo-Manaus-AM (2016)

Deve-se notar que ainda não foi realizado um estudo específico sobre o nível de escolaridade desses imigrantes em Manaus. No entanto, Silva (idem, p.187) relatou que há, de fato, diferentes níveis de instrução, e ainda assim muita dificuldade para encontrar emprego na sua área de formação, principalmente pelos longos procedimentos legais para validar os diplomas. Por isso, muitos se vêem obrigados a satisfazer as necessidades materiais no mercado de trabalho informal e precário, por certo muito distante da carreira que almejavam. O próximo capítulo (Cap.3) serão abordadas as condições de vida desses imigrantes na cidade manauara, especialmente, aqueles que estão no acolhimento da Pastoral dos Migrantes no bairro Zumbi dos Palmares, mediante os serviços prestados pelas Políticas Públicas da Assistência Social brasileira.

CAPÍTULO 3- PERMANÊNCIA: CONDIÇÕES DE VIDA DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO ACOLHIMENTO DA PASTORAL DOS MIGRANTES.

Este capítulo analisa as entrevistas realizadas com os imigrantes haitianos no Acolhimento da Pastoral dos Migrantes, bairro Zumbi dos Palmares, Manaus/AM.

Como foi afirmado desde o início do estudo, as entrevistas foram realizadas com um roteiro semiestruturado, que seguiu a mesma lógica do percurso dos imigrantes haitianos, partindo de sua vivência no Haiti, passando ao deslocamento até chegar à sua permanência no Brasil (no Acolhimento da Pastoral dos Migrantes, bairro Zumbi dos Palmares, Manaus/AM). A técnica de análise de conteúdo foi privilegiada para tratar essas entrevistas. Os relatos de cada entrevistado foram tratados com maior atenção aos detalhes. Além de entrevistas semiestruturadas, foram utilizadas a observação participante¹¹ como técnica complementar para aprofundar o conhecimento relativo às vivências. Sistemáticamente, observou que o resultado da pesquisa foi organizado em quatro eixos: 1) o Haiti e o Brasil: um casamento do amor e da razão; 2) imigrantes haitianos e o acesso à política pública de Assistência Social brasileira; 3) ser haitiano é igual a ser descriminalizado: olhar preconceituoso dos imigrantes haitianos em Manaus; 4) contrastes profundos no reconhecimento das políticas públicas de Assistência Social brasileira pelos imigrantes haitianos.

No entanto, antes de abordar esses pontos, será apresentada uma breve história do bairro Zumbi dos Palmares e do Centro de Acolhimento da Pastoral de Migrantes, localizado na zona leste da cidade de Manaus.

¹¹ A participação do pesquisador nos diversos eventos da comunidade haitiana, como: mesa de igreja, dia da bandeira, dia da independência, alguns aniversários deles no abrigo. Ademais, reiniciamos um curso de português com os imigrantes. Durante esses eventos, observou-se os desafios e as oportunidades dos imigrantes haitianos neste acolhimento.

Para isso, o (Cf. Quadro 7) fornece o perfil dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa.

Quadro 2: Perfil dos sujeitos entrevistados

SUJEITO	SEXO	ESTADO CIVIL	IDADE	CIDADE DE ORIGEM NO HAITI/DEPARTAMENTO (REGIÃO)	BAIRRO DE RESIDÊNCIA EM MANAUS	PAÍS DE RESIDÊNCIA ANTES DE CHEGAR NO BRASIL	TEMPO NO BRASIL
1	M	Casado	45a	Port-au-prince/ Ouest	Zumbi	Haiti	2 anos
2	M	Solteiro	38a	Cap-Haiti/ Nord	Zumbi	Resp. Dominicana	5 anos
3	M	Solteiro	40a	Fort-Liberte/ Nordeste	Zumbi	Haiti	1 ano
4	M	Solteiro	35a	Delmas/ Ouest	Zumbi	Haiti	3 anos
5	M	União livre	23a	Delmas/ Ouest	Zumbi	Haiti	1 ano
6	M	Solteiro	28 a	Marchand Dessalines/ Artibonnites	Zumbi	Haiti	1 ano
7	M	Separado	38a	Port-au-prince/Ouest	Zumbi	Haiti	3 ans
8	M	Solteiro	26a	Trou du Nort/Nort	Zumbi	Haiti	1 ano
9	M	Separado	56a	Cap-Haiti/Nort	Zumbi	Equator	9 anos
10	M	Solteiro	32a	Marchand Dessalines/Artibonnites	Zumbi	Venezuela	6 anos

Fonte: Autor (2019).

Pode-se observar que todos os sujeitos da pesquisa são do sexo masculino, porque neste abrigo, há apenas homens. Eles vêm principalmente das grandes cidades haitianas, como: Port-au-prince, Marchand-Dessalines, Delmas, Cap-Haitien, Fort-Liberté, etc. Têm entre 23 e 56 anos. No que diz respeito ao estado civil, 70% desses sujeitos são solteiros, 10% são casados, 10% são divorciados e 10% estão em união livre. O tempo passado na cidade de Manaus está situado entre 1 a 9 anos. Antes de vir para o Brasil, 30% deles já experimentaram uma vida de imigrante.

3.1. Bairro Zumbi dos Palmares e do Centro de Acolhimento da Pastoral dos Migrantes, Manaus/AM.

Nesta parte será apresentada uma breve descrição do bairro Zumbi dos Palmares, do município brasileiro de Manaus, capital do Estado do Amazonas, localiza-se na Zona Leste da cidade. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010), sua população é de 35 159 habitantes em 2010. Limita-se aos bairros São José Operário, Armando Mendes e o bairro Grande Vitória. Ver (Figura 4).

Figura 2: Localização geográfica do Bairro Zumbi



Fonte: Google Mapa (2018)

A história desse bairro data do ano de 1986, quando algumas famílias sem-terra ocuparam a região. De imediato, o bairro recebeu o nome de *Cê Que Sabe*. As famílias que se instalaram no local vieram em grande parte do bairro Aleixo, sendo atraídas pela localização e por habitantes do bairro São José Operário (MANAUS, 2013).

Durante o processo de ocupação do bairro, Chaves (2016) relatou que ocorreu uma elevada taxa de mortalidade infantil: “Morriam cerca de oito a dez crianças por semana no bairro” enquanto as mães desesperadas e sem condições de dar sepultamento digno às crianças mortas enterravam-nas nos próprios quintais. Para atenuar a situação dramática dos moradores do Zumbi dos Palmares, pesquisadores do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia)¹² iniciaram um trabalho de práticas de higiene e de conscientização ambiental para dar suporte ao atendimento na área de saúde, que conseguiu diminuir a alarmante mortalidade entre as crianças (CHAVES, 2016)

Depois da primeira ocupação do bairro Zumbi dos Palmares (1986), sete anos depois ocorreram novas ocupações no local que deram origem aos (Zumbi II e Zumbi III). Enquanto os ocupantes do Zumbi I eram, em sua maioria, ex-moradores da comunidade de São Sebastião, no Zumbi II, a ocupação foi feita por moradores vindos do bairro Morro da Liberdade. O bairro passou por um lento processo de implantação de infraestrutura básica,

¹² O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) é uma instituição pública educacional e de pesquisa localizada na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, Brasil. Foi fundado em 1952 e está ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com a finalidade de fornecer um conhecimento profundo sobre a Floresta Amazônica. A maior parte das pesquisas tem foco nos tópicos de ecologia, zoologia e botânica.

suas ruas foram pavimentadas somente por volta de 1990, após a visita do então governador Amazonino Mendes à localidade (MANAUS, 2013).

Em 1999, os problemas de infraestrutura no bairro ainda chamavam a atenção da imprensa, tanto que um jornal da época defendeu a implantação de melhores condições de moradia para os habitantes do Zumbi dos Palmares, como a implantação da rede de saneamento e água, classificando o bairro como uma ocupação desordenada. Assim como muitos outros bairros de Manaus, o Zumbi dos Palmares ainda hoje enfrenta muitos problemas de infraestrutura, além da falta de segurança, prostituição e desigualdade social. Famílias ainda moram em beira de barrancos (CHAVES, 2016).

A infraestrutura do bairro conta com (7) sete escolas públicas, sendo (3) três estaduais e (4) quatro municipais, além de (2) dois postos de saúde sob responsabilidade da prefeitura e um ambulatório. Outras organizações podem ser identificadas no bairro, como a Liga Feminina do Estado do Amazonas - LIFER, e a congregação Nossa Senhora do Carmo, que realiza diversos trabalhos sociais, como cursos profissionalizantes, além da manutenção de uma creche, a única no bairro. Atualmente, o bairro conta com aproximadamente 35.159 habitantes, que vivem em cerca de 130 ruas. A população do bairro tem à disposição dois campos de futebol. Com relação à renda da população, visto que a maioria dos moradores não possui o Ensino Médio completo, resta à ocupação na construção civil ou no comércio ficando evidente pela quantidade de bares e lojas na área (MANAUS, 2013).

No entanto, a história da presença dos imigrantes haitianos, na cidade de Manaus em geral, e particularmente, no bairro Zumbi dos Palmares, teve início no ano de 2010, quando um terremoto atingiu o Haiti e devastou o país, causou enormes perdas tão ao nível material quanto na vida humana. O primeiro grupo de imigrantes haitianos parece uma surpresa para os manauaras, que não estavam acostumados com a presença desses haitianos, os quais são percebidos como passageiros temporários. A esse respeito, Silva (2016; p. 183-184) declarou que:

Em 2010, quando começaram a chegar os primeiros haitianos na cidade de Manaus, a ideia que parecia predominar naquele momento entre os agentes sociais que os acolhiam era a de que a cidade seria apenas um lugar de "passagem", já que para muitos deles o Brasil das "oportunidades" do qual eles tinham ouvido falar ficava mais a sudeste e sul, isto é, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba. Florianópolis, entre outras. Manaus não parecia fazer parte do imaginário migratório que fora construído ainda no Haiti ou na República Dominicana, um dos principais locais de partida.

Segundo um dos responsáveis pela Pastoral dos Migrantes em Manaus, o Pe. Costa (2016), a chegada dos imigrantes haitianos em Manaus gerou um fato novo na história da cidade. Por isso, foi mais uma grande surpresa para o Estado e as autoridades religiosas da cidade. Eles foram recebidos em grande parte pela Pastoral dos Migrantes na Paróquia de São Geraldo. Nos três primeiros anos (2010, 2011 e 2012), a situação se tornou quase incontrolável para as autoridades municipais, religiosas e ONGs da cidade. A esse respeito Costa (2016, p. 33) explica que:

Alimentação e abrigo foram os setores mais complicados no processo de acolhida dos imigrantes haitianos em Manaus. É praticamente impossível descrever o que aconteceu para garantir a alimentação básica de todos, Cerca de oito mil pessoas passaram pela casa de acolhida durante muito tempo, todos os dias, por mais de quatro anos.

No entanto, a presença real de imigrantes haitianos no bairro Zumbi dos Palmares começou no início de 2013, depois de lotados todos os abrigos das autoridades religiosas e municipais, graças ao Padre Danival de Oliveira Lopes, que deu a casa de Zilda Arns, localizado no bairro Zumbi dos Palmares. Sobre esse assunto, o Padre Gelmino Costa (2016) explicou:

Em fevereiro de 2013, todas as casas ficaram lotadas de imigrantes. Não teve outro jeito, em meados deste mês tivemos que abrigar um grupo na quadra esportiva da Paróquia São Geraldo. Diante disso, procuramos o padre Danival de Oliveira Lopes para conversa sobre a casa Zilda Arns, localizada no bairro Zumbi, e que no ano anterior tinha sido cedida a Pastoral do Migrante, viabilizando a acolhida de muita gente. O padre Danival deu “carta verde” para fazermos o que quiséssemos com a casa. O estado de conservação do imóvel estava totalmente deplorável: telhado e portas quebradas, instalação elétrica e hidráulica arrancadas. Era impossível colocar gente lá. Recorreu-se a Fundação Alan Kardec que iniciou a reforma em 6 de março de 2013 e concluído dia 20 do mesmo mês. Neste mesmo dia, vinte e dois haitianos que ainda se encontravam na quadra esportiva foram para o abrigo do Zumbi. Essa casa abrigou, normalmente, sessenta pessoas, mas chegou a acolher cem pessoas e continua abrigando imigrantes (COSTA, 2016, p. 31).

As informações prestadas no relato exposto foram confirmadas pelo sujeito 09 dessa pesquisa, que já passou 09 anos na cidade de Manaus, especialmente, em diferentes abrigos da Pastoral dos Migrantes. O nativo de Cap-haitien, 56 anos, casado, pai de 03 filhos, responsável de um centro de distribuição de Picolés no abrigo zumbi, explicou:

Eu cheguei aqui em Manaus em maio de 2010. Fui acolhido pelo padre Gelmino Costa. Responsável da igreja São Geraldo, aquele momento, o abrigo ficava, perto do estádio de futebol. É no ano de 2013, que transferimos aqui o bairro zumbi dos Palmares (SUJEITO 09).

O pesquisador realizou a sua primeira visita ao abrigo, com um grupo de três estudantes da UFAM e da UEA, que também, estão trabalhando sobre as condições de vida dos imigrantes haitianos e venezuelanos na cidade de Manaus, em 18 de maio de 2018, na ocasião da festa de bandeira no Haiti¹³. Nossa primeira observação nos permitiu ver que os imigrantes presentes enfrentavam grande dificuldade de se comunicar em português. Assim, com a anuência da Pastoral, iniciou as aulas de português (Figura 5), por obvio essa atividade serviu para aproximar os pesquisadores do público e permitiu uma observação mais precisa.

Figura 3: Aula de português para imigrantes recém-chegados no acolhimento da Pastoral de Migrantes, no bairro Zumbi dos Palmares



Fonte: Autor (2019)

Cabe salientar que até o momento nenhuma pesquisa revelou se já havia imigrantes haitianos no bairro Zumbi antes da instalação deste abrigo. Porém isso pode ser possível porque, de 2010 a 2013, já havia haitianos que começaram a alugar outros imóveis, na tentativa de viver com suas famílias, também deslocadas do Haiti numa tentativa de reunificação familiar, embora esse questionamento tenha sido feito ao longo da pesquisa não foi possível afirmar tal hipótese.

3.2 O Haiti e o Brasil: um casamento do amor e dá razão

General de Gaulle, parafraseando Lord Palmerston¹⁴, afirmou: "A Inglaterra não tem amigos permanentes ou inimigos; tem apenas interesses permanentes", lembrou que de modo mais geral "os Estados não têm amigos; eles só têm interesses." Na era das relações

¹³ A bandeira do Haiti foi criada o 18 de maio de 1803, adotada em 1820 e formalizada em 1843. A Constituição do Haiti em 1987 confirma no texto a identidade histórica da bandeira haitiana, que é reconhecida como o emblema da República artigo 3 (MANIGAT, 2007).

¹⁴ Henry John Temple, 3.º Visconde Palmerston, também chamado Lorde Palmerston, foi um nobre e político britânico. Deputado Tory Palmerston foi secretário de Guerra entre 1809 e 1828.

internacionais antes dominadas por uma visão ideológica foi substituído um mundo marcado pela vontade dos Estados de defender os seus interesses nacionais, mesmo à custa de pôr os valores da solidariedade e cooperação globais de lado sob a honra do rescaldo da Segunda Guerra Mundial com a criação de uma série de instituições internacionais (TROESCH, 2017).

Depois de décadas de tentativas de exportar os princípios da democracia ocidental (1945-até hoje), os Estados Unidos voltaram à sua antiga concepção de relações internacionais, "*América First*", e se recusou a ser árbitro das tensões globais. A Rússia regressou às bases da política externa do Império Russo, opondo-se à expansão da União Europeia, procurando aumentar a sua influência no Médio Oriente e voltando-se para a Ásia. China decidiu transformar-se um poder do mundo para estabelecer sua influência transformando o mar de China em um mar interno e para desenvolver seu "poder macio" com o projeto da rota de seda e o crescimento do comércio com o continente africano (Idem. p.2).

Nesse cenário contemporâneo, o Brasil sobre a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) não é a exceção. Revelado como uma superpotência no mundo, notavelmente da região Sul-Americana. Sobre este assunto, declarando Gotardi (2015) o Brasil, segundo o Banco Mundial, ocupa o 7º lugar no ranking das maiores economias do mundo; com uma economia aberta e globalizada cujo PIB alcança 2.246 trilhões de dólares. O país encontrava-se, portanto, num momento de expansão, chamando a atenção no exterior como terra de oportunidades.

Uma superpotência que se manifestou, segunda a análise de Magalhães e Baeninger (2014, p.14), na dominação da zona americana do ponto de vista econômico, político e mesmo militar:

Nos últimos anos, a economia brasileira experimentou uma expansão e o Brasil redimensionou-se no rol dos principais países da geopolítica mundial. Como suporte da expansão econômica, necessita cada vez mais ocupar os postos da gerência capitalista internacional, como o Conselho de Segurança da ONU, por exemplo. A participação nas missões militares de estabilização (MINUSTAH) promovidas pela ONU, e particularmente a participação como coordenador no caso do Haiti.

No entanto, ao contrário da visão de extrema-direita dos países imperialistas ocidentais que faz parecer que os países não têm amigos, mas sim interesses. Os países em desenvolvimento estão desenvolvendo relações entre si, baseadas nas cooperações sinceras e duráveis, como destacado ao Secretário General da ONU, António Guterres, na

Conferência que marcou o 40º aniversário da Conferência das Nações Unidas na Cooperação Técnica entre países em desenvolvimento, realizados em Buenos Aires de 19 de março de 2019:

(...) a cooperação Sul-Sul refere-se à cooperação técnica entre os países em desenvolvimento no Sul. É uma ferramenta utilizado pelos Estados, organizações internacionais, acadêmicos, sociedade civil e setor privado para colaborar e compartilhar conhecimentos, habilidades e iniciativas bem-sucedidas em áreas específicas, como desenvolvimento agrícola, direitos humanos, urbanização, saúde, mudanças climáticas, etc. (ONU, 2019. P.5)¹⁵

Brasil e Haiti provam que há *um ato de amor e da razão* em seus relacionamentos. Uma posição debatida na tese de Handerson (2015), explicando os elementos culturais esportivos e simbólicos que unem os dois povos, e não apenas os interesses econômicos e ou políticos:

Além do crescimento econômico de 0,9% em 2012, o país ocupou o ranking da sexta economia mundial em 2013. A iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um programa conjunto dos governos dos 12 países da América do Sul, que tem como objetivo a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, também joga um papel importante na visibilidade internacional do Brasil. Este país nunca foi desconhecido pela população haitiana. Há décadas, o país sempre foi familiar ao universo haitiano, particularmente pelo futebol, pela música, pelo samba, pelas suas novelas e carnavais cariocas transmitidos nas televisões haitianas. Frequentemente, as gerações mais velhas lembram a ida do Pelé ao Haiti em 1978. Há um ditado no país caribenho que diz: “Os haitianos são mais brasileiros do que os próprios brasileiros”, visto que mais de 60% da população torce pela seleção brasileira de futebol. Esse fato pôde ser observado em 18 de agosto de 2004, na ocasião do “Jogo da Paz”, partida amistosa de futebol realizada no Haiti com um dos objetivos do Governo brasileiro, dentre outros, de ganhar o cenário político internacional, mostrando a sua potência promissora para, conseqüentemente, realizar a Copa do Mundo em 2014 no país. (HANDERSON, 2015, p. 50).

Uma posição confirmada por um jornal on-line muito famoso no Haiti, chamado “*Loop-Haiti*”, ilustrou claramente o profundo sentimento do povo haitiano para o povo brasileiro, especialmente, para a seleção do futebol brasileira. Ressaltou que quando o Brasil se qualifica, os haitianos se alegram. Veja (figura 5), os haitianos durante a qualificação da seleção de futebol brasileira (2) dois gols a zero sobre a seleção mexicana em 2019.

¹⁵ Para mais informações sobre a cooperação Sul-sul, ler o texto das Nações Unidas sobre ao diálogo com o sul-sul. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/fr/news/intergovernmental-coordination/south-south-cooperation-2019.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

Figura 4: Atmosfera no Haiti após a vitória da seleção brasileira de (2-0) sobre a seleção mexicana



Fonte: Loop-Haiti (2019)

Então, nas situações difíceis do Haiti, o Brasil ainda está do lado do povo haitiano. De 2004 a 2012, Lula e Dilma visitaram o país quatro vezes; a primeira visita de Lula foi em 2004, no período onde o país conheceu a estabilidade política depois da derrota do presidente Jean Bertrand Aristide sobre os movimentos populares; o segundo foi em 2008, depois de uma crise aguda, apelidada pela população haitiana, "*Gragou kloròks*" (fome aguda), que causou a revogação do primeiro ministro da época, o Sr. Jacques Edouard Alexis, pela Câmara dos Senadores e Deputados para acalmar a população. Lula visitou o Haiti durante essa situação de protesto generalizado e assinou um acordo com o presidente da época (René Préal) sobre Segurança Alimentar afim de aliviar a situação de fome da população, e o terceiro em fevereiro 2010, depois do terremoto. Lula foi um dos primeiros presidentes a levar sua solidariedade para a população haitiana. Veja (Figura 6).

Figura 5: Lula com o presidente Haitiano René Préal num avião visitando a capital Porto Príncipe destruída após a passagem do terremoto em 2010



Fonte: Google Imagens (2010).

Nessas visitas vários acordos foram assinados entre os dois países na área da educação e cultura, combate à pobreza e fortalecimento de segurança alimentar para o Haiti, combate à violência contra as mulheres e aumento da produção agrícola (JEAN BAPTISTE, 2018). Na visita de Dilma, em fevereiro 2012, foi seguido a mesma lógica de cooperação entre os dois países, “(...) o Brasil financia a maior parte da reestruturação da área no país e levou médicos brasileiros para trabalhar com os cubanos nas medidas de implantação de um sistema comunitário de atendimento”.

Todos esses elementos passaram a contribuir para a construção de uma imagem positiva de Lula e da Dilma. O que faz de Lula uma figura verdadeiramente emblemática no Haiti, a qual será relatada como motivo de deslocamento, como apontaram os Sujeitos 5 e 9:

Duas razões para migrar ao Brasil: a chamada de Deus mesmo para vir agradecer o presidente Lula, que deu oportunidade à população haitiana nas condições difíceis de migrar ao Brasil depois do terremoto em 2010, apesar de que não foi ele que estava no poder na época. Segunda razão, em 2010, eu queria voltar a viver no Haiti, pois não gostava da República Dominicana. Quando voltei ao Haiti para morar, minha esposa faleceu. Então não tenho nenhuma vontade de ficar lá e de permanecer na República Dominicana (SUJEITO 5).

Foi na Inglaterra que eu queria ir. Mas, por causa desses países, não é fácil para imigrantes empobrecidos como nós, e então o presidente Lula, foi ao Haiti, vê nossa miséria, abriu a porta ao país dele e eu também aproveitei. E há mais de 9 anos, moro aqui, os brasileiros gostam de nós porque não somos preguiçosos e também gostamos deles por sua generosidade (SUJEITO 9).

Contudo é importante relativizar a “boa fé” do presidente Lula, e contextualizar suas intervenções em não comprometer o objetivo da Missão das Nações Unidas para a Estabilidade no Haiti (MINUSTAH) dirigida pela liderança dos soldados brasileiros. A presença da MINUSTAH desde 2004 terminou no mês do outubro de 2017. Essa missão de paz e estabilidade política foi substituída pela Missão das Nações Unidas pelo Apoio da Justiça no Haiti (MINUJUSTH). Essa nova missão foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU por uma resolução; é composta de polícia civil e militar, tem como objetivo acompanhar o Estado haitiano a fortalecer as instituições de justiça no país, apoiar e desenvolver a força de Polícia Nacional do Haiti (PNH). No mesmo ano de término da missão anterior, uma nova, política especial, foi iniciada, apelidada de *Bureau Intégré des Nations Unies en Haïti* (Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti) (BINUH). BINUH tinha por princípio trabalhar através da capacidade consultiva junto com as autoridades haitianas e a Equipe das Nações Unidas no país, para preservar conjuntamente os ganhos da

parceria entre o Haiti e as Nações Unidas, principalmente em termos de estabilidade, segurança, governança, Estado de Direito e Direitos Humanos.

No entanto, a partir de 2016 o Brasil vai atravessar uma situação de crise com a saída do poder da presidente Dilma através do *impeachment* promovido pela Câmara dos Deputados e Senado Federal para colocar em seu lugar Michel Temer. Esse início de crise resultou em várias reformas iniciadas pelo governo Temer, o qual foi considerado um governo de retrocesso dos direitos sociais. Segundo Vasquez (2016, p. 1), ao congelar o gasto federal, a PEC 241 desestrutura o financiamento da política social brasileira ao eliminar a vinculação de receitas destinadas à educação e ao orçamento da seguridade social, que compreende as políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social:

As perdas totais de recursos federais para as áreas sociais são bastante expressivas, com a aplicação da PEC 241. Na simulação referente ao período 2003 a 2015, as perdas de recursos para as áreas sociais com o Plano Temer/ Meirelles seriam, em valores reais de dezembro de 2015, da ordem de:

- R\$ 437,7 bilhões na Assistência Social, o que significa uma redução de 68,5% do gasto federal aplicado nesta área;
- R\$ 453,9 bilhões em Educação e Cultura, implicando em uma queda de 39% nos recursos federais;
- R\$ 253,4 bilhões na Saúde, correspondente à perda de 26,5%;
- R\$ 1,7 trilhão na Previdência, ou seja, uma perda de 32,6% dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários do setor privado e público federal.
- Ao todo, a PEC 241 teria retirado R\$ 3,2 trilhões de recursos federais aplicados na política social. Caso ela estivesse em vigor desde 2003, o GSF seria 37% menor que os recursos destinados à política social nos governos Lula e Dilma.

Esses dados mostram uma redução significativa dos gastos sociais, o que impacta diretamente na presença dos imigrantes haitianos, principalmente na busca de encontrar melhores condições de vida e serviram como elementos provocativos de saída para outros países. Na análise dos conteúdos, percebe-se que todos os sujeitos tinham consciência sobre os impactos negativos dessa crise. Cita os relatos dos Sujeitos 9, 2 e 6.

Naquela época, todos os haitianos passaram para Manaus e depois para outras cidades. Então, como todos os outros haitianos, passei aqui e também fiquei porque encontrei um trabalho. Eu ganhava mais de 1500 reais, então a vida não era tão difícil, eu estava realmente confortável. Mas agora, com a chegada de Michel Temer ao poder, e agora Bolsonaro, é um desgosto, as coisas não são tão boas. Acostume de passar um dia todo sem comida nada aqui e mais de 03 meses sem trabalho (SUJEITO 9).

Hoje, o Brasil está em crise de emprego geral que afeta tudo mundo, brasileiro e estrangeiro. A diferença é que para nós como imigrante haitiano sofre mais porque nossa presença aqui é ligada ao trabalho. O nativo pode ter outro suporte, mas nós imigrante não porque somos fora de nosso país. Trabalhar para nós virar uma

obrigação, e às vezes a gente fez qualquer trabalho apenas para sobreviver (SUJEITO 2).

No início tudo foi de boa quando eu cheguei, teve muitos empregos, hoje é muito difícil, parece que pouco a pouco as portas abertas para os haitianos estão fechadas com a chegada Temer e Bolsonaro no poder (SUJEITO 6).

Essa situação mostra a necessidade compreensão do papel do Estado na permanência dos imigrantes no Brasil, a partir de dois momentos: o primeiro durante o mandato da presidente Dilma (2011-2016) sendo muito positivo e o segundo momento a partir do governo Temer (2016-2018) até Bolsonaro (2019 -...), desfavorável a eles. No entanto, apesar da situação difícil, pode-se perceber um profundo amor no discurso desses haitianos pelo Brasil, o que ocasiona os profundos contrastes existentes no reconhecimento de políticas públicas de Assistência Social brasileira por parte dos imigrantes haitianos (veja o ponto 3.5).

3.3. Imigrantes haitianos e acesso a Política Pública de Assistência Social brasileira

As políticas que compõem a Assistência Social brasileira são dotadas de ordenamentos diferenciados quanto à abrangência e destinação, o que as tornam em certa medida, mais ou menos acessíveis. A discussão do acesso a elas necessariamente transita nesse âmbito, sendo este condicionado pela estruturação particular de cada uma. Por isso, afirma-se que se trata de “acessos” tendo em vista que os sujeitos percorrem caminhos diferenciados em cada uma das políticas.

Segundo Evelyn e Liria (2018, p.10), Saúde e Assistência Social compõem o campo não contributivo da Seguridade Social. A Saúde, entre as políticas em questão, é a única que se estabelece como universal em todos os seus níveis de atenção, ações e serviços, propondo para além da universalidade prover ações integrais e equânimes, conforme princípios aprovados em lei. O Sistema Único de Saúde (SUS), fruto da Reforma Sanitária Brasileira, propõe-se à reorientação da política por intermédio de um conceito ampliado de saúde com base em determinações que envolvem os modos de viver, adoecer e cuidar. Dessa forma, deve ser hierarquizado e regionalizado com recorte territorial, principalmente no nível primário, por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBS), elementos chave para a análise de condições e promoção de ações em saúde.

A Assistência Social é a política de regulamentação mais recente entre as anteriormente mencionadas. Embora tenha sido introduzida no texto constitucional

juntamente às demais, só obteve regulamentação no ano de 1993 e permaneceu até o ano de 2011 sem estabelecimento legal do seu sistema de provisão (EVLYN, LÍRIA, 2018). As primeiras iniciativas com o objetivo de agregar maior densidade à oferta da Assistência Social se iniciam em 2004, quando pela primeira vez se engendra uma concepção efetiva de construção de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo apresentado com maior detalhamento em 2005 (idem, 2018).

No que diz respeito a particularidade da área, cabe mencionar seu histórico vinculado às práticas tradicionais não específicas, prestadas por instituições não governamentais de matriz religiosa e filantrópica, sob o viés da caridade, quando desenvolvidas, construídas sob essa égide, histórico este que nos dias atuais ainda carece de desconstrução cotidiana. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi instituído no presente com base na efetivação das três funções/objetivos da Assistência Social (proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos), dividido em dois níveis de proteção. Nessa direção, pressupõe a gestão integrada de serviços, programas, projetos e benefícios, tendo como porta de entrada prioritária os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), de inserção territorializada (EVLYN, LÍRIA, 2018).

Desse modo, refletir acerca do “acesso” a essas políticas requer analisar os condicionantes e as estruturas descritas, sendo necessário também debater conceitualmente a própria categoria *acesso*, que se constitui como polissêmica (TRAVASSOS, CASTRO, 2008). Da concepção de acesso concebida por Travassos e Castro (2008) como sinônimo de acessibilidade, com vistas à compreensão do nível de dificuldade ou de facilidade com que os usuários obtêm atendimento nos serviços, levando em consideração que a condição de classe dos usuários é determinante para um acesso mais amplo ou mais restrito.

Nessa direção, as autoras apontam que o acesso pode ser definido como o gradiente intermediário entre procura e entrada de serviços, estando vinculado às formas de prestação destes, as quais podem vir a favorecer a utilização por usuários efetivos ou potenciais, expressando a capacidade da oferta em atender as necessidades da população. No bojo dessa interlocução, Travassos e Castro (2008), expõem três dimensões que compõem o acesso: (1) disponibilidade dos serviços; (2) capacidade de efetivação de pagamento por parte dos usuários; e (3) aceitabilidade, sendo a necessidade de informação inerente a todas elas. Agregadas às dimensões elencadas pelas autoras estão também o que chamam de barreiras, pois compreendem que a disponibilidade (oferta e presença de serviços) por si só não é suficiente para a concretização do acesso em âmbito público.

Desse modo, Travassos e Castro (2008,) apresentam as seguintes barreiras que podem inviabilizar o acesso:

(i) geográficas (relacionadas à disposição espacial dos serviços, sendo levado em consideração o quão próximo ou distante estão dos usuários, assim como o trajeto a ser percorrido); (ii) financeiras (disponibilidade ou indisponibilidade de recursos financeiros necessários para acessar os serviços); (iii) organizacionais (relativas à forma de oferta dos serviços e suas provisões, aos recursos humanos disponíveis para o atendimento, aos horários e estrutura física de atendimento); (iv) informacionais (posse de informações acerca de direitos, existência de ofertas, formas de acesso); e (v) culturais (vinculadas à trajetória histórica dos usuários, às suas concepções, valores, experiências, subsidiadas pela construção social da qual fazem/fizeram parte). (TRAVASSOS, CASTRO, 2008, apud EVLYN, LÍRIA, 2018, p.137).

No caso dos imigrantes haitianos, uma vez que chegam ao território brasileiro, precisam ser inseridos como sujeitos de direito, o Estado brasileiro tem um conjunto de obrigações para garantir que eles tenham acesso à política de Assistência Social. Além disso, essas obrigações são constitucionais, mas também requisitos das Nações Unidas, através dos decretos, acordos e convenções assinados pelas autoridades do país.

No entanto, a observação participante do pesquisador e a análise das entrevistas com esses imigrantes permitiu identificar um conjunto de desafios enfrentados por esses imigrantes na cidade manauara: procurar os documentos oficiais; aprender a língua portuguesa; conseguir um emprego; encontrar um lugar para morar; saber as informações para poder circular pela cidade. Essas dificuldades ligadas a natureza das políticas públicas do Estado brasileiro.

Os relatos dos sujeitos 3, 5 e 7, confirmam a questão da linguagem, ou seja a comunicação, como o maior obstáculo aos imigrantes haitianos para ter acesso à assistência social brasileira, isso porque esse obstáculo freia o entendimento do próprio objetivo dos programas, do conhecimento de saber as existências, do diálogo que deveria existir entre eles e os servidores e, por fim, vencer as etapas burocráticas, como a retirada de documentos exigidos e etc.

Não recebi nenhum apoio do Estado brasileiro. Bem, talvez esteja nos documentos, porque não paguei pelo CPF, nem pelos documentos da Polícia Federal. Mas havia muitas dificuldades para ter acesso com esses documentos, porque eu não falei a língua portuguesa, nem eles não falam crioulo haitiano nem francês (SUJEITO 3).

Embora eu tenha 01 ano aqui, não consigo falar bem o português. Não tenho CPF, nem RNM, nem visto, mas consigo viver. Eu fiz qualquer trabalho para sobreviver aqui, eu vendi água, picolé. Mas se fosse pelo Estado brasileiro ou o padre da Pastoral, eu já teria morrido, mano (SUJEITO 5).

O primeiro responsável da Pastoral de Migrantes, o padre Germino, foi melhor do que o segundo (padre Valdeci). O padre o Germina, falou francês, pois, ele estudou lá na France, ele conseguiu nos entender bem. Ele acostumava nos acompanhar pra fazer os documentos na Polícia Federal, trazer a comida cada final da semana aqui no abrigo, e nos ajudava encontrar emprego e no final do ano agonizava festa aqui por nos. Mas agora, as coisas se mudaram consideravelmente. Raramente, o padre Valdeci traz algumas coisas aqui. A situação se complica, algumas vezes, a gente passou um dia todo sem comer nada (SUJEITO 7).

As reflexões em torno do acesso dos imigrantes haitianos aos serviços públicos no âmbito da Assistência Social na realidade estudada demonstram, por mais distante que a letra da lei prega, que a comunicação, dificuldades relacionadas ao domínio do idioma português e ausência de intérpretes nos locais de atendimento constituem as maiores queixas em termos de dificuldades enfrentadas tanto pelos imigrantes haitianos, quanto pelos profissionais que trabalham nessa área. Tive¹⁶ uma experiência com uma psicóloga que trabalha no Centro de Apoio e Referência a Refugiados e Migrantes (CARE) em Manaus, que costumamos conversar sobre as dificuldades dos imigrantes na cidade de Manaus. Um dia pela manhã, ela me ligou por telefone, dizendo: *"Olá Richemond, por favor, há uma imigrante haitiana que vem para o centro, talvez, ela precisa do nosso apoio, mas, infelizmente, ela não fala português, e nós também não falamos a sua língua, você pode falar com ela para traduzir? "*. Ela passou o telefone para a imigrante que me explicou o seguinte: *"eu cheguei agora aqui no Brasil, eu preciso encontrar um espaço para me abrigar, uma escola para aprender a língua portuguesa e também precisa encontrar um emprego para cuidar de mim e da minha família lá no Haiti."*

Como anteriormente, as análises de relatos 1, 2 e 8 permitem entender que, embora de difícil acesso, há serviços disponíveis para os imigrantes haitianos, em particular, cuidados médicos. No entanto, esses imigrantes não consideram esses serviços como um Direito, mas sim como um favor da autoridade da Pastoral dos Migrantes.

A primeira vez eu fui atendido numa clínica particular com auxílio do padre Germino, para tratar um problema dentário, mas sofri sem apoio para a recuperação no abrigo, hoje em dia se necessitei de remédios ou atendimento vou

¹⁶ Peço licença de usar a primeira pessoa, porque eu estou contando uma história pessoal. Uma atitude que eu vou adotar ao longo das. Cabe ressaltar que sou um estudante haitiano, formado em ciências humanas e sociais no Haiti, que atualmente reflete sobre o fenômeno da migração haitiana no território do Brasil. Então, eu tenho certo entendimento sobre a realidade socioeconômica e política do meu país. Como disse a Martinelli (1999, p. 25) não podemos pensar que chegamos a uma pesquisa como "um saco vazio". Não! Temos vida, temos história, temos emoção! [...] não podemos pensar que, para mantermos a objetividade, devamos ocultar a emoção. Não existe vida sem emoção. O sujeito não pode ser oculto, nem o pesquisador, nem o pesquisado, ambos são saturados de história, são plenos de possibilidades.

até as UBS, caso seja algo mais grave vou até o Hospital do bairro grande vitória, eu vi outros imigrantes que já foram lá, é bem legal (SUJEITO 2).

Eu não estou doente frequentemente aqui no Brasil, a última vez que fui ao hospital era em 2017, numa pequena unidade de saúde perto do abrigo. Graças a Deus eu não paguei, porque, aqui o padre da pastoral de migrante, paga tudo por nós: água, eletricidade, casas, até cuidados médicos. Então, esse padre é um grande pai para nós aqui no abrigo. Eu nunca vi uma autoridade do município ou estadual aqui no abrigo, só Pastoral de Migrantes (SUJEITO 1).

A última vez que fui a um hospital aqui, foi muito difícil para o médico me entendeu, porque eu não falava português e ele também, não sabia falar a minha língua. Foi graças a um amigo que estava aqui antes de mim, que consegui falar bem português, que voltou comigo cerca de uma semana para que eu pudesse conversar com o médico. Sim, os hospitais são gratuitos, mas os procedimentos são muito longos, você deve marcar uma consulta, talvez não consiga encontrar as datas disponíveis e sofrerá muito. Às vezes morremos antes que a data esteja disponível. Seria melhor ir a um hospital particular, mas não há dinheiro, mas se o caso for complicado, o padre poderia nos ajudar (SUJEITO 8).

Assim, os serviços sociais brasileiros estão efetivamente abertos a todos os cidadãos no território do país, conforme previsto pela Constituição Federal de 1988 no artigo 5 e outras leis do país. No entanto, o acesso a esses serviços nem sempre é fácil para os estrangeiros, especialmente os imigrantes haitianos que não dominam bem a língua portuguesa. Além da barreira linguística, outras dificuldades no acesso aos serviços sociais do país devem-se aos aspectos burocráticos das instituições. O que parece frustrante no relato do Sujeito 8.

Qualquer coisa para encontrar aqui, tem que fazer muitas coisas antes de encontrá-lo, tem que ter o CPF, RNM, carteira medical, carteira de trabalho etc. Bem, como eu, que não falo a língua dessas pessoas, poderei ter acesso com esses serviços? E não é fácil encontrar um haitiano disponível, para ajudar a fazer todas essas coisas, porque todo mundo está fazendo suas próprias coisas. É por isso, que eu fiquei ilegal desde mais de um ano aqui (SUJEITO 8).

Assim, deve-se atentar que, em termos de acesso aos serviços, ofertado para os imigrantes haitianos em Manaus, apresenta um problema de origem, ou seja, da natureza das políticas públicas, não é uma questão com os haitianos uma vez que as incompreensões comprometem o processo como um todo, essa afirmação se sustenta ao verificar que não somente o atendimento da ponta (acesso) tem suas limitações, olhando a forma organizacional das políticas públicas brasileiras, se o acesso é falho é em razão de toda sua origem não pensar nas diversas singularidades que uma realidade pode proporcionar, portanto essa é somente o início da base de um conjunto de preconceitos vivenciados na cidade de Manaus e que afetam negativamente a qualidade de vida deles.

3.4 Ser haitiano é igual a ser discriminado: o olhar preconceituoso sobre imigrantes haitianos em Manaus.

Nesta parte, serão analisados aspectos relacionados às marcas de preconceitos sofridos pelos sujeitos entrevistados. Entende-se o preconceito como “(...) um modo de ver certas pessoas ou grupos raciais [...] de qualquer tipo, ele é sempre uma atitude negativa em relação a alguém, [...] é uma atitude antecipada e desfavorável contra algo. Essa atitude pode ser tomada em relação a um indivíduo, a um grupo ou mesmo a uma ideia” (SANTOS, 2001, p. 82).

Desse fato, os preconceitos constatados nos relatos dos sujeitos entrevistados se manifestem sob a forma étnico-racial (haitiano/preto), do estatuto social (ser imigrante) e, da sexualidade ou hipersexualização (haitianos/objeto sexual e masisi¹⁷). Entende-se que esses tipos de preconceito sobre essa categoria se manifestam como o resultado do contexto global da problemática racial do Brasil; do contexto pontual da migração haitiana pelo Brasil; e da construção estereotipada do ser haitiano como ser sem educação, associado como pertencente a uma população que vive na extrema pobreza no seu país. Essa última construção faz parte da tendência estereotipada vinculada pelas Organizações Internacionais e as ONGs para as campanhas de sensibilização internacional, no objetivo de justificar as intervenções sociais, militares, econômicas e políticas nesse país, ao longo da história.

É válido destacar ainda, que o Brasil e Haiti têm alguns pontos semelhantes e discordantes no seu passado histórico colonial, particularmente em relação aos negros africanos deslocados pelas potências coloniais europeias a fim de alimentar o tráfico da escravidão. No caso do Brasil colonial, a resistência da população indígena que coexistia com essa nova população negra africana, e os brancos colonos europeus. O que se deu durante o período colonial até época pós-colonial foi uma configuração racial entre a população branca, negra e indígena. Porém, a população indígena e os brancos, no Haiti, vivenciaram um outro processo histórico, a historiografia menciona o desaparecimento total da população indígena pelo genocídio dos colonos espanhóis no período colonial (Capítulo 2). Também teve a expulsão de todos os colonos franceses a partir da independência em 1804, com diversas dificuldades administrativas e sociais para permanecerem na antiga colônia (HURBON, 1987).

¹⁷ Masisi é uma palavra do crioulo haitiano, usada para traduzir a homossexualidade nos homens. Então, é um homem que faz sexo com outro homem. No Haiti, essa palavra é usada para ridicularizar uma pessoa. Parece que os imigrantes haitianos trouxeram essa palavra aqui par o Brasil da troca de conversação.

Dessa forma, no Haiti pós-colonial predominou uma configuração racial, a maioria de negros e, dentro desta, a distinção racial entre os negros com pele mais clara, descendentes da mistura entre os brancos, negros que são identificados como mulatos, e negros com pele mais escura, descendente diretamente dos escravos da África. Na constituição de 1987 (atual constituição haitiana) o país declarou claramente, que todos haitianos são negros (pretos).

Pode-se relatar também, a partir da última década do século XIX, a migração de árabes (Líbano e Síria), da Alemanha e Itália no país. Esse episódio, mostra que a partir de 1890, as famílias pobres chegam no Haiti e se tornam vendedores nas ruas para sobreviver, houve, no entanto, um choque social ao ver pessoas brancas nas ruas pobres, realidade esta que se apresentava distante da encontrada pela população haitiana, devido a formação particular de seu estatuto racial em contrapartida, essas comunidades árabes receberam a assistência do governo Haitiano para concorrer com a burguesia mulata e para diminuir os impactos sociais que gerou essa presença racial na sociedade (HURBON, 1987).

Pouco a pouco, a forma com que foram se organizando e a medida em que utilizavam da assistência do governo haitiano, eles permaneceram no país e conseguiram dominar o comércio, desenvolvendo especialmente a importação-exportação, e hoje fazem parte da burguesia haitiana. Para frisar Hurbon (1987), não tem uma presença imponente de brancos no Haiti como é no caso da África do Sul, o problema é mais uma questão de classe social com determinantes econômicos.

No final, a questão racial no Haiti parece ser um problema bastante circular, que, sem dúvida, refere-se a uma condição esquizofrênica. Não há uma população "branca" no Haiti, como na África do Sul, nos Estados Unidos, na América Latina ou mesmo na Jamaica ou em Porto Rico. O debate sobre a raça no Haiti se desenvolve essencialmente, como vimos, na luta pelo domínio ação entre a pequena burguesia e a burguesia. A oposição mulato e preto está sobre determinada por um *bovarysm* intelectual que persiste mesmo nas denúncias mais violentas e se alimenta de um imaginário da cultura ocidental experiente com relações a língua nativo(crioulo) e a língua (francês), ao alfabetização(fetichismo da escrita como meio de distinção)[...] A permanência da oposição negra/mulata, na redação da história do Haiti, parece ter sua origem no desejo da pequena burguesia intelectual de exercer e manter o poder de dominação sobre a população fora de todas perspectivas de uma verdadeira democracia. (HURBON, 1987, p. 104- 105).

Porém, no Brasil a questão racial se impõe e é real. Existe uma predominância racial de uma sobre outra desde o Estado colonial. A partir do século XIX, começa uma política migratória diferenciada em relação ao que aconteceu durante o período colonial. Deus (2001, apud JEAN BAPTISTE, 2018) chamou de política de miscigenação para “embranquecer”,

jamais para “empretecer”. O Brasil as elites priorizaram a mão de obra europeia-branca para substituir a mão de obra escrava, porque os negros foram vistos como atrasados, e também havia a necessidade de uma mão de obra livre, barata e disponível para ser consumidora dos bens de consumo que apareciam no mercado industrial. Segundo Cotinguiba (2014), essa política, de maneira objetiva, visou discriminar os negros, colocaram eles como responsáveis da incapacidade de desenvolvimento do Brasil, havendo a necessidade de injetar “sangue branco” na sociedade.

Do ponto de vista político, sabe-se que o governo brasileiro do período estava preocupado em solucionar dois problemas imediatos, substituir a força de trabalho escrava por trabalhadores assalariados, devido à nova ordem econômica internacional e promover o processo de branqueamento da população brasileira, motivado pelas teorias deterministas tão em voga no período (COTINGUIBA, 2014, p. 56).

Dessa forma, a população negra do Brasil, desde a formação da República, foi menosprezada com essa ideologia de branqueamento da sociedade.

Baseava-se na suposta superioridade branca, às vezes substituída pelo eufemismo de “raças mais adiantadas” em oposição às “raças menos adiantadas” e ainda pelo fato de deixar em aberto a questão de ser inferioridade inata [...] Com esses princípios, com essas crenças, convive a sociedade brasileira até hoje (DEUS, 2001, p. 183, apud, JEAN BAPTISTE, 2018).

A sociedade brasileira consegue camuflar o racismo estrutural e propõe uma tímida presença da população negra em espaços públicos (políticos, sociais, econômicos) dominados por elites brancas que criaram a ilusão da democracia racial. Segundo Deus (2001, p. 179, apud JEAN BAPTISTE, 2018), essa democracia racial é:

Criada por elites brancas e laboriosamente inscrito e arraigado no imaginário social, inclusive com a colaboração de eminentes cientistas sociais, o mito da democracia racial que se supõe existir no Brasil foi, provavelmente, um dos mais poderosos mecanismos de dominação ideológica já produzida no mundo. Por meio dele ressalta-se o caráter miscigenador da sociedade brasileira: um povo mestiço, misturado, tolerante, aberto aos contatos inter-raciais.

Nessa dinâmica, historicamente a população negra no Brasil evolui no que Santos (2001) identificou como uma forma de invisibilidade racial, na qual os negros não se parecem de maneira qualitativa na sociedade (cidadãos da margem da cidadania), fazendo referência a eles para identificar a pobreza, falta de moradia, desemprego, violência.

No entanto, muitas conquistas resultam das resistências dessa população negra, desde “a formação dos quilombos e a participação dos negros em todas as insurreições ocorridas

no país no século XIX” (DEUS, 2001, apud Jean Baptiste, 2018), e com os movimentos sociais negros no Brasil contemporâneo. Mas, de maneira objetiva, a problemática da raça se manifesta em uma desigualdade evidente em desfavor aos negros brasileiros na sociedade.

Desse fato, a migração haitiana no Brasil, a partir de 2010, representa um dos momentos de ruptura na tradição migratória branca/europeu desse país. Essa migração está nesse sentido, envolvida com a percepção do país acolhedor sob os marcos e estereótipos associados aos negros construídos historicamente. E, de maneira particular, no caso haitiano, um deles é: ser imigrante haitiano denota inevitavelmente ser descriminalizado, como apareceu nos relatos do Sujeito 04, sujeito 05 e o Sujeito 07 nas entrevistas.

Para mim, os imigrantes haitianos são mais desprezados, humilhados em Manaus, sob o pretexto de que os haitianos são corajosos e gostam de trabalhar, os chefes de empresas nos dão um tratamento desumano. E, da maneira como somos tratados aqui no centro da pastoral dos migrantes, acho que não há razão para nomear aqui um abrigo ou centro de acolhimento, mas sim um lugar para dormir (SUJEITO 4).

Outra questão que existe no mercado de trabalho para os imigrantes haitianos, é que as empresas nos concebem como um povo de falta de inteligência, as empresas não valorizam nossa potencialidade (SUJEITO 5).

Cara, o contexto do trabalho aqui para um haitiano é muito difícil. As empresas não deram valor aos haitianos competentes. Eu conheço grande profissional que está trabalhando apenas nos serviços gerais... por isso tem muitos haitianos ansiosos no Brasil com essas condições, porque a gente vale mais (SUJEITO 7).

Considera-se esse contexto global da problemática racial demonstrado como o primeiro elemento que influencia todas as outras formas de preconceitos sofridos pelos imigrantes haitianos no Brasil (Manaus). O segundo elemento que alimenta esses preconceitos percebidos é também ligado ao contexto do surgimento dessa política migratória a partir do terremoto de 2010, discutida no segundo capítulo deste trabalho. O terremoto se apresenta como a grande referência da sociedade brasileira sobre o Haiti; é como se o país nascesse a partir da catástrofe, e este se torna o motivo exclusivo da saída dos haitianos. O que Jean Baptiste (2018) explicou como uma incompreensão do povo brasileiro sobre o fenômeno migratório haitiano:

Cotidianamente, é quase sistemática, nas conversas com os interlocutores, de fazer referência ao terremoto que nós falamos de imigração ou não. Essa curiosidade, de maneira consciente ou inconsciente, faz referência a um país destruído em inteiro e o seu povo foge para sobreviver da miséria insuportável. Porém, o terremoto ocorreu apenas na região metropolitana da capital do país, Porto- Príncipe, no departamento do Oeste. Ou seja, nove departamentos não foram vítimas de maneira direta, e o perfil histórico dos imigrantes no Brasil mostrou que muitos deles estavam nos outros países no momento do terremoto (JEAN BAPTISTE, 2018.p. 171).

O outro elemento resulta das políticas de caricaturas das realidades haitianas pelas organizações internacionais e das ONGs, que se perpetuar no Haiti. Em busca de dinheiro para atuar no país, algumas ONGs adotaram o hábito de destacar o lado ruim do país para sensibilizar o mundo internacional. É o que Peck (2012) vai identificar como uma “assistência mortal”¹⁸ das organizações internacionais e das ONGs.

Esse tipo do comportamento dos organismos internacionais (apoiado pelas mídias que a veiculam) foi construído historicamente desde a independência do país, em 1804, que foi o primeiro país negro independente no mundo, mas que foi vista como mau exemplo pelas potências coloniais da época.

Essa marca haitiana de país atrasado atravessou a história do país e, após a retomada dos invasores, todavia, a resistência popular contra o sistema cada vez mais tem marcado um cenário de luta. Durante o período da ocupação dos Estados Unidos, entre 1915- 1934, devido às lutas de resistências dos camponeses haitianos contra a ocupação, os americanos. No entanto, os invasores americanos, para justificar as intervenções militares e os massacres que promoveram, patrocinaram a construção internacional de uma imagem negativa dos *haitianos*, apontando o modo de vida haitiano, suas crenças, cultura e visão do mundo. Assim, por serem diferentes dos padrões ocidentais, era lhes atribuída a condição de bárbaros (COTINGUIBA, 2014). A imagem atribuída serviu como uma forte e marcante referência do Haiti para o mundo, servindo como uma das marcas para caracterizar a migração haitiana no mundo e no Brasil em particular. Segundo Handerson (2015, p. 149),

As caracterizações pejorativas exacerbaram a imagem predominante do Haiti como país pobre e miserável, trazendo à tona a importância de se relacionar essas imagens com processos de incorporação e exclusão de migrantes haitianos na sociedade brasileira. A chegada de milhares de haitianos ao país evidenciava um forte sentimento de rejeição à migração haitiana por boa parte das matérias veiculadas na mídia brasileira, por ser considerada indesejada.

No entanto, é fato notório que o Haiti padece de uma situação muito problemática e complexa, imposta pelas situações de desigualdades econômicas e social. Porém, é importante contextualizar que a situação vigente no contexto social do país é resultado da

¹⁸ O documentário *Assistance Mortel* (assistência mortal) é uma análise sobre a realidade da assistência das organizações internacionais e as ONGs no Haiti depois do terremoto de 2010.

formação sócio-histórica gerada pela punição imposta pelo imperialismo internacional ao país e ao povo haitiano.

Mas, a real história do Haiti denota que o povo sempre se manteve em constante contra a opressão. Isto aconteceu, por exemplo, no momento em que era necessário abolir o sistema escravagista que vigorava no país, em que o povo haitiano com a conquista de sua independência, em 1804, liderou o caminho para as outras colônias. De acordo Jean Baptiste (2018), o Haiti, antes de ser pobre, é um país empobrecido, pois ao longo dos últimos dois séculos, dada a cumplicidade das elites locais com o capital internacional, o povo haitiano tem sido forçado a trabalhar em prol do enriquecimento dos países capitalistas.

Resgata-se que entre 1804 a 2019, perfazem 215 anos da independência do Haiti, sendo que ao longo da sua história esse país conheceu uma dominação internacional real durante 32 anos, sendo 19 anos de ocupação dos Estados Unidos, entre 1915-1934, e 17 anos da ocupação militar das Nações Unidas (MINUSTHA), entre 2004-2019 (ocupação existente, ainda que se transforme na Missão das Nações Unidas pela Estabilização no Haiti - MINUSTHA para Missão das Nações Unidas pelo Apoio da Justiça no Haiti-MINUJUSTH e atualmente para *Bureaux Intégrés des Nations Unies en Haiti*¹⁹ (BINUH), o que representa mais de quinze por cento (15%) no tempo da existência do país, sobre a ocupação militar internacional. Mesmo que não haja ocupação militar e policial, os países internacionais como a França, os Estados Unidos e o Canadá nunca deixaram o país, eles criaram uma outra forma de dominação sob a camuflagem da presença das instituições multilaterais como o FMI, o Banco Mundial, a UNICEF, que representam um poder paralelo ao Estado haitiano (ETIENNE, 1997). Dessa forma, o comprometimento desses países na implantação da situação de desigualdade é tão significativo quantos o entreguismo praticado pelas elites nacionais.

Um outro aspecto que merece ser analisado refere-se à homogeneização dessa emigração haitiana no Brasil, que é tratada como se todos no mesmo patamar em uma forma de crença do mito que fundamenta o racismo brasileiro contra a população negra.

É importante destacar que, durante a permanência do pesquisador no Brasil, houve várias situações que tendem a reduzir o conceito de imigrante aos haitianos, seja no meio acadêmico ou no campo das intervenções públicas. Dessa tendência, pode-se revelar um aspecto pejorativo ligado à questão do imigrante haitiano por ter sido escolarizado. Nos

¹⁹ Pode traduzir em português “Escritórios Integrados das Nações Unidas no Haiti”.

relatos dos sujeitos 4, 5, 6 aparece-se uma das formas de preconceitos em relação à educação:

Por exemplo, se você está procurando um emprego, você coloca no seu CV que você tem uma profissão, a empresa nunca vai te chamar não. Mas se você coloca só o ensino médio, ela vai te chamar rapidinho para trabalhar no serviço mais desqualificado. Se você colocar suas experiências no tal domínio, não vão chamar você não, você pode esquecer isso (SUJEITO 5).

Lembrei teve um amigo haitiano que foi chamado para fazer uma entrevista numa empresa, ele não conseguiu a vaga porque ele se apresenta como um profissional, a empresa fala que ele não precisa de profissional técnico, e até hoje ele nunca trabalhar sobre o que ele aprendeu no Haiti, ele está fazendo apenas serviço geral. Isso gerir muitas frustrações (SUJEITO, 6).

Eu posso dizer, é difícil mesmo para um imigrante haitiano de trabalhar sobre o que ele estuda no seu país (SUJEITO 4).

Se for óbvia que a tendência da migração é uma mão de obra marginalizada e desqualificada, a existência dos imigrantes qualificados dentro da tendência geral reflete uma situação controversa, ao sentido que a educação, que deveria ser um meio de mobilidade social para essa categoria qualificada, torna-se uma barreira. É uma atitude preconceituosa que, segundo Santos (2001, apud Jean Baptiste, 2018, p. 69), refere-se entre uma pessoa a uma outra quando a pessoa “no fundo, está fazendo uma comparação a partir de um padrão que lhe é próprio”.

Outros aspectos que chamam a atenção do pesquisador, sobre as condições de vida dos imigrantes haitianos na cidade de Manaus, em particular, no abrigo da Pastoral dos Migrantes, é a questão do assédio sexual por homossexuais brasileiros. Mais de 50% dos interlocutores relatam terem sido agredidos sexualmente, pelo menos uma vez, pelos homossexuais da cidade. Isso atrai a atenção porque, primeiramente não era esperado no cronograma de entrevista, uma vez que tal temática aparece tão violentamente silenciosa tanto na literatura, quanto no cotidiano, é uma questão pouco discutida e marginalizada. Porém, quando se termina as perguntas fornecidas, é perguntado a eles o desejo de acrescentar algo mais, com espanto, mais da metade dos entrevistados, relataram já ter sofrido agressão sexual no abrigo, nas ruas do bairro Zumbi dos Palmares ou na cidade manauara. Então, lê-se nos relatos dos sujeitos 1, 5, 7, 2 e 9:

(...) na rua algumas pessoas falam coisas ruins e até no meu trabalho, mas eu não ligo mais”. Demais, sobre a questão de idioma e a sexualidade, sempre eu vendi meu picolé pra sobreviver, os brasileiros gay vêm me oferecer ao dinheiro em troca de sexo. Eles não me conhecerem, sou pastor, isso me deixou muito triste (SUJEITO 1).

Várias vezes, fui agredido sexualmente, por brasileiros gays, mas isso não me incomoda, porque eles têm medo de mim, não podem correr contra mim. Eles me ofereceram dinheiro, mas eu recusei (SUJEITO 5).

(...) Eu já tenho sofrido preconceito, os gays aqui, não tem respeito pra os haitianos, alguns deles costumam de me agredir sexualmente, só por que estou negro. Tiver um gay, que entrou até no abrigo uma vez na meia noite pra nos agredir. Demais, havia um brasileiro que me bateu muito perto da paróquia de São Gerado, sob o pretexto que eu não quis beijar ele (SUJEITO 7).

Na rua, algumas pessoas falam coisas ruins com migo, e até no meu trabalho, mas eu não ligo mais. Uma vez, um brasileiro me chamaram masisi (gay), você quer transar comigo, vou te pagar 20 reais. Eu fiquei muito triste, porque se for ao meu país, ele não poderia me dizer isso (SUJEITO 2).

Muitas vezes, fui agredida sexualmente por brasileiros gays, prego o evangelho de Jesus, os homens aparecem e tocam meu pênis. Mas como eu sou evangelho, rejeito e continuo dando a eles a palavra de Deus (sujeito 9).

Por obvio as reações também se encontram num discurso coberto por preconceito e estigmas, no entanto, a trajetória histórica de objetificação de corpos negros aliado ao estatuto de imigrante se encaixa violentamente sobre essas pessoas. Como esse campo requer uma vasta discussão surge a pergunta: por que há assédio e tentativas de relação sem consentimento? Primeiro por um conjunto estereótipos construídos e acatado pelo povo brasileiro sobre os negros da África, particularmente, os imigrantes haitianos. Na concepção deles, ser imigrantes haitianos, significa ser submetido a tudo: pobreza, estupro e roubo. Isso leva-se a pensar no artigo de Alan Augusto Moraes Ribeiro (2013), intitulado "Blackness: identidades, racismo e masculinidade em bell hooks", no qual explica o racismo dos homossexuais brancos sobre os homens negros, como uma estrutura hegemônica sexualmente racial:

O racismo como uma estrutura opressiva e hegemônica que delineia limites sociopolíticos e contornos raciais e sexuais ontológicos sobre as pessoas (hooks, 2004; 1992) falar sobre Blackness, para bell hooks, é uma tarefa na qual o antirracismo é também um embate filosófico profundo e uma crítica política radical a tal estrutura, a partir das propriedades internas que ela apresenta em seus mecanismos de hierarquização racial (RIBEIRO, 2013, p.2).

A tendência de homogeneização da migração haitiana é contrária à realidade da migração na qual existe uma diversidade de perfis dos imigrantes. Um estudo realizado pela Organização Internacional da Migração-OIM (2014) revelou que as motivações dos imigrantes haitianos para o Brasil variam entre grupos mais jovens das áreas urbanas que procuram oportunidades de estudar e entre um outro grupo do meio rural, com objetivo de

emprego no contexto da crescente demanda por mão de obra no Brasil, especialmente no setor de construção.

No relato do Sujeito 04, percebe-se uma frustração crescente. Ele tem 35 anos e, completou seus estudos clássicos no Haiti com 20 anos de idade. Atualmente, há mais de três anos, está em Manaus, no acolhimento da Pastoral de Migrante. Muito frustrado, em suas declarações, tanto contra a autoridade de seu país de origem, quanto das autoridades brasileiras, diz ele, que não lhe deram a oportunidade de estudar impecavelmente.

Eu trabalho no restaurante de manhã e à noite eu estudo numa universidade particular. Minha situação está muita complicada, mas estou obrigado seguir pra frente, mano (SUJEITO 04).

Para mim, os imigrantes haitianos são mais desprezados, humilhados em Manaus, sob o pretexto de que os haitianos são corajosos e gostam de trabalhar, os chefes de empresas nos dão um tratamento desumano. E, da maneira como somos tratados aqui no centro, acho que não há razão para nomear o abrigo (SUJEITO 04).

No entanto, além de tudo, esses imigrantes têm grande esperança de modificação da realidade e das percepções negativas deles. Como foi relatado na história dos negros para combater as situações de desigualdades, nos relatos do sujeito 06:

Os haitianos deveriam se unir a fim de fazer algo coletivamente, com a ideia de um investimento coletivo. Nós temos que cultivar o espírito do sucesso como os outros grupos de imigrantes aqui no Brasil para deixar uma marca positiva de nossa passagem. Por exemplo, as comunidades dos japoneses aqui estão muito unidas, tem outra comunidade estrangeira também que se juntar, mas porque nós haitianos não podem, é que tem uma desconfiança entre nós. Então a gente tem que achar um jeito para unir e fazer as reivindicações juntos. Se a gente chega a fazer isso, eu acho no 5 a 10 anos, teremos algo positivo na sociedade que trouxe uma marca haitiana, isso vai ajudar a mudar a percepção da sociedade sobre nós como pessoa miserável (SUJEITO 6).

Outro elemento importante a destacar na construção de uma imagem positiva dos haitianos na cidade de Manaus é a criação de um grupo de pressão chamado: Associação dos Trabalhadores Haitianos no Amazonas (ATHA), entidade criada com finalidade de agrupar e dar assistência aos imigrantes haitianos que chegaram ao estado do Amazonas, especialmente na Manaus²⁰. Esta associação tomou iniciativas interessantes na cidade. Por exemplo, cada fim de ano organizam uma celebração na qual muitos imigrantes haitianos se reúnem, com o convite das autoridades municipais e religiosas da cidade, bem como seus amigos brasileiros

²⁰ Para mais informações, leia “Associação de Haitianos no Amazonas defende discussão de política para imigrantes”. Em: <https://d24am.com/amazonia/associacao-de-haitianos-no-amazonas-defende-discussao-de-politica-para-imigrantes/>. Consultado 10 de novembro de 2019.

(Fig. 7). É uma atividade de reunião entre os haitianos e o intercâmbio cultural entre os dois povos.

Figura 6: Haitianos na festa dos imigrantes haitianos organizada pela Associação dos Trabalhadores Haitianos no Amazonas (ATHA), o sábado de na Quadra da paróquia da Igreja de São Geraldo em Manaus.



Fonte: Autor (2019)

Obviamente, existe um tratamento diferenciado entre as políticas públicas de Assistência Social de migração pelos poderes do Estado local. Existem Estados e municípios mais avançados que outros na dinâmica de acompanhar os imigrantes. E isso vai gerar dois fenômenos: por um lado, os imigrantes se deslocam de um Estado para outro dentro do Brasil na perspectiva de buscar oportunidades e, de outro lado, a saída do Brasil para ir a outros países, como Chile ou Estados Unidos. No caso dos imigrantes haitianos em Manaus, os relatos permitem perceber que esses imigrantes têm a vontade de deixar Manaus para morar em outras cidades do país, especialmente em São Paulo, Curitiba e Brasília, que, dizem eles, ter mais oportunidades. Veja o relato do sujeito 2:

Na verdade, eu ia para São Paulo, mas acabou o dinheiro e teve que ficar em Manaus. Mas, infelizmente, não posso arrecadar dinheiro para comprar o bilhete do avião. Quando eu tiver dinheiro, eu deixarei Manaus. Porque não há mais trabalho aqui (SUJEITO 2).

Assim, é claro que as condições de vida dos imigrantes haitianos são difíceis, não há pleno acesso aos serviços sociais básicos. No entanto, o que chama a atenção é que, apesar da confirmação de vulnerabilidade em seus discursos, pode-se perceber um sentimento profundo com o país. O que se impulsiona a tratar dos contrastes no reconhecimento das políticas públicas de assistência social brasileira pelos imigrantes haitianos.

3.5. Contrastes no reconhecimento da Assistência Social pelos imigrantes haitianos

Ao efetuar a análise dos relatos fornecidos pelos sujeitos nas entrevistas, pode-se destacar a presença de outro elemento surpresa em relação ao papel do Estado através das políticas públicas de assistência social brasileira. E essa surpresa positiva, que acompanha a trajetória dos imigrantes, se evidencia um contraste, resultado entre o que eles tinham como referência do Estado fraco, contestado pela população baixa renda, no Haiti e da política social como conjuntos de ações isoladas em que estão vivendo aqui como realidade nos atendimentos da política de assistência social.

Como já debatida no capítulo anterior (veja o cap.1) a política pública de assistencial social, se refere ao conjunto de ações contraditórias de Estado, de um país nas áreas sociais. Cada país tem sua própria orientação, seu próprio contexto histórico de desenvolvimento das políticas públicas de assistência social ligado à presença dos grupos de pressão do país. No contexto haitiano, historicamente viu-se um fracasso nos atendimentos das políticas sociais, como relatam os Sujeitos 1, 9 e 10.

No Haiti, os serviços públicos são ineficazes. As escolas não têm bons professores, hospitais sem médicos ou remédios. Existem alguns lugares como na minha cidade natal (Marchand Dessalines), os chamados serviços sociais estão quase inexistentes. Existem algumas escolas de ensino fundamental e médio, alguns centros de saúde, mas eles não estão de qualidade (SUJEITO 10).

Na minha comunidade no Haiti, teve acesso limitado ao serviço público. Tinha um hospital público onde a população vai e não pagar para consultar. Tem medicamento, que você pagar pouco para ter acesso. Duas escolas secundárias públicas, e várias escolas primárias públicas. Mas a oferta foi menor em relatório as demandas da população. Por exemplo, para entrar numa escola publicar, você tem que disputar a vaga com muitas pessoas (SUJEITO 1).

As autoridades haitianas são desonestas, saqueadores, disfarçadas de pessoas decentes, mas seus fundos são lixo. Elas não têm senso de responsabilidade. No caso dos serviços públicos, pode dizer que eles não existem, apenas aqueles com muito dinheiro podem ter acesso a eles (SUJEITO 9).

Historicamente, o Estado haitiano tem sido incapaz de responder às reivindicações de seu povo. Ele desenvolveu uma atitude irresponsável às demandas do povo haitiano. O que Jean Batista (2018) chama de Estado cego, surdo, mudo acerca às reivindicações populares:

O Estado haitiano mínimo está na incapacidade de se responsabilizar frente as demandas feitas a ele pela população. Historicamente ele desenvolveu uma relação de tensão com seus cidadãos. No Haiti o Estado provoca medo e é identificado mais por sua brutalidade e violência contra a sociedade. Através de seus aparelhos ideológicos, o Estado haitiano chegou a construir uma opinião favorável que legitima sua ausência nas intervenções sociais. É comum de ouvir falar no Haiti se

pa chita plenyen toutan, mande sa leta ka fè pou ou non, men se di saw ka fè pou leta pou ede peyi a avanse” (Não adianta reclamar do Estado o tempo todo, mas pergunta-se qual é sua participação no Estado para o desenvolvimento do país. *yon sèl ti leta pa ka ede milyon moun* (impossível que o único Estado possa ajudar um milhão de pessoas). Essas formas de discurso expandido buscaram a desresponsabilizar o Estado haitiano e responsabilizar a população sobre sua situação de miséria, e se auto-culpabilizar de ser o incapaz de sair do círculo da pobreza. Com isso o cidadão não reconhece a necessidade de reivindicar seus direitos ao Estado. Esse cidadão haitiano foi construído politicamente para desenvolver entre eles relações de solidariedade. Quando isso não pode resolver seus problemas, a emigração torna-se como uma opção certa para melhorar as condições sociais materiais, e fugir do sistema da repressão política e fiscal contra os mais pobres (JEAN BAPTISTE, 2018, p, 156).

A Figura (9) reflete claramente o comportamento irresponsável do Estado haitiano em relação às demandas do povo haitiano. Este Estado existe apenas através da DGI (Direção Geral de Impostos), como diz Landahl (1979 apud IBERUS 2014), que qualificou este dito Estado, de um Estado predador, que se contenta a taxar o povo sem dar o serviço em troca. Uma posição compartilhada por um conjunto de autores haitianos, tais como: Trouillot (1987), os quais qualificaram o Estado haitiano, como um Estado contra a nação, Bartelevy (1989) de seu lado fala de Estado contra camponeses, e Casimir (2009), de um Estado contestado pela população de baixa renda.

Figura 7 : Ilustração do presidente da república do Haiti, Jovenel Moises demonstrado essas características de um Estado central cego, surdo, mudo acerca às reivindicações populares.



Fonte: Nouvelliste (2017).

As causas da emigração massiva dos haitianos são múltiplas. Mas o comportamento irresponsável das autoridades do país é fundamental da saída dos haitianos para o exterior. A análise dos relatos do Sujeito 1 e do Sujeito 2 permitiram-se perceber:

A vida é muita difícil lá no Haiti, não tem ninguém para nos ajudar, eu obriguei deixar para buscar de oportunidades (trabalho) aqui. Porém, eu queria voltar ao meu país depois um ano pra encontrar minha família, infelizmente, até agora, não

consegui, porque não tenho dinheiro e lá no Haiti, as coisas estão piores (SUJEITO1).

Estado no Haiti é ausente nos todos aspetos da vida do cidadão haitiano. Somos sem cuidador [...] No Haiti não tem governo de verdade, tem governo no papel, sempre tem crise político e social lá. Por isso que muitos haitianos deixem o país para viver em paz num outro país na esperança de ter uma melhor vida do que eles estão vivendo no país (SUJEITO 4).

Todos esses elementos elencados nos relatos fazem parte da percepção negativa dos imigrantes haitianos sobre o Estado haitiano. Ao chegar ao Brasil há a surpresa, de maneira positiva, de encontrar um Estado brasileiro mais completo, assim um novo ponto de contraste. Nos relatos dos Sujeitos 5 e 7, esse aspecto apareceu. Os sujeitos são conscientes nos seus relatos de que os atendimentos das políticas sociais no Brasil são melhores do que eles tinham costume de receber no Haiti.

Eu descobri que não tem um bom sistema de saúde no Haiti quando eu estou aqui no Brasil, eu vi como as pessoas são atendidas, tudo é de graça, se você está adoentado na qualquer hora, vai ao qualquer posto e você vai atendido sem dinheiro... no Haiti é o contrário, em Fort-Liberté por exemplo tem um hospital, que não funcione toda hora, se você tem uma urgência no meio da noite você pode ir num hospital é fechado, (SUJEITO 7).

Bem, é único país estrangeiro que eu conheci na minha vida, tenho que dizer que eu adoro. Em comparação com o meu país, aqui é mil vezes melhor. Lá no Haiti, tudo é uma questão de dinheiro (saúde, educação e lazer), mas aqui, é bem diferente ainda. (SUJEITO 05).

O Sujeito 1, ex-professor de comunicação francês no Haiti, teólogo por profissão, homem casado e pai de dois filhos, deixados no Haiti, e atualmente, vendedor de picolés e água nas ruas manauaras, explicou-nos o seu profundo amor por este país, apesar de não estar completamente satisfeito com sua situação de vida.

Eu gosto de Brasil, porque o povo brasileiro é um povo, muito hospitaleiro. Eles nos acolherem com alegria. Também, pode ir pelas ruas pedir trabalho, vender as coisas, banana, roupa, eu vendo meu picolé e as pessoas já me conhecem, sempre compram de mim (SUJEITO 01).

Mas, em um segundo relato, o mesmo Sujeito 1 vai relata outra situação, a qual expõe um elemento de contradição:

Eu passei do professor, pastor no Haiti ao vendedor de picolé no Brasil (risos). Coisas que eu nunca faria se estivesse no Haiti. Como o provérbio haitiano disse tão apropriadamente, trabalho é a liberdade. Então, eu fiz isso com alegria a fim de cuidar de minha família lá no Haiti (SUJEITO 01).

Pode-se perceber, no relato do Sujeito 1, um contraste profundo. Ser professor e teólogo no Haiti e aqui, vendedor o de picolé e água, e ainda assim sente-se melhor no local onde há emprego, ainda que precário, do que no seu país de origem, o qual não haveria possibilidade de exercer sua profissão. Essa distância entre aceitar a realidade posta limitada e a formação construída e almejada se apresenta como um dos aspectos vivenciados em razão do deslocamento. No entanto, para nós²¹ que conhecemos a realidade do Haiti, este caso específico, não nos surpreende, é conhecido entre a população ex-parlamentares, juízes e prefeitos de municípios que serviram o país por um tempo e depois se encontraram em terra estrangeira como simples trabalhadores (construção civil, frentista ou garçom em restaurante).

Outro aspecto importante a notar é a questão da remuneração. Sujeito 1 destacou que recebeu 25 reais por um dia de trabalho, o que ele descreveu como crime.

Salário mínimo insuficiente. Um grande país como o Brasil, 25 reais por um dia de trabalho, é um crime, as pessoas não podem viver bem e é por isso que estou no abrigo só para não poder pagar um quarto. No entanto, o benefício se estiver doente, podemos ir a um médico gratuito, que não existe em nosso país (SUJEITO 01).

Percebe-se que os imigrantes não são informados sobre o preço exato do salário mínimo no Brasil. Isso porque, desde janeiro de 2019, em um decreto, houve ajuste salarial em que o valor se fixou em 998 reais por mês, o que dá aproximadamente 33.27 reais por dia trabalhado. No relato do sujeito 8, percebe-se essa mesma realidade.

Ganhamos apenas 630 reais por mês, é muito pequeno, mas em nosso país o salário mínimo é pior. Então, nos forçamos a aceitá-lo. Além disso, as empresas também não querem assinar nossa carteira de trabalho e, se o exigirmos, elas nos revogarão. É por isso que nós agimos como se não entendêssemos nada, trabalhando de cabeça baixa para cuidar de nossa família deixada no Haiti (SUJEITO 08).

No entanto, vale ressaltar que os imigrantes continuam a reconhecer o lado simpático e acolhedor dos brasileiros. No relato do Sujeito 7, percebe-se que as primeiras necessidades dos imigrantes são atendidas pela solidariedade dos cidadãos brasileiros e dos haitianos presentes no novo território. Segundo o entrevistado, os vizinhos brasileiros são os primeiros que prestam socorro quando eles estão em situação de carência, sendo uma manifestação de solidariedade, segundo ele:

²¹ Cabe ressaltar que o pesquisador é um estudante haitiano, formado em ciências humanas e sociais no Haiti, que atualmente refletindo sobre o fenômeno da migração haitiana no território do Brasil. Então, ele tem certo conhecimento sobre a realidade socioeconômica e política do país dele.

Quando cheguei, não teve nem ONG para cuidar da gente nem Estado brasileiro. Eu recebi ajuda da população brasileira, que foi amável e acolhedora. Os brasileiros foram muito solidários com a gente. Como não começamos a trabalhar, tínhamos dificuldade para comprar os itens básicos (comida, roupas) para sobreviver. Os brasileiros trouxeram para nós. Depois fui informado que existe um centro de acolhimento da Pastoral de Migrantes que ajuda os imigrantes. Você sabe como nós haitianos somos com nosso jeitinho. Por causa do orgulho haitiano, não pedimos nada a ninguém, mesmo sentindo necessidade no momento. Os vizinhos brasileiros vinham várias vezes perguntar se a gente precisava de algo e respondíamos que não. Com a insistência deles, aceitamos receber o que eles trazem para nós, como cama, blusa para o frio, coberta, comida [...] (SUJEITO 07).

São elementos que caracterizam uma outra forma de contraste nos olhares da sociedade brasileira pelos imigrantes. Um aspecto que Handerson (2015) relatou também no seu trabalho sobre o contexto da migração haitiana no Brasil:

No entanto, há de se reconhecer também, que a situação vivenciada pelos haitianos até agora no Brasil, do ponto de vista das políticas migratórias, particularmente a resolução 97/2012 que dá acesso aos haitianos a um visto permanente no país, não se compara com as experiências deles na República Dominicana, em Guadalupe, nas Bahamas, entre outros lugares. Nesses últimos países, os haitianos vivenciam uma discriminação racial generalizada, a eles são negados direitos básicos, incluindo o acesso ao estatuto de cidadania, a documentos como certidão de nascimento e carteira de identidade. Às vezes, são negados, também, aos filhos de haitianos nascidos nesses lugares. Ademais, todos os anos, nesses países, bem como em outros, centenas de haitianos recebem notificações para serem deportados por falta de documentos de residência. Nas Bahamas e na República Dominicana, em muitos casos, eles são considerados, como responsáveis pelos problemas sociais e econômicos como a criminalidade e o desemprego (HANDERSON, 2015, p. 151).

O autor ressaltou algumas ações para mostrar o avanço da sociedade brasileira e do Estado na recepção dos imigrantes.

Atualmente, comparando com esses lugares, os haitianos vivem situações bem diferentes no Brasil, visto o Governo do estado de São Paulo ter tomado uma decisão inédita, ao incluir em 2014, os haitianos e outros migrantes no programa federal Bolsa Família. Além disso, várias universidades públicas brasileiras criaram Programas Pró-Haiti, oferecendo vagas em regimes especiais (e gratuitos) para selecionar estudantes haitianos residentes no Brasil, que queiram realizar cursos de nível de graduação no país, tal como a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) etc. Essas iniciativas devem ser entendidas no quadro do Programa Emergencial Pró-Haiti em Educação Superior instituído pelo Governo brasileiro através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Portaria nº 92, de 27 de abril de 2010. Há mais de dois anos, algumas universidades públicas brasileiras já haviam aderido a esse programa como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (HANDERSON, 2015, p. 152).

A vida dos imigrantes haitianos na cidade de Manaus, em particular, aqueles no acolhimento da Pastoral dos Migrantes, no bairro Zumbi dos Palmares, é extremamente difícil. Eles vivem em condições desumanas, privados da maioria dos serviços sociais básicos. No entanto, a entrevista superou as expectativas. Descobriu-se que os imigrantes, apesar de todas dificuldades se mantêm firmes em seu propósito quase moral de cuidar das suas famílias no Haiti. O que realmente confirma, o povo haitiano é um tipo resiliente, forte e corajoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade capitalista, o fenômeno da migração é fruto da divisão social do trabalho que gera fatores de expulsão de um contexto e de atração de força de trabalho, com políticas de atração de migrantes para promover a expansão das relações capitalistas de produção.

Chegar à conclusão desta investigação é gratificante, sobretudo, pela natureza do estudo realizado sobre o paradigma da migração elaborado para entender as condições de vidas dos imigrantes haitianos na cidade de Manaus, particularmente os que estão no Acolhimento da Pastoral dos Migrantes, no bairro Zumbi dos Palmares. A princípio, percebeu-se que pesquisas que se dedicam à referida temática, são restritas se comparadas às outras áreas de conhecimentos e principalmente na vertente do Serviço Social. Estudar as Políticas Públicas de Assistência Social brasileira que tratam sobre a migração foi um desafio do ponto de vista técnico científico e também social.

Para materializar o processo de pesquisa, a dissertação foi estruturada em três momentos, seguindo a lógica do percurso dos imigrantes: as condições de vida dos migrantes no Haiti e sua relação com as Políticas Públicas de Assistência Social do país, o deslocamento a partir do terremoto no Haiti no ano de 2010, e imigrantes haitianos em Manaus (Brasil) e suas relações com as Políticas Públicas de Assistência social do país.

O estudo sobre as condições de vida dos migrantes no Haiti e sua relação com as políticas públicas de Assistência Social no país em questão revelou uma situação de tensão entre o Estado haitiano e a população de baixa renda. Isso quer dizer que o Estado o qual deveria ser o protetor de seus cidadãos, se apresenta na verdade um Estado predador e opressor de seus próprios cidadãos, essa evidencia além de se mostrar como um dos fatores geradores de deslocamento, afasta o povo haitiano dos Direitos conquistados historicamente em seu país e a promoção de qualidade de vida.

Em um segundo momento, constatou-se que existe uma relação de causa e efeito entre as estratégias do Estado e o processo de deslocamento massivo do povo haitiano para os países estrangeiros. O fenômeno migratório haitiano começou a produzir, desde o início do século XX, sob efeito cultural, político, social e econômico, com implicação direta do Estado. Nessa dinâmica, a migração além desses elementos citados, é o fruto da relação capitalista do centro com a periferia.

Nesse caso, o Haiti, como país da periferia capitalista, oferece mão de obra para satisfazer as demandas das indústrias para expansão capitalista em outros quadrantes, sendo

benéfica em colaborar para o subdesenvolvimento protagonista dos países latinos, (utilizar a mão de obra barata de países poucos industrializados para potenciais internacionais sediadas no Brasil apenas reafirma o processo muito mais amplo do capitalismo internacional de descentralizar produção do sistema de suas zonas originárias, combinadas com condições econômicas que causam a dependência), em outras palavras a migração haitiana não tem sua fundação no deslocamento natural de pessoas. Esse debate sobre a migração haitiana, no segundo momento da dissertação, demarca a perspectiva simplista e reducionista, colocando o fenômeno migratório haitiano para o Brasil como resultado dos efeitos diretos do terremoto de 2010. Mas, o que se consta é que o Brasil estava aberto ao mercado internacional, e seu compromisso com o sistema de mercado necessitando da mão de obra para operar as indústrias, a trajetória da mão de obra haitiana salienta a lógica do capital na base do fenômeno migratório.

O terceiro momento da pesquisa revelou as condições de permanência da migração haitiana, afastada do imaginário de que apenas o Terremoto de 2010 justificava o deslocamento massivo, constatou a presença do presidente Lula em muitos projetos de desenvolvimento sustentável do Haiti, tais como: educação, saúde, moradia, emprego e outros. Além disso, o povo haitiano expressou seu fervoroso amor pelo povo brasileiro, notadamente, pela seleção de futebol brasileiro. Portanto, esses elementos socioculturais e simbólicos, somados a muitos outros, servem também como base para explicar a presença dos imigrantes haitianos no território do Brasil.

Em seguida, apresentou-se as dificuldades relacionadas ao domínio do português e ausência de intérpretes nos locais de atendimento, adicionado ao aspecto burocrático das instituições públicas na cidade manauara, essas problemáticas são as três maiores dificuldades enfrentadas pelos imigrantes haitianos na cidade manauara. Assim, deve-se atentar que, em termos de acesso aos serviços, ofertado aos imigrantes haitianos em Manaus, apresenta um problema desde sua origem, uma vez que as incompreensões comprometem o processo como um todo, portanto essa realidade é a base de um conjunto de preconceitos vivenciados na cidade de Manaus e que afetam negativamente a qualidade de vida deles. A análise dos relatos e a observação do pesquisador nos vários eventos permitiu sublinhar um conjunto de dificuldades, entre os quais, cita-se: indisponibilidade de emprego; ausência de aulas de português e a falta de intérpretes nas instituições públicas e privadas.

No terceiro subponto: *“Ser haitiano é igual a ser descriminalizado: o olhar preconceituoso sobre os imigrantes haitianos em Manaus”*, apresentou-se a análise dos

relatos dos sujeitos entrevistados, nesse ponto o aspecto da percepção preconceituosa da sociedade brasileira sobre essa categoria social baseada nas condições étnico-raciais (haitianos/ pretos), do estatuto social (ser imigrante) e da sexualidade ou hipersexualização (haitianos/objeto sexual) se apresenta de maneira violenta. Um esforço para entender essa atitude ocorreu no contexto global da problemática da questão racial no Brasil; do contexto legal dessa emigração realizada sob orientação de duas resoluções por motivos humanitários, sendo a nº 97 e nº 102 da Comissão Nacional da Imigração Brasileira, nos anos de 2012 e 2013; e da construção estereotipada do ser haitiano como uma população que vive na extrema pobreza, principalmente vinculadas as propagandas das Organizações Internacionais e as ONGs para sensibilizar e justificar as suas intervenções. No entanto, apesar das condições difíceis enfrentadas por esses imigrantes na cidade manauara, eles ainda mostram coragem e resiliência. Mostram seu profundo amor por este país, e o povo. O quadro (Cf. Quadro 8) resume a situação de vida desses imigrantes do Haiti, passando pela tomada das decisões para emigrar até na permanência no território do Brasil (Manaus).

Quadro 3: Do Haiti ao Brasil, os sonhos haitianos se transformam em uma utopia

Fatores expulsivos (Haiti)
Econômicos (empobrecimento, desemprego, exploração), políticos (perseguições, limites à participação), sociais (exclusão social, relações de subalternidade), ambientais (riscos e vulnerabilidade aos desastres naturais) e culturais (desvalorização de seus saberes e práticas).
Fatores Atrativos (deslocamento)
Econômicos (oportunidades de emprego, moradia), culturais (esperança, sonhos), políticos (acessibilidade a bens e serviços sociais, democracia), sociais (dignidade, respeito) e ambientais (salubridade, segurança alimentar).
Permanência no Brasil (Manaus)
Econômicos (desemprego, condições precárias de vida, pobreza absoluta), políticos (limitação à participação), sociais (discriminação), ambientais (alocação em áreas de risco e vulnerabilidade, insalubridade) e culturais (desrespeito e desvalorização).

Fonte: Autor, 2019

Dessa forma, concluímos que há uma grande inadequação entre o que são ditos nos livros (CFB, leis, etc.) do país e a realidade concreta da vida desses imigrantes na cidade de Manaus. Não há pleno acesso às políticas de Assistência Social como definido na constituição do país, os programas de inserção são falhos ou inexistentes, há uma barreira cultural e linguística que cerca o cotidiano dessas pessoas e pela precarização comprometida da

qualidade de vida se encontram em situações distantes das quais almejavam. E ainda assim permanecem na cidade tendo a consciência que o panorama brasileiro, com todas as dificuldades existentes, é mais acolhedor e esperançoso que o haitiano, se aliam a coragem e esperança em que um dia a situação melhore.

Em outras palavras, os imigrantes haitianos vivem e querem permanecer em Manaus não porque era sua primeira ou melhor opção, mas por obterem o mínimo social de sua sobrevivência, escola para seus filhos, um sistema público de saúde e o sustento das atividades que exercem, esta que condicionada a uma gama de dificuldades e limitações se aproxima cada vez mais a um futuro libertador.

A presente pesquisa não se finda na conclusão que os imigrantes haitianos permanecem na cidade de Manaus apenas por apresentar uma condição melhorada em contraponto ao seu país, mas demonstra acima de tudo a necessidade desse povo em conquista o pleno estatuto de sujeitos de Direitos, sem condicionantes, assim como essa pesquisa, que não se conclui tão facilmente, sinaliza uma porta aberta, está que há muito tempo necessita de transeuntes afim de colaborar com as discussões sobre uma parte significativa da história desse povo para que, mais adiante. “Até que os leões tenham seus próprios historiadores, a histórias de caçada continuarão glorificando o caçador” (GALEANO, 1989).

REFERÊNCIAS

ALTER PRESS. **Haïti-Sous-traitance** : Le salaire minimum de 225 gourdes, une « décision criminelle », selon des syndicats, 2013 <http://www.alterpresse.org/spip.php?article15606#.XEppsTBKgdU>. Consultado, 22 de dezembro de 2018.

ANGUERA María Teresa. **Metodologia de la observación en las Ciencias Humanas**, Ediciones Cátedra, 1985.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.24p.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação – sumário. Rio de Janeiro, 2016,3p.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos apresentação. Rio de Janeiro, 2004.4p.

AUDEBERT, Cédric. **La diaspora haïtienne** : vers l'émergence d'un territoire de la dispersion ? In : CELIUS, Carlo A. (Dir.). **Le défi haïtien** : économie, dynamique sociopolitique et migration, Paris : L'Harmattan, 2011, p. 193-212. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/817514/filename/dispersion.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro. 2018.

BAENINGER, Rosana. **Migrações transnacionais de refúgio no Brasil**. In: LUSSI, C. (Org.). **Migrações internacionais**: abordagens de direitos humanos. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017, p. 13-29.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições, 1977.

BARTHÉLMY, Gérard. **Le pays en dehors** : essai sur l'univers rural haïtien. Port-au-Prince : Deschamps ; CIDIHCA, 1989.

BEHRING, Elaine Rossetti ; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO Norberto . **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política - 13ªed. Pensamento Crítica- vol. 69. 2007.

BOTEGA, Tuíla. **Teorias da migração internacional e o desafio da multidisciplinaridade**: uma breve análise sobre a Teoria da Escolha Racional e do Capital Social. Brasília: CEPPAC/UnB, 2013. (Série Ceppac, n.047) Disponível em:<<http://ceppac.unb.br/images/stories/media/serie/047%20%20tuila%20botega.pdf>>. Acesso em: 25 de dez. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre el estado. Cursos en el Collège de France**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto n.º 50.215 de 28 de janeiro de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50215-28-janeiro-1961-389887-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 de dez. de 2018.

_____. Resolução no. 510, 07 abr.de. 2016. **Normas aplicáveis a ciências humanas e sociais**, Brasil, DF, 2016.

_____.Resolução n° 145/04 - **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/sobreministerio/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2004/Resolucao_CNA>. Acesso: 20 de fev. 2019.

_____.Resolução n° 109/09 - **Tipificação Nacional de Serviços Sócio-assistenciais**. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/sobreministerio/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resolucao_CNA>. Acesso: 17 de fev. 2019.

_____.Resolução Normativa n° 97/01/2012- Brasília. **DOU-Diário Oficial da União** de 12/01/2012-secao 01, p.22-27.

_____.Portaria n° 001, de 10/12/2008 - **Portaria Estadual de MG** - regula SPS Especial de Média e Alta Complexidade. Disponível em: <<http://www.social.mg.gov.br/index.php/migrantesubas.html>>. Acesso: 01 de mar. 2019.

_____.Resolução SEDESE n°16, de 04/03/2009. Disponível em:<<http://www.social.mg.gov.br/index.php/migrante-subas.html>>. Acesso: 05 mar. 2019.

BURDEAU, Georges. **L'État**. Paris, VIe Édition du Seuil, 1970.

CARLET, F.; MILESI, Rosita. **Refugiados e políticas públicas**. In: RODRIGUES, Viviane (Org.). **Direitos humanos e refugiados**. Vila Velha : Nuares; ACNUR; IMDH, 2006.

CASIMIR, Jean. **Haïti et ses élites. L'interminable dialogue de sourds**, Port- au- Prince, Éditions de l'Université d'État d'Haïti, 2009

CASTOR, Suzy. **L'occupation américaine d'Haïti**. Imprimerie Henry Deschamps, Portau-Prince, 1988.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Org.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Cadernos Obmiga**, Brasília, v. 1, n. 2, ed. esp., 2015. Disponível em: <<https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2014/11/relatorio-parcial-a-insercao-dos-imigrantes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CELIUS, Carlo Avierl. « **Le contrat social haïtien** », in *Revue C.R.P.L.C*, N° 10, 1998

CHAVES, Maria do P. Socorro. Rodrigues. **Novos movimentos sociais: conhecimento e crítica.** (o estudo do caso específico da ocupação urbana no bairro do Zumbi dos Palmares 11). III Congresso de Iniciação Científica do INPA. 2016.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Pobreza X Inclusão Social:** dilemas e desafios político, social e ambiental. Revista ESMAT, 2018.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Políticas Públicas e Organização Social em Comunidade na Amazônia:** acesso aos bens sociais e organização sociocultural em comunidades ribeirinhas no Amazonas. Novas Edições Acadêmicas. 2016.

CODE NOIR. **Comprendre et enseigner les traites, l'esclavage et les abolitions. Histoire-Éducation Civique.** Lettres. Philosophiques. Disponível em: <http://education.eurescl.eu/index.php/fr/histoire-trace-des-raites-et-esclavages/esclavages/extrait-du-code-noir-de-1685>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

COLÓQUIO DE CARTAGENA. **Declaração de Cartagena.** 1984. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/portal/ministério-da-justiça/>>. Acesso em: 13 de dez. de 2018.

CONECTAS-DIREITOS HUMANOS. **Apelo urgente:** violações de direitos humanos em abrigo destinado a acolher haitianos migrantes na cidade de Brasília, norte do Brasil. 19 de agosto 2013. Disponível em: <[http://www.conectas.org/arquivos-site/OEA1\(2\). Pdf](http://www.conectas.org/arquivos-site/OEA1(2).Pdf)>. Acesso em: 25 de dez. 2019.

CONTINGUBA, Geraldo C. **A Imigração Haitiana para o Brasil:** a relação entre trabalho e processos migratórios. Dissertação em História e Estudos Culturais. Porto Velho, Universidade Federal de Rondônia, 2013.

CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. **Series sobre Migración Internacional 2008.** Disponível em: www.conapo.gob.mx. Consultado dia 08-01-2019 as 19 horas da tarde.

CORTEN, André. **L'Etat faible : Haïti et la République Dominicaine.** Québec, Mémoire D'Encrier, coll., Essai, 2011.

COSTA, Pe. Gelmino, cs. **Cadernos de migração.** Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010-2014: Presença da Pastoral do Migrante. Centro de Estudo de Migrações. São Paulo, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e modernidade.** Perspectivas. São Paulo, 1990.

DESHOMMES Fritz. **Décentralisation et Collectivités Territoriales en Haiti:** un Etat des lieux. Editionn Cahiers Universitaires. 2004.

DORTIER Jean François. **Uma História das Ciências Humanas.** Texto & Grafia. 2009

DRAIBE, Sonia M. O welfare state no Brasil: características e perspectivas. **Caderno de Pesquisa,** Campinas, n. 8, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Ruth M. Klaus : 3. ed. São Paulo : Centauro, 2006.

ETIENNE, Sauveur Pierre. **Haïti, l'invasion des ONG**. Editions du CIDHCA, Quebec, 1997.

ETIENNE, Sauveur P. L'énigme haïtienne. L'échec de l'Etat moderne en Haïti. Québec : Les Presses de l'Université de Montréal/ Mémoire d'Encrier, 2007.

EVLYN Secco Faquin, LÍRIA Maria Bettiol Lanza. **Imigrantes e seus "Acessos" às Políticas de Seguridade Social**: reflexões acerca da Região Metropolitana de Londrina/PR. O Social em Questão - Ano XXI - nº 41 - Mai a Ago/2018.

FERNADES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação G de. Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral. Organização Internacional para as Migrações-OIM. 2014. **Relatório do Projeto**. Disponível: <http://www.brasil.iom.int/>. Acesso, 13.07.18.

FERNANDES, Jéssica S. Operação Haiti: ação humanitária ou interesse político para o Brasil? **Revista Conjuntura internacional**, p. 1-4, 22 mar. 2010 (published online 22 march 2010). Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura>. Acesso em: 19 de outubro. 2018.

FIGUEIREDO Maiara Colman. **Políticas Migratórias**: posicionamento do Brasil em relação aos refugiados. Âmbito Jurídico. RJ. 2019.

GALEANO, Eduardo. **El Libro de los Abrazos**. Montevideo: Siglo XXI, 1989.

GAFFURI, Evandro Luiz. **Os imigrantes haitianos, seu cotidiano e os processos de territorialização em cascavel** – Paraná. 2016. Dissertação Programa de pós-graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá. 2016.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Tradução de Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Estampa 1977.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GILLES, Alain. **Bien commun et reconstruction l'apprentissage de la vertu**. Observatoire de la reconstruction, Port-au-Prince, n. 7, 2013.

GOTARDI Ana Paulo Pellegrino. **De porto a porto**: o Eldorado do Brasil na percepção dos imigrantes haitianos em Porto Velho-RO. Dissertação (Pós-graduação em História), Universidade Católica do Rio Glando Sul, 2015.

GONDIM, Grácia Maria de Miranda, MONKEN, Maurício. **Territorialização em Saúde**. Em dicionário da educação profissional em saúde. P. 392-399. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/territorializacao_dicionario.pdf.

GUEDES, Thalita Renata Oliveira das Neves. **Política Pública de Segurança no Trânsito em Manaus**: dos números de prevenção. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas. 2016.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). SEMINÁRIOS REGIONAIS PREPARATÓRIOS PARA CONFERENCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, XENOFOBIA E

INTOLERÂNCIA CORRELATADA, 2001, Brasília. **Anais...** Brasília: Ministério da Justiça, Secretária do Estado dos Direitos humanos, 2001.

HAITI. **Haiti:Geographie.** Disponível em <https://www.americas-fr.com/geographie/haiti.html>, consultado 11 novembro de 2019.

HANDERSON, Joseph. **Diáspora:** as dinâmicas de mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname no Guiana francesa. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ, 2015.

_____. **Vodu no Haiti – Candomblé no Brasil:** identidades culturais e sistemas religiosos como concepções de mundo afro-latino-americano. 2010. Dissertação programa Mestrado – Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. 2010.

HECTOR, Michel. **Crises et mouvement populaires en Haïti.** Presses Nationales d'Haïti, 2^{ème} éd, Port-au-Prince, 2006.

HECTOR Michel, HURBON Laënnec. **Génèse de l'Etat haïtien 1804-1859.** Collection mémoire vivante. Presses Nationales. Port-au-Prince. 2009

HOBBS, Thomas. **Leviathan, sive:** de Matéria, Forma, et Potestate Civitatis Ecclesiasticae et Civilis. London: opera Latina, 1966.

HOFLING, Eloisa de Matos, **Estado e Políticas (Públicas). Sociais.** Caderno Cedes, ano XXI, nº. 55, novembro 2001.

HURBON, Laënnec. **Comprendre Haïti. Essai sur l'Etat, la nation, la culture.** Karthala, Paris, 1987.

IBERUS Petit Frant. **Éléments d'intelligibilité de la relation État-citoyen en Haïti.** In : Archéologie du tragique haïtien, la reconnaissance sur la pierre tumulaire du bonapartisme, *Revue de Continuum*, No 1, Port-au-Prince, Imprimerie Media-Texte, juin 2014.

IBGE - **Censo 2010:** Indicadores de Bairros - Região Norte

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Migração Haitiana para o Brasil Resenha de Imprensa 2010 – 2011 – 2012 – 2013.** Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, Vila Varjão/Lago Norte. Brasília. 2013.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros:** Toussaint Louverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

JEAN BAPTISTE Marc Donald. **O Haiti está aqui:** Uma análise da compreensão dos Imigrantes Haitianos sobre a Política Social no Brasil. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual de Londrina. 2018.

JEAN CLAUDE Thening. **Dictionnaire des Politiques Publiques.** 4^e edition Presse des Sciences Po. 2014.

GLAUNEC, Jean-Pierre. *L'armée indigène* : La défaite de Napoléon en Haïti, Lux Éditeur, 2014.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2015.

L'ARISTOCRATIE OUVRIÈRE. **Une théorie sociologique pour diviser la classe ouvrière**. Soumis par Revue Internationale le 15 octobre, 2005-15:47.

LENINE, Vladimir Ilitch. **O estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo : Expressão Popular, 2007.

_____. **L'impérialisme, stade suprême du capitalisme**. Edition en Langue Etrangère, Pékin, 1966.

LOCKE, Jhon. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. PetrópolisVozes, 1994.

LOPES, Brenner. AMARAL, Jefferson Ney. CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. **Imigração haitiana no estado de Santa Catarina**: fases do fluxo e contradições da inserção laboral. 2014. Disponível em: <<http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/imigraohaitiana-no-estado-de-santa-catarina-fases-do-fluxo-e-contradies-da-insero-laboral22451>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

MANAUS. **Leis Municipais: 03/10/2017**. Consul. 11/03/2019. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manuel/decreto/2017/381/3819/decreto-n-3819-2017>

_____. **Delimitação dos bairros**. Diário Oficial do município de Manaus. Consultado em 18 de agosto de 2019. Arquivado do [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ dom 2365cad1.pdf original] verifique valor |url= (ajuda) (PDF) em 12 de agosto de 2013.

MACHAVEL Nicolas. **Le prince**. Enguilbert de Manef. Poitiers. 1553

MANIGAT Lesly. F. **Eventail d'Histoire Vivante d'Haiti**: Des Preludes a la Revolution de Saint Domingue Jusqu'à nos Jours (1789-2007), tome 4. Media-Texte. 2007.

MARCONI Marina de Andrade; LACATOS Maria Eva. **Técnicas de Pesquisa**. ATLAS S.A. 6ª Ed.2017.

MARTELLI Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: uma introdução. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl. *Critique de la philosophie du droit de Hegel*. Costes, 1843.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. In: FERREIRA, Suely Ferreira. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 30 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Sistematização do debate sobre o papel da assistência social no atendimento aos migrantes**. Brasília, maio de 2016.

NASCIMENTO, Janilse Trindade. **Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica numa escola ribeirinha do Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Amazonas. 2017.

NETTO, José P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

OIM-ONU. **État de la Migration dans le Monde en 2018**. Disponível: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_fr.pdf. Acesso em 07 de março de 2019.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões. In: PATARRA, N. L. e al (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo 1980-1993. Campinas : UNICAMP, 1997. p. 25-52.

PARET Roland. **L'État Haitien existe, je l'ai même rencontré**. Édition de l'Université d'Etat d'Haiti. 2014.

PECK, Raoul. **Assistance mortelle**. Port-au-Prince, 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=L0r35dNk7Fg>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social**: temas e questões. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso. (Orgs.) **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PERY Teixeira, MARÍLIA Carvalho Brasil. **Amazônia**: população, trabalho e saúde. Editorial da Universidade Federal do Amazonas. 2012.

PICHE Victor. **Les théories migratoires contemporaines au prisme des textes fondateurs**. Paris, Ined, Les Manuels/Textes fondamentaux, 536 p. 2013.

PRATES Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social**: uma relação necessária. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

RAUL Feliz Barbosa. Breves comentários sobre as teorias marxistas de migração. **Revista Espaço Acadêmico**. 2017.

RIBEIRO Alan Augusto Moraes. **BLACKNESS**: identidades, racismo e masculinidades em *bell hooks*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2012.

RICHMOND Anthony H. **Sociological Theories of International Migration: The Case of Refugees**. First Published June 1, 1988

ROSENTAL Paul-André. **Une histoire longue des migrations**. Cairn. Info. 2010

ROUSSEAU Jean-Jacques in **Du contrat social**, 1762, édition électronique réalisée par Jean-Marie Tremblay, le 24 Février 2002.

SANTOS, Hélio. **A discriminação racial no Brasil**. In: SABOIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). SEMINÁRIOS REGIONAIS PREPARATÓRIOS PARA CONFERENCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, XENOFobia E INTOLERÂNCIA CORRELATADA, 2001, Brasília. **Anais...** Brasília: Ministério da Justiça, Secretária do Estado dos Direitos humanos, 2001.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010: a Internacional Comunitária e a recolonização do Haiti**. Tese (Doutorado em Sociologia) -Instituto de Filosofia e ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: CASTRO Mary G. (Org). **Migrações Internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001.

SILVA Sidney A. Haitianos em Manaus, Mercado de trabalho e exercício da cidadania, 2014. In: SILVA Sidney Antônio, ASSIS O Glaucia. **Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais**. Editorial da Universidade Federal do Amazonas. 2016.

_____. **Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil**. Rev. bras. estud. popul. vol.34 no. 01 São Paulo Jan./Apr. 2017.

TEIXEIRA, Anderson V. **Comparativo entre os pensamentos de Thomas Hobbes (1588-1679), J.J. Rousseau (1712-1778) e John Locke (1632-1704)**. Porto Alegre. 2007. Disponível em: <<http://andersonteixeira.com/data/documents/AVTComparativo-entre-Hobbes-Locke-e-Rousseau.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

THOMAZ, Diana Zacca. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 4, p.131-143, mar. 2013. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/56732>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

TRAVASSOS, C.; CASTRO, M. S. M. Determinantes e desigualdades sociais no acesso e na utilização de serviços de saúde. In: GIOVANELLA, L. e al. (Org.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

TRAVASSOS, C.; MARTINS, M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, supl. 2, p. S190-S198, 2004.

TROESCH Jacques André. *La France n'a pas d'amis : elle n'a que des intérêts*. 2017. Disponível em: <https://www.arri.fr/articles/21063-la-france-n-a-pas-d-amis-elle-n-a-que-des-interets>. Consultado 19 de novembro de 2019.

TROUILLOT, Michel Rolph. **Les racines historiques de l'État duvalérien**. Port-au-Prince: Éd. Deschamps, 1987.

VAZQUEZ, Daniel Arias. **O Plano Temer/ Meireles contra o povo: o Desmonte Social** proposto pela PEC 241. 2016. Disponível em: http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2016/07/Desmonte_SocialPlanoTemer.pdf>. Acesso em: 10 dec. 2019.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1992.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: companhia das letras, 2004.

APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você para participar, de forma totalmente voluntária, da pesquisa **“Condições de Vida dos Imigrantes Haitianos no Acolhimento da Pastoral dos Migrantes, Manaus-AM”**, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, sob a responsabilidade da professora Dra. Maria Do P. Socorro Rodrigues Chaves e do mestrando Richemond Dacilien, pesquisador (a)s do Programa, localizado na Av. Gal. Rodrigo O. J. Ramos, 6200, Campus Universitário, Coroado I, Manaus-AM, Bloco Mário Ypiranga, telefone (92) 99128-9257, E-mail: ppgss@ufam.edu.br.

O projeto tem como objetivo geral “analisar as condições de vida dos imigrantes Haitianos mediante a Política de Assistência Social no Acolhimento da Pastoral dos Migrantes, Manaus-AM”. Especificamente se pretende: a) Conhecer as Políticas Públicas de Assistência Social sobre migração no Brasil; b) Examinar os elementos históricos e contextuais da migração haitiana para o Brasil; e c) Identificar as condições de vida dos imigrantes haitianos no Centro de Acolhimento da Pastoral de Migrante em Manaus.

Sua participação na pesquisa poderá envolver riscos psicológicos que resultem em tristeza, estresse ou mal-estar decorrentes de lembranças atreladas aos questionamentos feitos. Ao perceber que esses riscos poderão emergir trazendo problemas a esses imigrantes, o pesquisador utilizará como atenuante, ou mesmo solução, o abandono completo das questões potencializadoras do problema. Ainda, caso os riscos atuem de forma mais concretas nesses imigrantes, sob suas expensas, o pesquisador providenciará os seus encaminhamentos ao Centro de Apoio Psicológico e Social – CAPS, mais próximo, na cidade de Manaus, com as devidas reparações indenizatórias a eles e a seus acompanhantes caso se façam necessárias, conforme o estabelecido na Resolução CNS nº. 446 de 2012.

Os benefícios decorrentes de sua participação terão uma grande chance de gerar conhecimento para entender, melhorar ou mitigar os problemas que afetam o bem-estar dos imigrantes haitianos no município de Manaus, especialmente os que estão no Acolhimento da Pastoral de Migrante no bairro Zumbi dos Palmares. Esses tipos de benefícios se enquadram no parágrafo V da Resolução 466 do CNS, que considera como pesquisa qualificada cujos benefícios para os participantes são indiretos, levando em consideração suas dimensões, física, mental, moral, intelectual, social, cultural e espiritual.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com a Comissão de Ética de Pesquisa, localizado na Faculdade de Enfermagem da UFAM, na Rua Teresina, 4950, Adrianópolis, Manaus, CEP – 59.057-070, telefone 3305-1181, ramal 2004, celular (92) 991712496, E-mail: cep.ufam@gmail.com.

Fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma via deste documento, assinada.

Data: / /

115

TÈM KONSANTMAN LIB AK EKLÈSISMAN

Nou envite ou patisipe volontèman, nan yon rechèch ki gen pou tit " Kondisyon vi imigran ayisyen yo nan Sant Akèy Pastoral Migran, Manaus-AM", Pwogram Pos-gradiyasyon Sèvis Sosyal e *Sustentanbilidade(Developman dirab)* Amazon – PPGSS nan Inivèsite Federal Amazonas - UFAM, sou responsablite Doktè ak pwofesè Maria Socorro P. Rodrigues Chaves, epi Etidyan Richemond Dacilien, nan Pwogram, ki chita nan Av. Gal . Rodrigo O. J. Ramos, 6200, Kanpous Inivesite ya, ki twouvel nan Coroado I, Manaus-AM, Bloco Mário Y. Piranga, telefone (92) 99128-9257, E-mail: ppgss@ufam.edu.br

Objektif jeneral pwojè sa se “analise kondisyon vi imigran ayisyen yo parapò ak Politik Asistans sosyal Leta Brezilyen nan Sant Dakèy Pastoral Migran yo nan vil Manaus.” Objektif espesifik rechèch la se: a) Konnen Politik Piblik Asistans Sosyal migrasyon nan peyi Brezil; b) Egzamine eleman Istoriko ak kontekwèl fenomèn migrasyon ayisyèn lan nan peyi Brezil; ak c) Idantifye kondisyon lavi imigran ayisyen yo nanabri Pastoral Migrante ki nan lokalite Zumbi, Manaus-AM.

Patisipasyon ou nan rechèch sa kapab enplike risk sikolojik ki ka lakòz tristès, estrès oswa malèz atravè kèk kesyon n ap gen pou nou poze ou. Si efektivman, pwoblèm sa yo ta prezante, chèchè a ap bay vag ak kesyon sa. Si sa ta vin pi grav, l ap responsab pou voye imigran sa nan "Hospital Padre Colombo ou nan Centro de Apoio Psicológico e Social – CAPS" nan vil de Parintins, pou reparasyon ak akonpanyeman si nesèl, konfòmema ak atik ki etabli nan IV. 3.g, IV. 3.h, IV. 4.c e V.7, nan Rezolisyon CNS n° 446 de 2012.

Benefis ki genyen nan patisipasyon ou w ap gen chans ede nou pwodui konesans ki ap pèmèt nou amelyore kondisyon vi imigran Ayisyen yo nan vil Manaus, sitou sila yo ki nanabri Pastoral Migran yo na lokalite zumbi Palmares.

Pou nou ka jwenn enfòmasyon nesèse pou rechèch la, nou ap itilize teknik ak enstriman sa yo ki se: obsèvasyon patisipant ak entèvwou semi-estriktire, plim, kaye, aparèy fotografik ak fonografik. Si ta gen yon kesyon ou vle pa reponn, w ap gen libète total pou refize reponn kesyon sa. Ou ka anile konsantman nan nenpòt ki etap nan rechèch la. Rezilta entèvyou sa yo pral revize ak pibliye, men idantite ou pap revele. Pou nenpòt lòt enfòmasyon, ou ka kontakte Komite Etik Rechèch la, ki chita nan Faculdade de Enfermagem nan UFAM, cito nan Ri Teresina, 4950, Adrianópolis, Manaus, CEP – 59.057-070, telefòn 3305-1181, ramal 2004, selilè (92) 991712496, E-mel: cep.ufam@gmail.com.

[illegible]

Mwen te enfòmè sou sa chèchè a vle fè ak poukisa li bezwen èd mwen, e mwen konprann eksplikasyon li yo. Se poutèt sa, mwen dakò patisipe nan pwojè a, mwen konnen ke mwen pa pral jwenn anyen e ke mwen ka kite nenpòt lè mwen vle. Mwen ap resevwa yon kopi dokiman sa siyen.

Sijè ki patisipe nan Rechèch la

Dat: ____/____/____



Anpwent. Dijital

Chèche ki Responsab Entèvwou sa

Dat: ____/____/____

Chèche ki ap Kwodone rechèch la

Dat: ____/____/____

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA



Título: Condições de Vida dos Imigrantes Haitianos no Centro de Acolhimento da Pastoral de Migrantes, bairro Zumbi dos Palmares, Manaus-AM.

Local da Pesquisa: Centro de Acolhimento da Pastoral de Migrante, bairro Zumbi Palmares, Manaus-AM.

Pesquisador Responsável: Richemond Dacilien

Formulário da Pesquisa No ()

Data: / /

Nome do entrevistador:.....

IDENTIFICAÇÃO

Nome completo:
Endereço:
Telefone:
Data de nascimento: / /
Cidade de origem no Haiti:
Cidade em que estava antes de chegar no Brasil.....
Religião:
Escolarização:
Ocupação
Estado Civil:
Sexo:
Número de filhos:
Filho nascido no Brasil (Manaus):
Tempo no Brasil (Manaus):

QUESTÕES

A- Sobre a vivência no Haiti

Tempo de permanência na sua cidade natal no Haiti?
Profissão ou atividades de trabalho realizadas no Haiti?.....
Sua compreensão do Estado haitiano?
A realidade dos serviços públicos na sua comunidade?.....

B- Sobre o processo de deslocamento

A experiência da viagem?
Motivos de migrar para o Brasil?

Conhecimento sobre o Brasil antes de migrar?.....
Motivos para escolher Manaus?.....
Como você chegou a integrar ao Centro da Pastoral do Migrante?.....

C- Sobre a permanência no Brasil (no Acolhimento da Pastoral do Migrante em Manaus-Am)

Poderia descrever eventuais apoios que foram oferecidos pelo Governo brasileiro durante a sua permanência em Manaus?

Rep:.....

Você recebe apoios da Pastoral de Migrantes?

Não (...)

b- Sim (...)

Caso positivo, poderia explicar ao tipo de apoio foi recebido pela Pastoral de Migrante neste Centro?

Resp:.....

Caso negativo, o que faz para viver?

Resp:

Você considera ter sofrido preconceito ao chegar ao Brasil por parte da população do Estado brasileiro ou responsável deste Centro?

Não (...), b- Sim (...), c- se sim, explique.....

Você gosta de Manaus?

Sim (...), por quê?.....

Não (...), por quê?.....

Você quer acrescentar algo mais?

Resp:.....

GRIY ANTRETYEN AN

Tit: Kondisyon Lavi Imigran Ayisyen yo nan Abri Pastoral Migran nan Lokalite Zumbi Palmares nan vil Manaus-AM.

Local Rechèch: Abri Pastoral Migran, Lokalite Zumbi dos Palmares, Manaus-AM.

Moun ki ap Fè Rechèch: Richemond Dacilien

Fòmilè Rechèch la: No ()

Data: / /

Non moun k ap reyalize entèvwyou sa :

A- IDANTIFIKASYON

Non konplè ou:
Adrès kote ou rete:
Telefòn:
Dat ou fèt:/...../...../
Vil kote ou fèt Haiti:
Vil ou t ap viv avan ou te vini Brasil.....
Relijyon:
Nivo etid ou:
Ki travay ou te konn fè
Estati sivil ou:
Sèks:
Konbyen pitit ou genyen:
Konbyen nan yo ki fèt isit nan Brasil:
Konbyen tan ou genyen isit nan Brasil:

KESYON

B- Sou vi ou an Ayiti

- 1- Konbyen tan ou pase ap viv nan vil kote ou fèt la an Ayiti?
- 2- Ki aktivite oswa travay ou te konn fè lè ou te Ayiti?
- 3- Kijan ou konprann otorite ayisyen yo?
- 4- Kijan sèvis piblik nan kominote ou te ye an Ayiti a t ap fonksyone?

C- Sou pwosesis depلاسman ou

- 5- Ki rezon ki fè ou vini nan Brezil?
- 6- Eksperyans vwayaj la?
- 7- Konesans ou sou Brezil anvan vwayaj la.....
- 8- Rezon ki fè ou chwazi Manaus?.....
- 9- Pa ki filyè antegre abri Pastoral Migran an?.....

D- Sou pèmanans ou nan Brezil (Manaus-Am)

- 10- Kijan akèy la te ye lè ou te fèk rive isit la Manaus?
Rep:
- 11- Èske ou kapab dekri pou nou sipò ou te jwenn nan men otorite brezilyen yo isit la?
Rep:
- 12- Èske ou resevwa sipò nan men responsababri Pastral Migran yo nan Manaus?
Rep: non (...) b- wi (...).
- 13- Si wi, èske ou ka esplike kalite sipò ou resevwa nan men yo isit la?
Rep:
- 14- Si non, ou pa resevwa okenn sipò, kisa ou fè pou viv isit isit la ?
Rep:
- 15- Èske ou konn sibi zak prejije ou rasis nan men popilasyon Brezilyen nan, osnon Leta Brezil, ou byen responsababri Pastoral Migran?
a- wi (...), b- non (...) c- si wi, esplike
- 16- Eske ou vle ajoute yon bagay anplis nan kad entèvwou sa?
Rep:

ANEXO II - APROVAÇÃO DO CEP



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS – UFAM



Continuação do Parecer: 3.460.098

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1367851.pdf	24/06/2019 11:52:50	RICHEMOND DACILIEN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	anuencia.pdf	24/06/2019 11:52:14	RICHEMOND DACILIEN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.doc	24/06/2019 11:49:23	RICHEMOND DACILIEN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	24/06/2019 11:48:47	RICHEMOND DACILIEN	Aceito
Folha de Rosto	Assinada.pdf	03/06/2019 18:15:16	RICHEMOND DACILIEN	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

MANAUS, 18 de Julho de 201

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com